F.LOPES

JUCESP PROTOCOLO 0.172.304/20-9

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil", "Companhia" ou "Vivo") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, e os pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Controle, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

1. Mensagem da Administração

Estamos no início de uma nova década, na qual a tecnologia está ainda mais presente e transformando o dia a dia das pessoas de forma exponencial. Vivenciamos, atualmente, novas etapas dessa evolução, com a conexão digital acelerada entre pessoas, coisas, negócios e a sociedade como um todo. Queremos, como Vivo, continuar a contribuir com a digitalização do Brasil, de Norte a Sul.

Tanto em áreas urbanas como rurais, a demanda da população é por conectividade de qualidade. E, como empresa líder no País, investimos de maneira consistente no desenvolvimento de uma infraestrutura diferenciada, apoiada em tecnologias superiores como fibra, 4G e 4.5G, para oferecer aos nossos 100 milhões de acessos uma experiência única, nas conexões móveis e fixas.

Em 2019, mesmo em um contexto de retomada gradual da economia, elevamos nossos investimentos ao maior patamar da história da Vivo no Brasil. Foram cerca de R$ 9 bilhões, representando, aproximadamente, 20% de nossa receita. E, ao final de 2020, serão R$ 26,5 bilhões investidos na economia brasileira, completando nosso plano trienal de investimentos anunciado há dois anos na Bolsa de Nova York (NYSE). Aos acionistas e investidores, apresentamos um resultado financeiro consistente, sustentando uma combinação única de crescimento em receitas, expansão em EBITDA, maior geração de caixa e melhor remuneração aos acionistas. Alavancagem de caixa no ano atingiu um nível recorde de R$ 8,2 bilhões, 19% acima do ano anterior, mesmo em um ciclo de maiores investimentos.

Em 2020 vamos acelerar ainda mais essa transformação, guiados por um propósito que vai muito além de resultados financeiros, e que definirá a nossa forma de trabalhar: *Digitalizar para Aproximar*, com conteúdo, entretenimento, tecnologia e educação. Para isso, temos quatro pilares estratégicos que direcionarão nossas ações.

O primeiro deles é o **#TemVivopratudo.** Aqui, apresentamos as melhores tecnologias de conexão móvel e fixa e a nossa expansão pelo Brasil, que será intensificada ao longo de 2020. No último ano expandimos nossa presença em fibra para 43 novas cidades, superando em muito a expansão realizada em 2018. Ao todo, são 164 municípios e cerca de 11 milhões de lares e empresas cobertos. Em termos de cobertura móvel, passamos a atender 89% da população com a rede 4G, e 66% com o 4.5G, e fomos eleitos como a melhor rede móvel do Brasil, de acordo com os resultados da pesquisa "*P3 Mobile Benchmark Brazil*"[1].

Adotamos ainda dois modelos de negócio para ampliar nossa capilaridade: o projeto de *franchising* da Vivo Fibra e concluímos a parceria com a American Tower, que impulsionará a expansão em Minas Gerais nos próximos três anos.

O segundo pilar é **#TemtudonaVivo** e se traduz na visão de que somos uma empresa de tecnologia voltada para todas as necessidades dos nossos clientes, entregando os conteúdos digitais mais desejados do mercado por meio de parcerias com grandes marcas, como NBA, NFL, Amazon Prime Video, Tidal, Spotify, Rappi e Netflix. Mudamos o conceito das nossas lojas, que hoje são verdadeiros pontos tecnológicos com um ambiente consultivo e participativo. Lá, nossos clientes podem encontrar todo tipo de *device*, como aparelhos, câmeras, sensores, lâmpadas inteligentes, acessórios, e até drones.

Evoluímos ainda em outras frentes e lançamos o Vivo Car, um dispositivo *wi-fi* que transforma carros em veículos conectados. Já no segmento financeiro, iniciamos um piloto de serviço de empréstimo para nossos clientes, de forma descomplicada, chamado Vivo Money. No mercado corporativo, as empresas também nos escolheram para digitalizar seus negócios, com os melhores serviços em segurança cibernética, *cloud computing*, internet das coisas e big data, em parceria com importantes players globais, como Cisco, Dell, Microsoft e Nokia.

Todas as nossas iniciativas estão ligadas ao terceiro pilar, **#DNAVivo**: *confiável, fácil, eficiente e encantador*. Estamos tornando a Vivo uma referência em atenção ao cliente e, para tanto, buscamos engajar nossos colaboradores em todos os pontos de contato. Queremos entregar uma experiência única e diferenciada em nossas lojas, no *call center* e canais digitais. O Meu Vivo, por exemplo, já conta com mais de 16 milhões de usuários únicos. Uma pesquisa com usuários mostra que 80% deles classificam a interação como próxima e clara. A AURA, nossa Inteligência Artificial, realiza em torno de 20 milhões de transações mensais, com mais de 90% de precisão, respondendo de forma personalizada sobre serviços, consumo de dados, conta, recarga, e outras dúvidas.

Somos uma empresa inclusiva e queremos que a diversidade seja, cada vez mais, representada na Vivo em gênero, cor, LGBTQ+ e PCDs e também em comportamento, habilidades e atitudes. Buscamos pessoas que tenham paixão pela inovação e desejo de conviver em um ambiente no qual a diferença enriquece e inspira a criatividade e o alcance de resultados sustentáveis.

Sem dúvida nenhuma, a mudança cultural da Vivo anda junto com o processo de transformação digital. Nossos colaboradores passaram a atuar em modelos ágeis de trabalho, como os *Squads*, com equipes multidisciplinares focadas na melhoria da experiência do cliente, com utilização de *Design Thinking* e *Agile*. Adotamos o *co-working* com espaços que favorecem um ambiente colaborativo e ampliamos o trabalho remoto para dois dias na semana. Essa mudança de cultura trouxe mais agilidade para os negócios e elevou o grau de satisfação dentro da empresa, refletido em nosso último e-NPS, indicador que mostra a probabilidade de os colaboradores recomendarem a Vivo como um bom lugar para trabalhar, e que atingiu 72,5 pontos em 2019, índice bem elevado para os setores de Tecnologia e Telecom, mundialmente.

Mas não basta apenas estarmos próximos dos clientes e dos colaboradores. Precisamos entender nosso papel de protagonismo no desenvolvimento do País, com resultados além da área financeira e com retorno à sociedade.

Com o **#Vivosustentável**, nosso quarto pilar, desenvolvemos ações, práticas e iniciativas que promovem o bem-estar da sociedade. Nossa atuação em Sustentabilidade está baseada no equilíbrio econômico, ambiental e social. No econômico, mantemos uma empresa de capital aberto com resultados consistentes e que emprega 33 mil colaboradores diretos em todo o Brasil.

No âmbito social, a Fundação Telefônica Vivo completou 20 anos de atuação em 2019, beneficiando 66 mil educadores em capacitação digital, com impacto em 1,5 milhão de alunos em 745 escolas públicas. Também desenvolveu 162 mil jovens em formação qualificada sobre empreendedorismo social ao criar novas soluções e oportunidades para eles e suas comunidades por meio do pensamento digital. Inovando novamente, no ano passado, a Fundação viabilizou a chegada da "42" em São Paulo, uma iniciativa pioneira na América Latina e de origem europeia, voltada à formação disruptiva de programadores de dados, totalmente gratuita.

Na questão ambiental, 100% da nossa energia passou a ser proveniente de fontes renováveis. Reduzimos em mais de 50% nossas emissões em termos absolutos em 2019, superando os objetivos globais de 2025 e ainda compensamos 100% das emissões restantes. No programa Recicle com a Vivo, fomos pioneiros na logística reversa de eletrônicos. Desde 2006 coletamos mais de 110 toneladas de celulares, carregadores e baterias sem uso, estimulando o descarte ecológico desses materiais. Também atingimos a reciclagem de mais de 62 mil toneladas de resíduos eletrônicos e cabos de nossa operação nos últimos sete anos. Além disso, aparelhos usados e em funcionamento podem ser trocados por novos *devices* com descontos especiais através do Vivo Renova. E ainda mantivemos a participação na Carteira do ISE 2019 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3 pelo 8º ano consecutivo.

Todas essas iniciativas estão e serão ainda mais refletidas em nosso posicionamento de marca, que nasceu para conectar milhões de pessoas em todo o Brasil. Conectamos pelo esporte, como patrocinador da Seleção Brasileira de Futebol, torcendo junto com os brasileiros; pela arte, por meio do apoio a museus, e com o Teatro Vivo; e pela consciência, com a campanha *Tem Hora pra Tudo*, propondo à sociedade uma reflexão sobre o uso consciente da tecnologia. No final do ano passado, lançamos o Vivo Brincar, que de maneira lúdica, traz esse olhar para o universo infantil, incentivando pais e filhos a reequilibrarem a balança entre a tecnologia e o livre brincar.

Ao completar meu primeiro ano como Presidente da Telefônica Brasil gostaria de agradecer a confiança de nossos acionistas, a parceria de nossos fornecedores e, principalmente, a dedicação de todos os nossos colaboradores. Seguiremos, todos os dias, trabalhando para fortalecer nosso propósito, digitalizando e aproximando o maior número de pessoas.

Christian Gebara

Presidente da Telefônica Brasil

2. Contexto Econômico e Setorial

2.1. Contexto Econômico

Após enfrentar um período de incerteza na primeira metade de 2019, o segundo semestre do ano foi marcado pela consolidação da recuperação da atividade econômica brasileira. O cenário externo evoluiu de forma menos favorável para economias emergentes. Os riscos de desaceleração da atividade econômica mundial que emergiram a partir do terceiro trimestre elevaram a aversão ao risco, contribuindo para a redução da liquidez global. Mas do lado doméstico, a aprovação da reforma da previdência em conjunto com avanços em privatizações e em reformas microeconômicas reforçaram o comprometimento do governo com uma política econômica pró-mercado. Desta forma, os agentes econômicos recuperaram a confiança e, em meio a um ambiente de inflação e juros baixos, destravaram decisões de consumo e investimento a partir do terceiro trimestre do ano. Os efeitos da melhora da confiança e dos juros baixos devem continuar sendo observados no médio prazo. A evolução do cenário externo e a governabilidade doméstica seguem como riscos a serem monitorados, já que podem impactar negativamente os ativos financeiros.

No cenário fiscal, o *déficit* primário do setor público acumulado em doze meses reduziu-se para 0,7% do PIB em 2019[1], ante 1,6% do PIB em 2018. O forte controle do governo no lado dos gastos, a melhora na receita impactada pela recuperação econômica e receitas extraordinárias principalmente de leilões contribuíram para a melhora expressiva no resultado fiscal em relação ao ano anterior. Ainda assim, a dívida bruta passou de 74,2% em 2018 para 75,8% em 2019. O déficit nominal público, entretanto, reduziu-se de 7,1% do PIB para 5,9% do PIB, na mesma comparação, explicado pela redução das taxas de juros.

1 Análise conduzida pelos *experts* em *benchmarking* P3 e pela revista *connect* sobre a qualidade das redes móveis no Brasil.

A inflação acelerou-se em 2019. No atacado, a inflação acelerou-se sob influência da alta do dólar. Já a inflação no varejo desacelerou-se levemente, em meio a expectativas ancoradas. O IGP-DI, Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, registrou alta de 7,7% em 2019, após alta de 7,1% em 2018, reflexo do aumento do IPA-DI, Índice de Preços no Atacado, que teve alta de 9,6% em 2019, após 8,8% em 2018, e da alta do IPC, Índice de Preços ao Consumidor, que subiu 4,1% em 2019 ante 4,3% em 2018. Já o IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE e utilizado pelo Banco Central do Brasil como referência no sistema de metas de inflação, subiu 4,3% em 2019, aumento de 0,6 ponto percentual em relação a 2018 (3,7%), ficando próximo à meta de inflação de 4,25% para esse ano.

Frente ao cenário benigno de inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom), iniciou um novo ciclo de cortes da Selic no segundo semestre do ano, levando a taxa de 6,5% no final de 2018 para 4,5% ao final de 2019. Deduzindo desta taxa a inflação acumulada no ano, ficamos com uma taxa de juros real de 0,2% no final de 2019 ante 2,8% no ano anterior.

Apesar do balanço positivo no ambiente doméstico em 2019, o ambiente externo evoluiu de forma menos favorável às economias emergentes, em meio aos riscos de desaceleração da atividade econômica global e a constante tensão comercial entre EUA e China. Essa configuração contribuiu para a depreciação do Real ao longo do ano, terminando 2019 em R$/US$ 4,03 (R$/US$ 3,87 ao final do ano de 2018). Desta forma, o Real depreciou-se 4,0% em relação ao ano anterior. A paridade cambial média do ano, de R$/US$ 3,95, elevou-se em 7,9% ante a média observada no ano anterior.

O ano de 2019 foi menos favorável para as contas externas. A balança comercial apresentou *superávit* de US$ 50,8 bilhões em 2019 (ante US$ 41,5 bilhões em 2018), reflexo de um recuo mais forte das exportações ante importações, que variaram -6,3% e -0,8%, respectivamente. Desta forma, o déficit em conta corrente aumentou para 2,8% do PIB, ante 2,2% no final de 2018. Em relação às reservas internacionais, o ano encerrou com US$ 356,9 bilhões em caixa, frente a US$ 374,7 bilhões do final do ano anterior. A queda deriva principalmente do uso de parte das reservas para conter a volatilidade cambial.

A recuperação da atividade econômica ganhou consistência em 2019. Após um primeiro semestre de incerteza em relação à governabilidade e seus impactos sobre o andamento das reformas econômicas, o segundo semestre contou com a aprovação da principal reforma, a da previdência. Em paralelo a isso, o governo também avançou nas agendas de privatização e de reformas microeconômicas. Como resultado, os agentes econômicos retomaram a confiança, em um ambiente de inflação e juros baixos, o que estimulou decisões de consumo e investimento. Estima-se que o PIB tenha crescido cerca de 1,2% em 2019[2], após 1,3% observado em 2018.

2.2. Entorno Competitivo

Com a melhora gradual da atividade econômica do país, os investimentos do mercado de telecomunicações continuaram em expansão, refletindo um aumento da confiança do setor. Os negócios tradicionais seguiram pressionados, com o menor consumo de Voz Fixa e TV por Assinatura sendo compensado pelo bom desempenho de Banda Larga Fixa e Pós-Pago. Por outro lado, os serviços digitais vêm se tornando cada vez mais relevantes na percepção de valor por consumidores e empresas. Diante dessa conjuntura, operadoras buscaram ganhar mercado aumentando a base de usuários convergentes, intensificando a competição por clientes de alto valor e entregando maior qualidade e inovação para seus consumidores.

No mercado Fixo, a Banda Larga continuou como a principal alavanca de crescimento, ampliando em 1,3 milhão o número de conexões em 2019, chegando a mais de 32 milhões de acessos[3]. A expansão da Fibra foi novamente destaque, impulsionada pelo crescimento de provedores regionais, que ganharam *market share* tanto em grandes cidades quanto em localidades subatendidas. As grandes operadoras, por sua vez, têm focado em investimentos para expansão de rede de última geração em resposta a essa demanda do mercado. Ainda no Fixo, o negócio de TV por Assinatura não mostrou a mesma resiliência observada em anos anteriores e acelerou o ritmo de queda na base de clientes (redução de 1,7 milhão em 2019[3]), ao mesmo tempo em que se observou um aumento na demanda por serviços de vídeo *Over The Top* (OTT). A Voz Fixa segue em ritmo de forte retração, perdendo mais de 3 milhões de conexões no ano[3].

No que tange à Móvel, as operadoras mantiveram-se focadas na migração de Pré-pago para Pós-Pago, na concorrência por clientes de alto valor com entrega de cobertura e melhor qualidade de acesso, adequando suas infraestruturas em função da crescente demanda por dados. No mercado, a cobertura da tecnologia 4.5G alcançou um total de 2.693 em 2019, e agora está disponível para 86% da população brasileira (versus 79% ao final de 2018)[4]. A dinâmica Móvel também foi marcada por maior agressividade nas ofertas comerciais, que apresentaram aumento na franquia de dados sem reajuste proporcional em preço. O segmento Pré-Pago mostrou menor retração de receitas que no ano anterior, positivamente influenciado pelo aumento do uso de dados e pela melhora da atividade econômica do país.

A consolidação de mercado esteve ainda mais em foco no setor em 2019. Um dos principais *drivers* deste movimento é a grande pulverização de provedores regionais de Banda Larga Fixa, totalizando 116 operações de M&A envolvendo empresas de internet no 1º semestre de 2019 (contra 73 no 1º semestre de 2018)[5]. Entre as grandes operadoras, destaca-se a aquisição da Nextel pelo Grupo América Móvil e a contratação de assessoria financeira pela Oi para avaliação de sua operação móvel.

A Telefônica Brasil manteve seu histórico de entrega de resultados significativos ao longo do ano. No negócio Móvel, manteve-se na liderança do Pós-Pago, com o maior *mix* do mercado em clientes de alto valor, resultado de seu compromisso com a qualidade e entrega de soluções inovadoras. No negócio Fixo, o ano foi marcado pela expansão da rede de Fibra, reforçando o seu posicionamento como operadora com a maior cobertura em rede de FTTH (*Fiber to the Home*) no país. A Companhia também anunciou modelos alternativos para acelerar a expansão de Fibra com menor CAPEX e melhor *time-to-market*, via parceria com a American Tower em mais de 40 cidades no estado de Minas Gerais e também via modelo de franquias com foco em bairros e municípios brasileiros nos quais não possui oferta.

2.3. Ambiente Regulatório

No âmbito regulatório, houve a realização de importantes eventos. Indicamos a seguir, os principais temas regulatórios na pauta da Telefônica Brasil, da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e do Governo Federal.

- Leilão 5G
- Plano Nacional de IoT
- Novo Marco Regulatório das Telecomunicações
- Roaming Internacional
- Silêncio Positivo e Direito de Passagem
- Novo Regulamento de Qualidade
- Código de conduta para redução de ligações de televendas

Os temas acima listados são detalhados no item 7.5 do Formulário de Referência da Companhia, disponibilizado no site de Relações com Investidores www.telefonica.com.br/ri

3. Estratégia Comercial

Em 2019, pequenos *players* apresentaram crescimento expressivo no mercado de banda larga fixa. Estes *players* têm estratégias diversas de preço e posicionamento e, em geral, atuam localmente, mas juntos foram os que mais cresceram em acessos no ano. Apesar do crescimento destes concorrentes, continuamos apostando na expansão da rede de fibra óptica pelo país, com o objetivo de entregar banda larga de alta qualidade e velocidade. Adicionalmente, a Companhia continuou investindo para evoluir na transformação digital, aumentando a quantidade de clientes com acesso ao Meu Vivo e reduzindo a dependência dos canais tradicionais de contato com os mesmos.

Com relação às ofertas no negócio fixo, alavancamos a proposta de valor com as ofertas de degustação de velocidade na Fibra (FTTH), com foco na entrega de altas velocidades como o 100Mbps e o 200Mbps.

No pós pago, a Companhia continua liderando o mercado com 39,4% de participação, o que ocorre em função do forte posicionamento da empresa na categoria Vivo Pós Família, que evoluiu para entregar mais benefícios para os clientes, como mais franquia e diárias inclusas de utilização fora do país para os clientes da categoria. Adicionalmente, neste ano a empresa alavancou o crescimento no segmento pós pago através da totalização dos clientes, oferecendo benefícios, como descontos agressivos e bônus em franquias, para clientes que possuíssem uma banda larga com a Vivo. Dessa forma, a Companhia foi capaz de incrementar o volume de vendas de planos pós pago.

Mantendo sua aposta na transformação digital, continuamos investindo no Vivo Easy, um plano que é customizado pelo cliente através do aplicativo. A comunicação continuou reforçando que não há mensalidade e nem validade dos serviços comprados, como internet e diárias de apps. Houve também avanços na parte estrutural (back/front-end), contribuindo para a performance do produto e, principalmente, na interface e usabilidade do app, melhorando a experiência do cliente. Para diversificar ainda mais o portfólio, foram incluídos novos parceiros, como a rede social TIKTOK e app de mobilidade MOOVIT. Os preços das franquias de internet foram ajustados tornando-os mais atrativos e competitivos, para os novos e atuais clientes. Além dessas mudanças, as ofertas agressivas passaram a contar com recompensas em cashback, uma prática bastante difundida nos meios digitais. Os resultados destas ações, somados a uma ampla estratégia de mídia digital com foco em conversão, tiveram impacto positivo no último trimestre do ano, com aumento significativo nas adesões ao plano Vivo Easy e avaliações positivas dos clientes em relação ao app.

No Pré-pago, foi um ano de sólida recuperação de resultados, sustentada pela ampliação do portfólio de ofertas com novas opções semanais e quinzenais. Esses lançamentos dão mais possibilidades de escolha aos clientes e permitem maximizar a rentabilização da base. Além disso, a Vivo manteve a oferta do Giga Chip, com internet em dobro por 6 meses, WhatsApp ilimitado e 15 dias grátis. Inovamos com uma atuação mais segmentada, utilizando algoritmos e aprendizado de máquina para entender momentos-chave da relação do cliente com a Vivo e gerar uma experiência mais personalizada.

Por fim, em linha com a tendência de entregar uma experiência cada vez mais personalizada para os clientes, o programa de relacionamento da Vivo, o Vivo Valoriza, passou por uma transformação e foi relançado no início de 2020, com uma mecânica que entrega prêmios de acordo com os interesses e preferências de cada cliente em uma jornada simples e digital através dos apps Meu Vivo. Além disso, um projeto foi iniciado para criar e

2 Expectativa do mercado segundo a Pesquisa Focus.

3 Fonte: Anatel.

4 Fonte: Teleco.

5 FONTE: KPMG - FUSÕES E AQUISIÇÕES 2º TRIMESTRE DE 2019.

continua

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:08:54.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485515] - www.imprensaoficial.com.br

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-1
Data: 09/06/2020 21:45:45
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26514-Q181;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

implementar uma régua de relacionamento com os clientes para estabelecer uma conversa transparente, efetiva e encantadora em todo o ciclo de vida readequando o conteúdo, timing, recorrência e canais por perfil de cliente e um novo tom de comunicação que aproxime a Vivo do cliente.

3.1. Negócios Corporativos

Em 2019, o mercado B2B foi novamente impactado pelo baixo crescimento econômico, o que exigiu das empresas forte racionalização das despesas, refletindo no consumo de serviços de telecomunicações. As taxas de desemprego permaneceram elevadas e o índice de informalidade atingiu recorde histórico. Este cenário exigiu readequação da proposta de valor das ofertas nos negócios móvel e fixo. Já em TI, a crescente demanda por digitalização de negócios e atualização de infraestrutura, auportada pela ampliação do nosso portfólio de produtos e ofertas, permitiu expansão consistente das receitas.

No negócio móvel, a estratégia de atuação através do portfólio *Smart Empresas* com foco em planos com serviço de voz ilimitada e pacotes de dados compartilhados mostrou-se efetiva e aderente às expectativas do mercado. O portfólio já representa 60% da base de acessos móveis e teve sua proposta de valor ampliada pelo posicionamento de conexão segura para as empresas através de soluções digitais. As ofertas de roaming internacional também se tornaram mais robustas e com relação custo benefício mais atraente com o lançamento do Vivo Travel com pacotes mensais para voz e dados.

No fixo corporativo, o crescimento do parque FTTH em Banda Larga evidencia nosso posicionamento e compromisso na oferta de conectividade em altas velocidades. Fibra já representa 70% das altas, das quais 75% em velocidades a partir de 300Mbps, impulsionando o ARPU. Esta estratégia foi reforçada com o lançamento de velocidades de até 1Gbps ao longo de 2019 e teve contribuição relevante do sucesso da Black Friday. Em dados avançados, melhoramos nossa proposta de valor através de novos planos de internet dedicada, que já representam 58% das vendas.

4. Desempenho dos Negócios

A Telefônica Brasil S.A. e suas subsidiárias integrais atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações outorgadas pela ANATEL para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga, serviços de TV por assinatura, bem como serviços de valor adicionado não considerados de telecomunicações.

4.1. Atendimento ao Cliente

Em 2019, a digitalização e as melhorias operacionais levaram a uma queda de mais de 20% das chamadas de call-center em relação a 2018. Além disso, houve uma melhora na experiência do cliente indicada pela redução do tempo médio de espera e maior autonomia dos representantes, resultando na melhora do indicador de solução no primeiro contato. Parte disso se deve a um esforço para expandir os canais digitais e desenvolver mais opções de autoatendimento.

Entre os principais projetos de digitalização estão os novos recursos implantados no aplicativo Meu Vivo, aumentando sua adoção e atingindo 15 milhões de usuários únicos ao final de 2019. O aplicativo está conectado à Aura, a Inteligência Artificial da Vivo, essencial na migração das chamadas tradicionais para uma experiencia digital. Além disso, o lançamento do WhatsApp como canal de serviços já prestou assistência a um número significativo de clientes em 2019.

Apesar dos esforços para levar o cliente aos nossos canais digitais, alguns deles ainda preferem o canal tradicional. Para garantir que cada cliente tenha acesso ao seu canal de preferência expandimos o nosso Call Center Cognitivo, com mais de 20 milhões de contatos atendidos por Bot em 2019, com uma experiência amigável, rápida e humanizada, ajudando a melhorar a retenção nos canais eletrônicos.

Para avaliar a qualidade percebida de todos os pontos de contato, lançamos o programa DNA Thermometer, uma metodologia para capturar a percepção do cliente sobre nossos serviços, garantindo monitoramento e agilidade nas soluções. O objetivo de todas essas ações é melhorar cada vez mais a experiência do cliente, alinhando sua jornada à nossa cultura corporativa de ser confiável, fácil, agradável e eficiente.

4.2. Infraestrutura e Rede

Desde 2013, a Companhia vem implementando a consolidação de uma rede robusta, capaz de atender às expectativas do cliente. Houve avanços na migração das centrais *Time Division Multiplex* (TDM) para *Next Generation Networks* (NGN), alcançando 72,8% do tráfego fixo migrado, na modernização das centrais e na adaptação da infraestrutura dos *data centers*.

Ao final de 2019, a rede móvel da Companhia cobria 4.658 municípios entre as tecnologias disponíveis LTE Advanced Pro, LTE, WCDMA, GSM/EDGE e CDMA. O número equivale a 83,6% do total de municípios do Brasil ou a 96,5% da população. A rede 2G/GSM-EDGE, encerrou 2019 com 645 municípios cobertos em São Paulo, totalizando 3.758 municípios no Brasil. No mesmo período, a rede 3G/WCDMA passou a estar presente em 645 municípios em São Paulo, totalizando 4.502 municípios atendidos com essa tecnologia no Brasil.

A tecnologia 4G (LTE), lançada em 2013, foi um importante avanço para a rede móvel uma vez que possui taxas de transmissão superiores a Rede 3G. Continuamos expandindo a cobertura desta tecnologia e encerramos o ano com 3.206 municípios com rede 4G no país.

A expansão nacional da rede LTE Advanced Pro (ou 4.5G) foi um importante avanço para a Companhia. Essa tecnologia permite que os clientes que possuem terminais compatíveis atinjam taxas de transmissão de dados ainda mais altas que o 4G tradicional. Alcançamos em 2019 a implantação desta tecnologia em 1.208 municípios.

A implantação da rede de fibra (tecnologia GPON) alcançou, em 2019, uma cobertura total de 21,1 milhões de *homes passed*, sendo 9,1 milhões no estado de São Paulo e 12 milhões nos demais estados do país, com diferentes velocidades de até 300Mbps. O produto de fibra óptica inclui em seu portfólio o serviço de IPTV de alta definição (HDTV). Além do IPTV, a empresa possui em seu portfólio de produtos avançados para clientes corporativos o atendimento via fibra óptica GPON.

4.3. Vendas

A estrutura comercial da Telefônica Brasil encerra o ano de 2019 com aproximadamente 1.600 pontos de venda, entre próprios e administrados por revendedores autorizados, aproximadamente 14.000 pontos de venda das redes varejistas, além dos canais remotos, como Televendas e Online. A estratégia de capilaridade com foco na eficiência e excelência operacional aliada à aceleração do processo de digitalização dos canais proporcionou a alocação inteligente de recursos e a manutenção da liderança no mercado brasileiro de telecomunicações, com domínio no segmento de alto valor.

Em Lojas, segue o processo de transformação dos pontos de vendas em pontos de experiências, realizando contínuos avanços relevantes para melhoria de infraestrutura, sistemas, atendimento, microgestão e capilaridade que garantam uma operação ainda mais eficiente, rentável e encantadora. Finalmente, foram alcançadas as importantes marcas de: oito lojas icônicas, cinco *stores in store* e a inauguração de 142 lojas Plus, um conceito de loja criado para atender às pequenas e médias cidades.

O canal de Distribuição, que engloba bancas de jornais, farmácias, padarias, entre outros estabelecimentos de pequeno varejo, é hoje responsável por 87% da captação pré-pago e 70% das Recargas. O canal seguiu estimulando a eficiência comercial e operacional, através da melhoria de suas ferramentas de microgestão, que são capazes de gerir a capilaridade e abastecimento em tempo real, otimizando a atuação da força de vendas na cadeia fim a fim.

No canal Varejo, buscamos a simplificação da apuração dos comissionamentos, processos e KPIs, além do fortalecimento da venda estrutural e entrada de novas Redes Varejistas.

O Porta a Porta segue em transformação por meio da otimização da rede de parceiros, introdução de parceiros nacionais e mais estruturados sem elevar custos unitários, e com capilaridade direcionada para rede de Fibra. Com foco cada vez maior em qualidade, este canal realizou mais de 70% de vendas de Fibra nos meses de lançamento de novas cidades. Além disso, as melhorias contínuas do canal porta a porta elevaram vendas em condomínios de alto valor, atingindo representatividade de 40% do total de vendas neste segmento.

O Televendas realizou, em média, 560 mil vendas por mês. O canal focou em alcançar ganho de base com qualidade, buscando novos clientes e migrando os atuais a planos mais adequados ao perfil de consumo. Foram 3,8 milhões de migrações no portfólio Controle e 360 mil vendas de Fibra, o que representa 38% das vendas da Companhia. O canal conta com a inteligência artificial, conectando o cliente ao operador mais adequado. Este *match* ajuda a mapear melhores argumentos comerciais e trouxe mais de 83 mil vendas incrementais.

Em 2019 foi iniciado o projeto de Aceleração de Vendas Digitais que já surte efeito nos resultados do *e-commerce*, principalmente nas vendas de móvel B2C, com crescimento de 60% no ano e de fibra, com crescimento de 58%. Por fim, a conexão com o Mercado Pago na Recarga Digital, trouxe maior receita e diminuiu custos unitários, resultando em menor comissão de vendas.

O Meu Vivo, principal canal de autoatendimento da empresa e que reforça a estratégia de atendimento digital, também contribuiu com o desempenho positivo dos canais digitais: os usuários únicos do aplicativo aumentaram em 21% no ano, sendo que as recargas realizadas via app cresceram 86% frente ao ano anterior.

4.4. Sistemas de Informação

Em 2019, trabalhamos centrados nas 3 prioridades para a TI: Transformação do Negócio, com programas que promovem a digitalização e simplificação do nosso mapa de sistemas; Aceleração das Entregas, buscando agregar mais valor para o negócio; e Excelência Operacional, garantindo uma operação robusta e resiliente.

Transformação do Negócio - o projeto *FullStack* B2C segue avançando e já conta com 7,6 milhões de acessos dos serviços móveis, pós-pago e controle. Além disso, iniciamos o desenvolvimento da fase de convergência com os produtos de fibra, por meio da qual passaremos a ter uma visão completa do nosso cliente. Quanto ao *FullStack* B2B, tivemos as primeiras entregas de funcionalidades do ciclo pré-venda, como a migração de produtos e implantação no canal presencial de vendas, gerando vendas melhores e mais assertivas. No Novo OCS *(Online Charging System)* já iniciamos as simulações de negócio com clientes pós-pagos. Quanto aos serviços digitais, também iniciamos a reformulação dos nossos canais de venda, por meio de investimentos no desenvolvimento de uma nova plataforma de e-Commerce.

Aceleração de Entregas - completamos um ano do programa TI2X, onde obtivemos resultados surpreendentes, como a duplicação da capacidade de entrega de projetos, aumento do cumprimento do prazo das entregas e redução do *Time to Market* para o negócio, sem aumento do nível de investimento. Esses resultados foram alcançados por meio de um conjunto de ações de melhorias de processos e a internalização do conhecimento de tecnologias e funções críticas para TI, através da contratação de 971 pessoas passando de um nível de terceirização de 73% para 59%.

Excelência Operacional - continuamos avançando na estratégia de virtualização de servidores, atingindo 83,7% do parque, permitindo uma maior eficiência na gestão e redução da obsolescência. Buscamos tornar nossa arquitetura cada vez mais simples, segura e robusta, e tratar as causas raiz dos ofensores da disponibilidade.

A soma desses esforços é demonstrada pela disponibilidade sistêmica de 99,89% em 2019.

5. Governança Corporativa

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil S.A. estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários. Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;
- A transparência na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores, clientes e órgãos públicos;
- A igualdade no tratamento dos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, a Companhia tem instituído medidas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas e evitar conflitos de interesse.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por doze membros, sendo um deles eleito, pelo voto dos acionistas detentores das ações preferenciais em votação separada e sem a participação do controlador, e os demais eleitos pelo voto geral das ações ordinárias. Em 2019, o Conselho de Administração se reuniu 19 vezes no exercício de suas funções.

O Conselho Fiscal da Companhia é composto por três membros efetivos e três membros suplentes e, em 2019 se reuniu 09 vezes no exercício de suas funções.

A Diretoria é composta por três membros, com os seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e Secretário Geral e Diretor Jurídico.

5.1. Relações com Investidores

Com o objetivo de obter uma valoração justa de suas ações, a Companhia adota práticas que visam dar transparência sobre sua estratégia, evolução dos negócios, além de suas políticas e os eventos incorridos para acionistas, investidores e analistas.

Informações relevantes são disponibilizadas no portal da Companhia na internet (www.telefonica.com.br/ri), com versões em português e inglês. Adicionalmente, a Companhia possui uma equipe de Relações com Investidores para esclarecer dúvidas por telefone ou em reuniões individuais, quando solicitadas.

5.2. Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Companhia e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Em 2019, não foram contratados serviços que não fossem de auditoria junto ao auditor independente, PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes.

6. Recursos Humanos

Em 2019, foi consolidado o plano estratégico global da companhia, o #RECONECTA, lançado em 2018.

Atenta a um mundo veloz nas transformações e para apoiar o negócio em seu plano de crescimento, a Vice-Presidência de Pessoas elegeu quatro desafios estratégicos: Impulsionar uma cultura de alta performance; Atrair e reter os melhores talentos; Alavancar gestão eficiente com foco em processos, gestão e sistemas; e Melhorar a satisfação e orgulho dos nossos colaboradores em trabalhar na Vivo. Diante deste desafio a Companhia transformou sua forma de trabalhar e entregar os resultados.

Novas formas de trabalho e outros métodos de gestão assertivos e inovadores, como OKRs (Objetivos e Resultados Chave) e *Design Thinking* foram utilizados para entregar o planejamento para os desafios estratégicos.

Para apoiar a nossa transformação realizamos um estudo de Cultura, que nos permitiu identificar as potencialidades da Vivo frente a nossa estratégia de longo prazo, por meio de uma pesquisa, respondida por mais de 17mil colaboradores, além de entrevistas com líderes e *focus groups* com colaboradores. Também foi reestruturada a Pesquisa de Motivação, mais focada nas necessidades dos colaboradores, cultura da empresa, tendências de mercado e alinhada com nossa estratégia. A pesquisa teve como principal indicador a satisfação das pessoas, o eNPS (*Employee Net Promoter Score*), fundamentado na mesma metodologia que utilizamos para medir a satisfação dos clientes (NPS). A pesquisa de motivação teve 87% de adesão e o e-NPS foi de 72,5 pontos.

Ambiente em evolução

Em 2019, a VP Pessoas atuou para um ambiente em que a auto expressão, a flexibilidade e a diversidade de pessoas e ideias estejam nos princípios da gestão, capaz de atrair e reter os melhores talentos. Com um ano de existência, o programa Vivo Diversidade valorizou a diversidade de pontos de vista, origens, identidades e orientação, para que todos se sintam à vontade para serem como são, tendo suas diferenças respeitadas.

Foram definidas metas de aumento de representatividade em cada um dos pilares estratégicos de diversidade (gênero, raça, LGBTI+ e Pessoas com Deficiência), e estruturada a plataforma com dois objetivos: a promoção de uma cultura inclusiva e o aumento da representatividade de diversos públicos em todos os níveis hierárquicos da empresa. Trabalhamos com grupos de afinidade formados por colaboradores voluntários e engajados nos temas, que discutem e sugerem ações afirmativas para equiparar as condições de crescimento dentro da organização.

Os espaços colaborativos também ganharam destaque em 2019, sendo implementados em outras regionais, com novos prédios que se adequaram ao conceito. Além disso foi ampliado o *Mobilly* para que os colaboradores elegíveis trabalhem remotamente dois dias por semana. Essa mudança trouxe ainda mais produtividade e qualidade de vida aos colaboradores.

Nesse ambiente de colaboração, que valoriza a participação e a expressão de cada um, a Comunicação Interna inovou em ações e canais, como *Workplace*, gerando um diálogo aberto, acessível e transparente. Além disso, contamos com o programa DNA em Ação, onde mais de 350 gestores entre VPs, Diretores e Gerentes visitaram Lojas, PaP, Campo, Callcenter e Audiências Judiciais e tiveram a oportunidade de conhecer e vivenciar mais o atendimento oferecido ao nosso cliente.

Proposta de valor ao colaborador

A Companhia possuía 32.793 colaboradores em dezembro de 2019 (32.638 colaboradores em dezembro de 2018). Para atrair e reter os melhores talentos, foram implantados um novo modelo de recrutamento e seleção, além da criação da proposta de valor para o colaborador, EVP - *Employee Value Proposition*. Após a pesquisa com diversos colaboradores, foi identificada a proposta de valor que eles reconhecem em relação a trabalhar na Vivo e foram elencados os quatro atributos: Conexões Humanas; Empresa líder em transformação, Desafios e desenvolvimento e Benefícios.

Já o novo modelo de recrutamento trouxe jornadas dos candidatos e gestores com novos processos e soluções digitais e inovadoras. Investimos em novas plataformas de recrutamento e seleção com uso da inteligência artificial e que proporcionam melhor experiência ao usuário. Dentre as novas plataformas digitais, destacamos solução de *videobot* personalizado para envio de propostas de contratação e ferramenta para recebimento de documentos admissionais de forma digital, com uso de dispositivos móveis, reduzindo custos com consultorias externas.

6.1. Remuneração e benefícios

A Companhia adota estratégias de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado, de forma a atrair e reter os talentos, bem como reconhecer o desempenho individual. A remuneração total dos colaboradores é composta por remuneração fixa, programas de remuneração variável de curto e longo prazo e benefícios.

Em 2019, a companhia adotou uma nova estratégia de remuneração e reposicionou os seus executivos. Com isso, 3.761 profissionais foram promovidos e 7.615 foram contemplados no processo de incremento salarial, totalizando 11.376 profissionais com aumento de remuneração, além dos reajustes legais aplicados.

6.2. Educação e Programas de Desenvolvimento

Em 2019, foram investidos cerca de R$55,7 milhões em educação, fundamentado na estratégia de capacitações presenciais e *online* que permitiu triplicar o total de participações de colaboradores efetivos e parceiros, comparado ao ano anterior, atingindo a marca de mais de 1.900 mil participações.

6.3. Segurança e prevenção

Em 2019, realizamos treinamentos e reciclagens obrigatórios para atividades em altura NR 35, totalizando mais de 21 mil horas, para atividade com proximidade a energia elétrica NR 10, foram mais de 20 mil horas de treinamento, além do público de *Call Center*, para atendimento a NR 17 que receberam 3 mil horas de treinamento.

A Companhia mantém áreas dedicadas à Saúde e à Segurança no Trabalho, com o objetivo de promover um ambiente saudável de trabalho que inclui atendimentos médico, nutricional, psicológico, de fisioterapia, campanha de vacinação, entre outros. Sendo realizada, em setembro, a Semana de Saúde, que atingiu 25.523 colaboradores com suas ações, e teve o objetivo de conscientizar e incentivar atitudes saudáveis e seguras para o dia a dia dos colaboradores.

continua

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:09:06.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485518] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-2
Data: 09/06/2020 21:45:46
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26515-LA23;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. Sustentabilidade

Aplicar a sustentabilidade em nossa estratégia nos permite identificar oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias para gerar valor à sociedade e realizar uma gestão eficaz de impactos inerentes a nossas atividades, tornando nosso negócio cada vez mais responsável.

A condução de nossos negócios, estabelece metas a serem alcançadas até 2021, o que implica atuar de uma maneira íntegra, transparente e assumir compromissos com o desenvolvimento sustentável, a fim de gerar impacto social positivo e criar valor compartilhado, com uma visão de sustentabilidade que coloque as pessoas no centro do que fazemos e que reduza os impactos negativos na nossa operação.

Por isso, o Grupo Telefônica desenvolveu seu Plano Global de Negócios Responsáveis, que tem sete pilares:

- Promessa ao Cliente e Confiança Digital
- Gestão de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos
- Diversidade e Gestão de Talentos
- Meio Ambiente
- Inovação sustentável
- Contribuição ao Progresso
- Ética

Alinhados a esses compromissos, os temas mais relevantes e priorizados em nossos negócios são endereçados dentro da Telefônica Brasil por meio de projetos e metas que envolvem todas as áreas da Companhia, formando o nosso Plano de Negócios Responsáveis.

Temas como mudanças climáticas, diversidade e confiança digital, entre outros, se tornam cada vez mais importantes para a sociedade e podem mudar a forma como nos relacionamos com os clientes e demais públicos de nossa cadeia de valor.

Além disso, somos a primeira empresa de telecomunicações no Brasil a lançar um Centro de Privacidade para a discussão e esclarecimento sobre o tema. Somos a operadora brasileira que mais se compromete publicamente com a privacidade dos dados de seus usuários de internet, seja na banda larga fixa ou na internet móvel, segundo pesquisa realizada pelo Internet Lab, centro independente de pesquisa interdisciplinar em direito e tecnologia, em outubro de 2019.

Somos signatário e participamos ativamente de outras iniciativas relevantes que também contribuem com o desenvolvimento sustentável, como o **Pacto Global**, o **GHG *Protocol*** (Selo Ouro) e o ***Carbon Disclosure Project* (CDP)** e também firmamos compromissos públicos com as organizações que atuam nos pilares do Programa Vivo Diversidade: os Princípios do Empoderamento da Mulher, o Movimento Mulher 360, o Fórum de Empresas e Direitos LGBT+, a Rede Empresarial de Inclusão Social e a Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. Nesse contexto, fomos premiados com o Selo Ouro na 3ª edição do Prêmio WEPs Brasil, um importante reconhecimento sobre nossos esforços para promover a igualdade no ambiente de trabalho, cadeia de valor e comunidades.

Em 2019, a Telefônica Brasil esteve presente nos principais rankings de sustentabilidade nacional e internacional. Pelo oitavo ano consecutivo, integramos a carteira do ISE da B3. Mais uma vez, fizemos parte do GUIA EXAME de Sustentabilidade e nos mantivemos, pelo quinto ano consecutivo, no *Best Emerging Markets Performers Ranking* da VIGEO EIRIS.

A Companhia disponibiliza o Relatório Anual de Sustentabilidade, segundo os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI), na área de Sustentabilidade no site www.telefonica.com.br ou no site de Relações com Investidores www.telefonica.com.br/ri.

7.1. Investimento social privado

A Fundação Telefônica Vivo, responsável pelos projetos sociais da Telefônica Brasil, acredita na inovação educativa como forma de inspirar novos caminhos para o desenvolvimento do Brasil a partir da educação. A Fundação desenvolve projetos nas áreas de educação, empreendedorismo social e voluntariado. Com atuação no Brasil desde 1999, faz parte de uma rede formada por outras 17 fundações presentes na Europa e América Latina, integrantes do Grupo Telefônica. Em 2019, beneficiamos cerca de 1,4 milhão de pessoas e investimos R$ 72 milhões.

Para saber mais sobre a Fundação Telefônica Vivo, acesse: www.fundacaotelefonica.org.br

8. Desempenho Operacional

Ao final de 2019, a Companhia totalizou 74.582 mil acessos móveis, reafirmando sua liderança com uma participação de mercado de 32,9%. A base de clientes pós-pago representava 57,9% da base móvel ao final de 2018, um crescimento de 2,7 p.p. em relação a 2018.

Em relação à telefonia fixa, a Companhia encerrou o ano de 2019 com 19.044 mil unidades geradoras de receitas, redução de 13,5% em relação ao ano anterior, devido principalmente à maturidade da voz fixa e à estratégia mais seletiva para o serviço de TV por assinatura.

Banda Larga - atingiu 8.908 mil clientes ao final de 2019, redução de 7,4% em relação a 2018. Os acessos através da fibra (FTTH) atingiram 2.477 mil clientes, com crescimento anual de 30,8%, representando 35,9% do total de acessos de banda larga.

Linhas em Serviço - atingiu 10.817 mil clientes em 2019, uma redução de 16,8% em relação a 2018, principalmente devido à maturidade no serviço de voz fixa e substituição fixo-móvel.

TV por assinatura - atingiu 1.320 mil clientes em 2019, redução de 15,8% em relação a 2018, refletindo a seletividade da Companhia com foco em clientes de maior valor e a decisão estratégica de cesser a comercialização de serviços com a tecnologia DTH. O IPTV atingiu 715 mil usuários, um crescimento anual de 23,4%.

Dessa forma, a Companhia encerrou 2019 com 93.627 mil clientes, uma redução de 1,6% em relação ao ano anterior, principalmente em função das desconexões de clientes de voz fixa e de clientes móveis pré-pagos.

9. Desempenho Financeiro

9.1. Receita Operacional Líquida

Em 2019, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R$ 44,268,2 milhões, aumento de 1,9% em comparação a 2018, quando registramos receita líquida de R$ 43,462,7 milhões. Contribuíram para esse crescimento as maiores receitas de dados e serviços digitais móveis, além da banda larga fixa, parcialmente compensadas pela redução das receitas de voz e TV por assinatura.

9.2. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R$ 26.134,5 milhões em 2019, aumento de 1,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R$ 25.637,9 milhões), e abaixo da inflação do período de 4,3%. O aumento é explicado, principalmente, pelo efeito não-recorrente relacionado a decisão judicial em favor da Companhia referente à contingência tributária registrado em 2018, além do maior custo de mercadorias vendidas, refletindo a estratégia de maior foco na venda de terminais e equipamentos com margem. Por outro lado, o intenso processo de digitalização e automação promovido pela Companhia resultou na redução de custos com impressão e postagem de contas pela adoção do *e-billing*, redução de custos com comissionamento dado o crescimento do *e-commerce* de produtos, serviços e recargas a menores custos com atendimento ao cliente em função da maior penetração do aplicativo Meu Vivo.

9.3. EBITDA

O EBITDA foi de R$ 18.133,7 milhões em 2019, aumento de 1,7% em relação aos R$ 17.824,8 milhões registrados em 2018. A Margem EBITDA alcançada em 2019 foi de 41,0%. Contribuíram para esse resultado a maior receita de serviços móveis, de ultra banda larga e de Dados Corporativos e TI, além das medidas de eficiência e digitalização adotadas pela Companhia, parcialmente compensados pelo registro de efeito não-recorrente relacionado a decisão judicial em favor da Companhia referente à contingência tributária. Excluindo esse efeito, houve um incremento de 4,7 p.p. na margem EBITDA recorrente quando comparado com a margem EBITDA recorrente de 35,8% registrada em 2018.

Em milhões de reais - Consolidado	2019	2018
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial (*)	7.213,9	9.456,2
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	8.624,2	6.487,9
Em despesas de comercialização de serviços	1.501,1	1.352,6
Em despesas gerais e administrativas	794,5	528,1
EBITDA	**18.133,7**	**17.824,8**
Margem EBITDA		
a) EBITDA	**18.133,7**	**17.824,8**
b) Receita Operacional Líquida (*)	**44.268,2**	**43.462,7**
a) / b)	41,0%	41,0%
Margem EBITDA Recorrente	40,5%	35,8%

(*) Vide demonstrações de resultados.

9.4. Endividamento

Em milhões de reais - Consolidado	2019	2018
Empréstimos e Financiamentos	(1.045,1)	(2.106,8)
Debêntures	(3.104,4)	(3.173,9)
Arrendamentos	(9.191,2)	(393,0)
Contraprestação Contingente GVT	(484,0)	(465,7)
Endividamento total	(13.824,7)	(6.139,4)
Operações com derivativos	16,0	56,1
Endividamento após derivativos	(13.808,7)	(6.083,3)

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com dívida bruta de R$ 13.808,7 milhões (R$ 6.083,3 milhões em 2018) ou 19,6% do patrimônio líquido (8,5% em 2018). Os recursos captados são 100% denominados em moeda nacional.

9.5. Resultado do Exercício

A consolidação dos resultados do exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta Lucro Líquido de R$ 5.001,0 milhões em 2019 (R$ 8.928,3 milhões em 2018), montante 44,0% inferior ao mesmo período de 2018. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2019 foi de 11,3% (20,5% em 2018).

Em milhões de reais	2019	2018
a) Lucro líquido do exercício (*)	5.001,0	8.928,3
b) Receita operacional líquida (*)	44.268,2	43.462,7
a) / b)	11,3%	20,5%

(*) Vide demonstrações de resultados.

9.6. Investimentos

Em 2019, a Companhia investiu R$ 8.844,3 milhões, valor 7,9% superior ao ano anterior (R$ 8.199,9 milhões).

Em 2019, continuamos expandindo nossos serviços de telefonia fixa implantando serviços de fibra ótica (FTTH) em 43 novas cidades e construindo aproximadamente 2,3 milhões de novos *homes passed*. Desta forma, a Telefônica Brasil está presente com FTTH em mais de 164 cidades com aproximadamente 11 milhões de *homes passed* no território nacional.

Em 2019, fizemos importantes investimentos na manutenção e expansão do serviço de voz e internet móvel e consolidamos a implantação do 4G, atingindo a marca expressiva de 3.206 municípios. Além disso, melhoramos a qualidade de sinal em diversas regiões e aplicamos recursos importantes em ações de manutenção (proativa e reativa).

A Telefônica Brasil investiu também na integração dos sistemas do negócio fixo e móvel, além de melhorar a infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento). Em 2019, continuamos investindo na melhoria, expansão e integração dos sistemas operacionais, com destaque para a continua transformação do ambiente de faturamento e dos projetos de *Big Data*, que darão suporte ao lançamento de novos produtos e serviços, com foco principal na experiência do cliente.

Consolidado em R$ milhões	2019	2018	Δ% YoY
TOTAL	**8.844,3**	**8.199,9**	**7,9**
Rede	7.273,6	6.881,2	5,7
Tecnologia/Sistemas de Informação	1.185,0	999,3	18,6
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e Outros	385,6	312,8	23,3

10. Mercado de Capitais

As ações ordinárias (VIVT3) e preferenciais (VIVT4), negociadas na B3, encerraram o ano de 2019 cotadas a R$ 49,04 e R$ 57,98, apresentando uma valorização de 18,8% e 25,4%, respectivamente, em relação aos preços de fechamento do ano de 2018. No mesmo período, o volume médio diário de negociação das ações VIVT3 e VIVT4 foi de R$ 2.252 mil e R$ 87.061 mil, respectivamente. O retorno total ao acionista (TSR) atingiu 26,9% para as ações ordinárias e 33,4% para as ações preferenciais nos últimos 12 meses.

As ADRs (VIV), negociadas na NYSE, encerraram o quarto trimestre de 2019 cotadas a US$ 14,32, valorizando-se 20,0% em comparação ao preço de fechamento de 2018. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US$ 19.819 mil.

O gráfico a seguir representa o desempenho das ações no último ano:

10.1 Remuneração ao acionista

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os juros sobre capital próprio e dividendos declarados pela Telefônica Brasil com base no lucro do exercício de 2019 totalizaram R$ 5,8 bilhões, um *payout* de 116%, conforme relacionado na tabela a seguir:

2019	Deliberação	Posição Acionária	Valor Bruto (R$ Milhões)	Valor Líquido (R$ Milhões)	Classe de Ação	Valor Bruto por Ação (R$)	Valor Líquido por Ação (R$)	Data de Pagamento
Dividendos (base em dez/19)	a ser deliberado em 08/04/2020[1]	08/04/2020	2.196	2.196	ON	1,219332	1,219332	Dezembro/20
					PN	1,341265	1,341265	
Dividendos (base em nov/19)	19/12/2019	30/12/2019	1.000	1.000	ON	0,555362	0,555362	Agosto/20
					PN	0,610898	0,610898	
JSCP (base em nov/19)	19/12/2019	30/12/2019	350	298	ON	0,194377	0,165220	Agosto/20
					PN	0,213814	0,181742	
JSCP (base em 2019)	17/06/2019	28/06/2019	968	823	ON	0,537590	0,456952	Agosto/20
					PN	0,591349	0,502647	
JSCP (base em mar/19)	17/04/2019	30/04/2019	570	485	ON	0,316556	0,269073	Agosto/20
					PN	0,348212	0,295980	
JSCP (base em 2019)	15/02/2019	28/02/2019	700	595	ON	0,388753	0,330440	Agosto/20
					PN	0,427629	0,363484	

1 - Dividendo proposto pela Administração para futura deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 08 de abril de 2020.

11. Perspectivas

A crescente importância dos serviços digitais está transformando os padrões de consumo em telecomunicações. Clientes exigem não apenas melhores conexões e maiores velocidades de tráfego, mas também uma agregação completa de serviços digitais relevantes, com uma experiência cada vez mais personalizada. Além disso, a reputação da marca e as preocupações com segurança e privacidade de dados estão se tornando cada vez mais importantes para as escolhas dos clientes, apoiadas pela nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que passará a vigorar em 2020.

O cenário macroeconômico deve continuar em recuperação, com a busca de significativas reformas políticas e econômicas pelo novo governo, como a aprovação da Reforma da Previdência Social. Um posicionamento mais pró-mercado também tende a favorecer o cenário regulatório, com a sanção do PLC 79 sendo uma demonstração desta abordagem. Tais medidas contribuem para a recuperação do setor de telecomunicações. Pelo lado das receitas, a oferta de serviços convergentes e o consumo exponencial de dados e serviços digitais sobre conectividade continuarão essenciais para o crescimento. Além disso, o ambiente competitivo deve se tornar mais propício para fusões e aquisições e focado na oferta de produtos e serviços diferenciados, tanto tradicionais quanto digitais, além de oferecer qualidade e melhor experiência ao cliente, o que exigirá maiores investimentos em tecnologias mais novas e eficientes, como FTTH e 4.5G.

Nesse contexto, a Telefônica Brasil está bem estruturada para manter sua liderança no mercado brasileiro de telecomunicações e continuar atendendo seus mais de 93 milhões de clientes. Relevância, Receita, Retorno, Responsabilidade e Motivação compõem os pilares estratégicos da Companhia que lhe permitirão alcançar o seu propósito de digitalizar para aproximar.

continua

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:09:17.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485523] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/12565090620756505076 1

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 12565090620756505076 1-3
Data: 09/06/2020 21:45:46
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26516-XLYF;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 31.12.19	Controladora 31.12.18	Consolidado 31.12.19	Consolidado 31.12.18
Ativo circulante		**18.371.347**	**18.241.374**	**18.644.978**	**18.362.992**
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.106.269	3.275.300	3.393.377	3.381.328
Contas a receber	4	8.675.720	8.246.991	8.719.497	8.304.382
Estoques	5	573.483	460.800	578.003	462.053
Despesas antecipadas	6	684.972	581.261	686.503	581.743
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	408.405	274.027	411.595	274.589
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	4.170.350	4.671.959	4.176.362	4.674.218
Depósitos e bloqueios judiciais	9	277.007	312.820	277.468	313.007
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	72.900	51.785	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	19.282	69.065	19.282	69.065
Outros ativos	10	382.959	297.366	382.591	302.607
Ativo não circulante		**89.709.031**	**84.192.902**	**89.645.044**	**84.198.326**
Realizável a longo prazo		**5.090.417**	**7.379.263**	**5.418.577**	**7.760.357**
Aplicações financeiras em garantia		63.558	76.717	63.766	76.934
Contas a receber	4	440.453	426.252	440.453	426.252
Despesas antecipadas	6	220.077	134.209	220.082	134.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	171.042	230.097
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	841.196	3.222.262	841.198	3.222.262
Depósitos e bloqueios judiciais	9	3.236.840	3.446.866	3.393.417	3.597.007
Instrumentos financeiros derivativos	31	52.881	26.468	52.881	26.468
Outros ativos	10	235.412	46.489	235.738	47.105
Investimentos	11	**516.513**	**484.108**	**104.251**	**101.657**
Imobilizado	12	**42.831.369**	**34.109.139**	**42.847.264**	**34.115.327**
Intangível	13	**41.270.732**	**42.220.392**	**41.274.952**	**42.220.985**
TOTAL DO ATIVO		**108.080.378**	**102.434.276**	**108.289.722**	**102.561.318**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 31.12.19	Controladora 31.12.18	Consolidado 31.12.19	Consolidado 31.12.18
Passivo circulante		**17.698.033**	**17.164.957**	**17.732.088**	**17.160.820**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	724.194	765.098	752.246	782.630
Fornecedores	16	8.917.252	7.746.133	8.871.799	7.642.782
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	-	-	6.585	12.009
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	1.116.229	1.739.516	1.139.812	1.797.965
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	3.587.417	4.172.916	3.587.417	4.172.916
Provisões e contingências	19	365.278	377.926	374.445	377.929
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	20	4.125.926	1.464.166	4.126.490	1.464.166
Receitas diferidas	21	506.181	525.509	506.181	525.509
Instrumentos financeiros derivativos	31	1.921	16.158	1.921	16.538
Outros passivos	22	353.635	357.535	365.192	368.376
Passivo não circulante		**19.926.767**	**13.662.292**	**20.102.056**	**13.793.971**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	35.958	11.850	36.028	11.893
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	86.512	-	86.512	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	239.074	39.245	285.055	39.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	3.146.453	1.982.952	3.146.453	1.982.952
Provisões e contingências	19	5.039.695	5.754.207	5.160.973	5.881.395
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	20	9.698.041	4.675.271	9.698.183	4.675.271
Receitas diferidas	21	208.229	250.526	211.901	250.526
Instrumentos financeiros derivativos	31	54.212	22.845	54.212	22.845
Outros passivos	22	1.418.593	925.396	1.422.739	929.333
TOTAL DO PASSIVO		**37.624.800**	**30.827.249**	**37.834.144**	**30.954.291**
Patrimônio líquido		**70.455.578**	**71.607.027**	**70.455.578**	**71.607.027**
Capital social	23	63.571.416	63.571.416	63.571.416	63.571.416
Reservas de capital	23	1.165.463	1.213.532	1.165.463	1.213.532
Reservas de lucro	23	3.492.387	4.324.170	3.492.387	4.324.170
Outros resultados abrangentes acumulados	23	30.737	29.225	30.737	29.225
Dividendo adicional proposto	23	2.195.575	2.468.684	2.195.575	2.468.684
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**108.080.378**	**102.434.276**	**108.289.722**	**102.561.318**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	24	**43.506.637**	**37.982.772**	**44.268.171**	**43.462.740**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(22.028.505)	(19.820.589)	(22.158.947)	(21.025.767)
Lucro bruto		**21.478.132**	**18.162.183**	**22.109.224**	**22.436.973**
Receitas (despesas) operacionais		**(14.717.628)**	**(11.034.036)**	**(14.895.300)**	**(12.980.789)**
Despesas com comercialização	25	(12.654.368)	(12.037.145)	(12.701.222)	(12.832.741)
Despesas gerais e administrativas	25	(2.474.931)	(2.508.829)	(2.498.096)	(2.598.970)
Outras receitas operacionais	26	1.026.285	4.757.154	929.498	4.077.003
Outras despesas operacionais	26	(614.614)	(1.245.216)	(625.480)	(1.626.081)
Lucro operacional		**6.760.504**	**7.128.147**	**7.213.924**	**9.456.184**
Receitas financeiras	27	1.109.686	3.991.108	1.132.870	4.112.640
Despesas financeiras	27	(1.937.399)	(2.254.244)	(1.953.011)	(2.285.487)
Resultado de equivalência patrimonial	11	302.595	1.576.831	752	(5.847)
Lucro antes dos tributos		**6.235.386**	**10.441.842**	**6.394.535**	**11.277.490**
Imposto de renda e contribuição social	7	(1.234.372)	(1.513.584)	(1.393.521)	(2.349.232)
Lucro líquido do exercício		**5.001.014**	**8.928.258**	**5.001.014**	**8.928.258**
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R$)	23	2,78	4,96		
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R$)	23	3,06	5,45		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício		**5.001.014**	**8.928.258**	**5.001.014**	**8.928.258**
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**1.523**	**8.309**	**1.523**	**8.309**
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	31	(509)	(2.450)	(509)	(2.450)
Tributos	7	173	832	173	832
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	11	1.859	9.927	1.859	9.927
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**(134.943)**	**(60.220)**	**(132.131)**	**(63.151)**
Ganhos (perdas) não realizados em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	11	(17)	(625)	(17)	(625)
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos *superavitários*	31	(204.443)	(90.617)	(201.660)	(93.491)
Tributos	7	69.517	31.022	69.546	30.965
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas	11	**2.812**	**(2.931)**	**-**	**-**
Outros resultados abrangentes		**(130.608)**	**(54.842)**	**(130.608)**	**(54.842)**
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos		**4.870.406**	**8.873.416**	**4.870.406**	**8.873.416**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas	**57.246.260**	**56.206.482**	**58.008.191**	**61.135.271**
Venda de mercadorias e serviços	57.285.735	51.809.626	58.162.533	58.022.656
Outras receitas	1.618.944	5.712.392	1.528.006	4.646.275
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	(1.658.419)	(1.315.536)	(1.682.348)	(1.533.660)
Insumos adquiridos de terceiros	**(19.603.674)**	**(18.671.456)**	**(19.710.134)**	**(20.184.164)**
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(11.436.415)	(10.084.028)	(11.534.135)	(11.337.753)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.593.533)	(8.695.085)	(8.600.325)	(8.956.215)
Perda/Recuperação de ativos	426.274	107.657	424.326	109.804
Valor adicionado bruto	**37.642.586**	**37.535.026**	**38.298.057**	**40.951.107**
Retenções	**(10.916.303)**	**(8.335.746)**	**(10.919.792)**	**(8.368.623)**
Depreciação e amortização	(10.916.303)	(8.335.746)	(10.919.792)	(8.368.623)
Valor adicionado líquido produzido	**26.726.283**	**29.199.280**	**27.378.265**	**32.582.484**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.412.281**	**5.567.939**	**1.133.622**	**4.106.793**
Resultado de equivalência patrimonial	302.595	1.576.831	752	(5.847)
Receitas financeiras	1.109.686	3.991.108	1.132.870	4.112.640
Valor adicionado total a distribuir	**28.138.564**	**34.767.219**	**28.511.887**	**36.689.277**
Distribuição do valor adicionado	**28.138.564**	**34.767.219**	**28.511.887**	**36.689.277**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.167.675	4.049.406	4.240.037	4.514.299
Remuneração direta	2.812.355	2.840.550	2.859.812	3.127.787
Benefícios	1.170.901	1.047.278	1.191.461	1.199.558
FGTS	184.419	161.578	188.764	186.954
Impostos, taxas e contribuições	15.638.136	16.525.666	15.920.582	17.930.880
Federal	5.232.377	6.092.251	5.476.819	7.367.085
Estadual	10.174.013	10.255.529	10.191.566	10.278.645
Municipal	231.746	177.886	252.197	285.150
Remuneração de capitais de terceiros	3.331.739	5.263.889	3.350.254	5.315.840
Juros	1.909.413	2.081.702	1.923.618	2.108.552
Aluguéis	1.422.326	3.182.187	1.426.636	3.207.288
Remuneração de capitais próprios	5.001.014	8.928.258	5.001.014	8.928.258
Juros sobre o capital próprio	3.588.000	4.550.000	3.588.000	4.550.000
Lucros retidos	1.413.014	4.378.258	1.413.014	4.378.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	**6.235.386**	**10.441.842**	**6.394.535**	**11.277.490**
Ajustes de:				
Depreciações e amortizações	10.916.303	8.335.746	10.919.792	8.368.623
Variações cambiais de empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	(4.891)	29.453	(5.271)	30.664
Variações monetárias de ativos e passivos	516.238	801.946	518.833	801.912
Resultado de equivalência patrimonial	(302.595)	(1.576.831)	(752)	5.847
Ganhos na baixa/alienação de ativos	(330.616)	(64.307)	(329.603)	(63.881)
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	1.658.419	1.315.536	1.682.348	1.533.660
Mudanças em provisões passivas	(71.711)	(136.472)	(116.717)	(80.333)
Baixas e reversões de perdas estimadas para a redução ao valor realizável dos estoques	(96.918)	(42.650)	(95.988)	(45.223)
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	55.291	51.269	56.012	52.885
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	614.614	1.084.501	625.480	1.098.251
Despesas de juros	782.848	498.249	782.921	497.797
Outros	(143.276)	(13.858)	(143.208)	(14.089)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(2.101.348)	(410.353)	(2.078.801)	(1.603.002)
Estoques	(15.764)	(66.146)	(15.843)	(68.127)
Tributos a recuperar	91.137	(5.971.365)	87.550	(5.849.648)
Despesas antecipadas	(188.178)	43.208	(188.641)	41.166
Outros ativos	64.000	1.379.923	70.265	(20.225)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(16.795)	35.179	(13.303)	47.870
Fornecedores	205.182	(930.465)	286.513	1.056.817
Impostos, taxas e contribuições	1.867.643	233.134	1.872.920	223.059
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	(1.710.370)	(3.914.125)	(1.727.178)	(3.928.925)
Outros passivos	(7.563)	(541.722)	(11.477)	(249.571)
	11.781.650	**139.850**	**12.175.852**	**1.835.527**
Caixa gerado nas operações	**18.017.036**	**10.581.692**	**18.570.387**	**13.113.017**
Juros pagos	(746.919)	(494.931)	(746.986)	(494.931)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(11.842)	(102.205)	(676.659)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**17.270.117**	**10.074.919**	**17.721.196**	**11.941.427**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(8.837.741)	(8.230.959)	(8.838.641)	(8.517.458)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	698.624	8.671	698.643	9.053
Aquisição de sociedade por controlada	-	-	(70.844)	
Caixa recebido na venda de investimentos	-	20	-	10
Resgate líquido de depósitos judiciais	275.726	2.826.966	277.894	2.832.062
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	205.660	1.705.337	-	-
Caixa e equivalentes de caixa por aquisição/incorporação	-	142.817	5.760	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(7.657.731)**	**(3.547.148)**	**(7.927.188)**	**(5.676.333)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	(3.696.120)	(2.893.219)	(3.696.660)	(2.893.219)
Recebimento dos instrumentos financeiros derivativos	191.937	178.656	192.124	181.117
Pagamento dos instrumentos financeiros derivativos	(100.392)	(82.213)	(100.581)	(85.124)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(6.176.842)	(4.136.878)	(6.176.842)	(4.136.878)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(9.781.417)**	**(6.933.644)**	**(9.781.959)**	**(6.934.104)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(169.031)**	**(405.873)**	**12.049**	**(669.010)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.275.300**	**3.681.173**	**3.381.328**	**4.050.338**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.106.269**	**3.275.300**	**3.393.377**	**3.381.328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:09:27.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485524] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/12565090620756505076 1

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 12565090620756505076 1-4
Data: 09/06/2020 21:45:46
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26517-MP09;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucro						
	Capital social	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para expansão e modernização	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	63.571.416	63.074	1.238.268	(87.820)	2.138.344	27.884	297.000	-	2.191.864	21.328	69.461.358
Efeitos das adoções do CPC 47 e CPC 48, líquidos de tributos em 01.01.18	-	-	-	-	-	-	-	(138.663)	-	-	(138.663)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	63.571.416	63.074	1.238.268	(87.820)	2.138.344	27.884	297.000	(138.663)	2.191.864	21.328	69.322.695
Dividendo adicional proposto de exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.191.864)	-	(2.191.864)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	152.770	-	-	152.770
Transferência de incentivos fiscais - Ajuste DIPJ	-	-	-	-	-	11.529	-	(11.529)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(62.739)	-	7.897	(54.842)
Outros	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.928.258	-	-	8.928.258
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	-	-	-	446.413	-	-	(446.413)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(4.550.000)	-	-	(4.550.000)
Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	(297.000)	297.000	-	-	-
Retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	1.700.000	(1.700.000)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(2.468.684)	2.468.684	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63.571.416	63.074	1.238.278	(87.820)	2.584.757	39.413	1.700.000	-	2.468.684	29.225	71.607.027
Dividendo adicional proposto de exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.468.684)	-	(2.468.684)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	82.898	-	-	82.898
Transferência de incentivos fiscais - Ajuste DIPJ	-	-	-	-	-	18.166	-	(18.166)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(132.120)	-	1.512	(130.608)
Reflexo de transações de capital em controlada (nota 23)	-	-	(48.135)	-	-	-	-	-	-	-	(48.135)
Outros	-	-	66	-	-	-	-	-	-	-	66
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.001.014	-	-	5.001.014
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	-	-	-	250.051	-	-	(250.051)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(3.588.000)	-	-	(3.588.000)
Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	(1.700.000)	1.700.000	-	-	-
Retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	600.000	(600.000)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(2.195.575)	2.195.575	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	63.571.416	63.074	1.190.209	(87.820)	2.834.808	57.579	600.000	-	2.195.575	30.737	70.455.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Telefônica S.A. ("Telefônica"), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,56% (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" - "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM" - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

Com a sanção da Lei nº 13.879/2019, os termos de autorização de uso de radiofrequências associadas ao SMP poderão ser prorrogáveis por sucessivos períodos - até então, era admitida uma única renovação com vigência de até 15 anos. A prorrogação desses termos é outorgada a título oneroso.

Atualmente, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 22).

Os termos de autorização ("TA") da Companhia para exploração do SMP, conforme o Plano Geral de Autorização do SMP ("PGA"), são: (i) Região I - TA nº 078/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) Região II - TA nº 005/2010/PVCP/SPV-ANATEL; e (iii) Região III - TA nº 006/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Os termos de autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	Banda (MHz)	Vencimento das autorizações
450 MHz	14	2027
700 MHz	20	2029
800 MHz	25	2020-2028
900 MHz	5	2020-2023
1800 MHz	20-50	2020-2023
2100 MHz	20-30	2023
2500 MHz	40-60	2027-2031

c) Eventos societários ocorridos em 2019 e 2018

c.1) Aquisição de sociedade por controlada integral - 2019

Em 28 de setembro de 2019, a subsidiária integral da Companhia, Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks"), adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda ("TIS"), pertencentes à Telefônica Ingeniería de Seguridad S.A. e Telefónica Digital España, S.L.U. ("Operação").

A TIS é uma sociedade que se dedica à exploração e fornecimento de serviços e tecnologia de sistemas de segurança da informação, suporte técnico e outros serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação.

A Operação permitirá que a Terra Networks, que tem como atividades, dentre outras, o desenvolvimento de sistemas de informática, amplie a consultoria e assistência operacional, maximize a comercialização de sistemas, licenças e aplicativos, possibilitando a ampliação do *portfólio* de serviços profissionais e gerenciados e a integração das ofertas comerciais da TIS e da Terra Networks, propiciando a geração de valor agregado para a carteira de clientes da Companhia graças à atuação das empresas envolvidas sob a mesma gestão, nas atividades de tecnologia da informação, segurança, IoT e conectividade.

O preço total pago como contraprestação pela aquisição das quotas de emissão da TIS foi de R$70.844, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da Terra Networks. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da TIS, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data-base de 31 de agosto de 2019, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da Terra Networks.

O contrato de venda e compra contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, tais como declarações e garantias das vendedoras, indenização e outras. A Operação foi, ainda, precedida de uma auditoria contábil, financeira, legal e procedimental em relação à TIS.

A Operação não foi sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações por órgãos da Companhia, tendo sido aprovada pela Diretoria da Terra Networks nos termos de estatuto social desta.

A Operação não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causou qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

Método de Contabilização

Esta Operação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("*Predecessor Value Method*"), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da Terra Networks.

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de setembro de 2019, a TIS passou a ser controlada direta da Terra Networks e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R$22.709.

Ativo circulante	46.841	**Passivo circulante**	35.044
Caixa e equivalentes de caixa	5.760	Pessoal, encargos e benefícios sociais	7.044
Contas a receber	32.862	Fornecedores	16.608
Estoques	4.119	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.443
Despesas antecipadas	568	Provisões	7.812
Depósitos e bloqueios judiciais	214	Outras obrigações	1.137
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	951	**Passivo não circulante**	3.257
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2.024	Impostos, taxas e contribuições a recolher	351
Outros ativos	343	Receitas diferidas	877
Ativo não circulante	14.169	Outras obrigações	2.029
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2	**Valor contábil dos passivos assumidos**	38.301
Depósitos e bloqueios judiciais	3.348	**Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos**	22.709
Outros ativos	11	**Contraprestação dada pela aquisição**	70.844
Imobilizado	10.212	**Ajuste nos patrimônios líquidos na Terra Networks e Companhia**	48.135
Intangível	596		
Valor contábil dos ativos adquiridos	61.010		

Outras Informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela TIS na data da aquisição totalizava R$32.862, o qual não diferia do valor bruto de R$44.754, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R$11.892.

c.2) Reestruturação societária - 2018

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de novembro de 2018, foi aprovada a reestruturação societária, com a incorporação da controlada integral Telefônica Data S.A. ("TData") pela Companhia, com efeitos operacionais a partir de 1º de dezembro de 2018.

A TData era controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de serviços, incluindo, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado.

A TData era a controladora da Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog"), que explora a atividade de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística e da Terra Networks, que presta de serviços digitais (serviços de valor adicionado ("SVA") próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais *mobile* para vendas e relacionamento) e publicidade, ambas sociedades com sede no Brasil.

A incorporação da TData teve como objetivo a padronização da prestação dos serviços, a simplificação da estrutura organizacional e societária atual do Grupo, bem como auxílio na integração dos negócios da Companhia com a TData.

A TData foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de setembro de 2018. As variações patrimoniais ocorridas na TData entre a data-base e a efetivação da incorporação foram absorvidas pela Companhia.

A incorporação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à TData e avaliação por empresa independente.

Dado que a incorporação da TData pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a TData era controlada integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da TData por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da TData, em razão de ser esta controlada integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da TData de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Método de contabilização

Esta incorporação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("*Predecessor Value Method*"), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R).

Com a incorporação e extinção da TData, a partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia passou a ser a controladora direta da Terra Networks e TGlog.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R$1.880.374, na data-base de 30 de novembro de 2018.

Ativo circulante	2.329.579	**Passivo circulante**	1.237.207
Caixa e equivalentes de caixa	142.817	Pessoal, encargos e benefícios sociais	70.138
Contas a receber	997.680	Fornecedores	773.066
Estoques	27.293	Imposto de renda e contribuição social a recolher	40.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68	Impostos, taxas e contribuições a recolher	65.155
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7.648	Receitas diferidas	5.619
Depósitos e bloqueios judiciais	261	Obrigações com empresas do grupo	271.814
Despesas antecipadas	20.359	Outros passivos	10.822
Dividendos e juros sobre o capital próprio	118.628		
Créditos com empresas do grupo	1.002.422	**Passivo não circulante**	59.202
Outros ativos	12.402	Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.024
Ativo não circulante	847.205	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.475
Contas a receber	168.393	Provisões	27.366
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.660	Obrigações com empresas do grupo	11
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.661	Outros passivos	9.326
Depósitos e bloqueios judiciais	35.203	**Valor contábil dos passivos assumidos**	1.296.409
Despesas antecipadas	3.750	**Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos**	1.880.374
Créditos com empresas do grupo	7		
Outros ativos	118		
Investimentos	392.315		
Imobilizado	95.047		
Intangível	18.051		
Valor contábil dos ativos adquiridos	3.176.783	**Total do passivo e patrimônio líquido**	3.176.783

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:09:37.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485527] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-5
Data: 09/06/2020 21:45:46
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26518-OZFA;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Outras informações
O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela TData na data da incorporação totalizava R$1.166.073, o qual não diferia do valor bruto de R$1.459.639, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R$293.566.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de preparação e apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.
As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.
As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada seguindo o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020.

c) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).
A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.
Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Bases de consolidação
A Companhia detém participações societárias diretas em controladas e de controle em conjunto.
As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.
A seguir, apresentamos as principais informações das investidas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Investidas	Tipo de investimento	Participação	País (Sede)	Atividade principal
Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog")	Controlada	99,99%	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda ("POP")	Controlada	99,99%	Brasil	*Internet*
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	Holanda	*Holding*, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

Terra Networks: Controlada integral e direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1.a.1), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de serviços digitais (serviços de valor adicionado ("SVA") próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais *mobile* para vendas e relacionamento) e publicidade.
Desde 1º de setembro de 2019, a Terra Networks passou a ser a controladora direta da TIS (nota 1.c.1), sociedade com sede no Brasil, tem como objeto a exploração e fornecimento de serviços e tecnologia de sistemas de segurança da informação, suporte técnico e outros serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação.
TGLog: Controlada direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1.c.2), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de atividades de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística.
POP: Controlada direta da Companhia com sede no Brasil, tem como objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, *internet* e quaisquer outras redes; a prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de *websites* e portais; a manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; o comércio de *software*, *hardware*, equipamentos de telecomunicação e eletroeletrônicos; o desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e rotinas de informação; o desenvolvimento de comércio eletrônico; a criação e a administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; a comercialização e veiculação de publicidades, propagandas e *banners*; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.
A POP é a controladora direta da Innoweb Ltda ("Innoweb") com sede no Brasil, tem como objeto atuar como provedor de *Internet*, desenvolver atividades de informação; desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.
Aliança: Empresa com controle em conjunto com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.
AIX: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.
ACT: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

e) Informações por segmentos
Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

f) Principais políticas contábeis
As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.
As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme segue:

Normas e Emendas a Normas	
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017
IFRS 16	Arrendamentos
IFRIC 23	Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa
Alterações no IAS 19	Alteração, redução ou liquidação dos planos de benefícios a empregados
Alterações no IAS 28	Participações de longo prazo em coligadas e *joint ventures*

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não causou nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período inicial de adoção, exceto para os efeitos da IFRS 16 e da IFRIC 23, que causaram impactos significativos na posição financeira individual e consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.
A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

IFRS 16 - Arrendamentos
A IFRS 16 exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de todos os arrendamentos (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor) na demonstração da posição financeira.
A Companhia atua como arrendatária em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como torres, e o respectivo terreno onde estão localizadas, circuitos, escritórios, lojas e imóveis comerciais, principalmente.
A Companhia concluiu o processo do impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependeu, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos aplicáveis às principais classes de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotou premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia considerou não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.
A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. A Companhia optou pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, *impairment*, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da adoção inicial, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento.
Desta forma, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos na transição para os novos critérios: (i) utilização de taxas de desconto comuns para grupos de contratos com características semelhantes em termos de prazo, ativo objeto do contrato, moeda e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valoração inicial do ativo por direito de uso na data da adoção inicial.
Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, a adoção da IFRS 16 pela Companhia causou um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção (1º de janeiro de 2019), incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso (nota 12) e suas correspondentes obrigações de arrendamento (nota 20) em conexão com a maioria dos contratos.
A seguir, apresentamos os efeitos consolidados gerados pela adoção inicial da IFRS 16, em 1º de janeiro de 2019:

	Consolidado
Valor nominal a pagar	9.999.696
Despesa financeira não realizada	(1.381.624)
Valor presente a pagar	8.618.072
Circulante	1.711.092
Não circulante	6.906.980
Efeitos da adoção inicial:	
Ativo imobilizado (nota 12)	8.618.072
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20)	8.618.072

A amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituíram os valores reconhecidos como despesas operacionais de locação de acordo com a norma de arrendamento vigente anteriormente. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também foi afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.
Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 34 a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 16.

IFRIC 23 - Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda
A IFRIC 23 (Incerteza sobre tratamento de imposto de renda), trata da contabilização do imposto de renda quando os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12. Esta interpretação esclarece que a abordagem que prediz melhor a resolução da incerteza deve ser seguida e aborda especificamente as premissas que uma entidade faz sobre o exame de tratamentos fiscais pelas autoridades tributárias e como uma entidade determina o lucro tributável, base do imposto, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto, onde houver incerteza quanto ao tratamento do imposto de renda.
Com a aplicação desses requisitos, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou a reclassificação patrimonial no montante de R$68.945 entre os grupos "Provisões e Contingências" e "Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher" (notas 7 e 19).

IFRS 9 - Recursos de pré-pagamento com compensação negativa
De acordo com o IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal pendente" (critério SPPI) e o instrumento é mantido dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações à IFRS 9 esclarecem que um ativo financeiro passa no critério SPPI independentemente do evento ou circunstância que causa a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

IAS 19 - Alteração, redução ou liquidação dos planos de benefícios a empregados
As emendas à IAS 19 especificam que, quando uma alteração, redução ou liquidação do plano ocorre durante o período do relatório anual, uma entidade é obrigada a:

- Determinar o custo atual do serviço para o restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais usadas para mensurar novamente o passivo de benefício definido líquido (ativo) refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento.
- Determinar os juros líquidos para o restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano usando: o passivo de benefício definido líquido (ativo) que reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e a taxa de desconto usada para mensurar novamente esse passivo (ativo) de benefício definido líquido.

As emendas também esclarecem que uma entidade determina primeiro qualquer custo de serviço passado ou um ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do teto do ativo. Esse valor é reconhecido na demonstração do resultado. Uma entidade determina o efeito do teto do ativo após a alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

IAS 28 - Participações de longo prazo em coligadas e *joint ventures*
As alterações esclarecem que uma entidade aplica a IFRS 9 a participações de longo prazo em uma coligada ou controle conjunto ao qual o método da equivalência patrimonial não é aplicado, mas que, em substância, faz parte do investimento líquido na coligada ou controle conjunto. Esse esclarecimento é relevante porque implica que o modelo de perda de crédito esperado na IFRS 9 se aplica a essas participações de longo prazo. As alterações também esclarecem que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não leva em consideração quaisquer perdas da coligada ou controle conjunto, ou quaisquer perdas por redução ao valor recuperável do investimento líquido, reconhecidas como ajustes ao investimento líquido na coligada ou controle conjunto que decorrem da aplicação da IAS 28.

Melhorias anuais nas IFRS - Ciclo 2015-2017
Inclui várias melhorias nas IFRSs existentes, principalmente para eliminar inconsistências e esclarecer a redação de algumas dessas normas.

IFRS 3 - Combinações de Negócios
As alterações esclarecem que, quando uma entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, aplica os requisitos para uma combinação de negócios alcançada em estágios, incluindo a remensuração de investimentos anteriormente detidos nos ativos e passivos da operação conjunta a valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente remensura toda a sua participação anteriormente detida na operação conjunta.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos
Uma parte que participa, mas não possui controle conjunto, de uma operação conjunta pode obter o controle conjunto da operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio conforme definido na IFRS 3. As alterações esclarecem que os investimentos anteriormente detidos nessa operação conjunta, não são mensurados novamente.

IAS 12 - Imposto de Renda
As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão mais diretamente vinculadas a transações ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que para distribuições aos proprietários. Portanto, uma entidade reconhece as consequências do imposto de renda dos dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade reconheceu originalmente essas transações ou eventos passados.

IAS 23 - Custos de Empréstimos
As emendas esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos gerais qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificado quando substancialmente todas as atividades necessárias para prepará-lo para o uso ou venda pretendidos estiverem concluídas.

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC
Além das normas emitidas e alteradas mencionadas anteriormente, na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS e IFRICs haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 16:10:20.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485532] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-6
Data: 09/06/2020 21:45:46
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26519-AU1P;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Normas e alterações		Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após:
Alterações às referências à estrutura conceitual nas normas IFRS		1º de janeiro de 2020
Alterações à IFRS 3	Definição de Negócios	1º de janeiro de 2020
Alterações ao IAS 1 e IAS 8	Definição de Material	1º de janeiro de 2020
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2021

A Companhia estima que a adoção dessas normas, alterações e interpretações não causará impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas no período inicial de adoção.
A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.
As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 4); imposto de renda e contribuição social (nota 7); imobilizado (nota 12); intangível (nota 13); provisões e contingências (nota 19); receita operacional líquida (nota 24); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 31).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Política contábil

São ativos financeiros, classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o caso, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Caixa e contas bancárias	247.260	204.911	250.168	205.598
Aplicações financeiras	2.859.009	3.070.389	3.143.209	3.175.730
Total	**3.106.269**	**3.275.300**	**3.393.377**	**3.381.328**

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

4. CONTAS A RECEBER

a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI").
A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Valores faturados	7.010.556	6.705.942	7.018.601	6.789.257
Valores a faturar	2.810.033	2.395.503	2.856.196	2.454.810
Valores de interconexão	790.051	835.887	790.046	835.887
Valores com partes relacionadas (nota 28)	122.231	219.637	129.904	148.814
Contas a receber, bruto	**10.732.871**	**10.156.969**	**10.804.747**	**10.228.768**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.616.698)	(1.483.726)	(1.644.797)	(1.498.134)
Total	**9.116.173**	**8.673.243**	**9.159.950**	**8.730.634**
Circulante	8.675.720	8.246.991	8.719.497	8.304.382
Não circulante	440.453	426.252	440.453	426.252

Os saldos consolidados não circulantes das contas a receber incluem:

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Parcela da revenda de mercadorias PJ - 24 meses	182.286	180.065
Parcela a receber do Grupo OI - Recuperação judicial	89.647	119.365
Produto Soluciona TI (1)	317.988	293.531
Valor nominal a receber	**589.921**	**592.961**
Receita financeira não realizada	(48.086)	(84.060)
Valor presente a receber	**541.835**	**508.901**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(101.382)	(82.649)
Valor líquido a receber	**440.453**	**426.252**

(1) O cronograma de vencimento dos montantes nominais e a valor presente do Produto Soluciona TI é de até cinco anos.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante os exercícios.
A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
A vencer	6.800.581	6.435.875	6.862.054	6.485.154
Vencidas - 1 a 30 dias	963.846	1.087.363	966.986	1.096.639
Vencidas - 31 a 60 dias	310.686	304.864	306.956	305.019
Vencidas - 61 a 90 dias	199.066	201.197	192.622	200.401
Vencidas - 91 a 120 dias	248.035	223.730	250.029	220.221
Vencidas - mais de 120 dias	593.959	420.214	581.303	423.200
Total	**9.116.173**	**8.673.243**	**9.159.950**	**8.730.634**

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

d) Movimentação ativos contratuais

A seguir, apresentamos as movimentações dos ativos contratuais (decorrente da adoção da IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual, líquido
Adoção inicial em 01.01.18	**193.675**	**(33.196)**	**160.479**
Altas	587.733	(512)	587.221
Baixas	(585.675)	-	(585.675)
Saldos em 31.12.18	**195.733**	**(33.708)**	**162.025**
Altas	558.883	(12.486)	546.397
Baixas	(485.108)	-	(485.108)
Saldos em 31.12.19	**269.508**	**(46.194)**	**223.314**

e) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.17	**(1.209.369)**	**(1.433.471)**
Adoção inicial IFRS 9 em 01.01.18	(332.127)	(364.456)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.315.536)	(1.533.660)
Incorporação (nota 1 c.2)	(293.566)	-
Baixas	1.666.872	1.833.453
Saldo em 31.12.18	**(1.483.726)**	**(1.498.134)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.658.419)	(1.682.348)
Baixas	1.525.447	1.547.577
Combinação de negócios (nota 1.c.1)	-	(11.892)
Saldo em 31.12.19	**(1.616.698)**	**(1.644.797)**

5. ESTOQUES

a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.
As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, reconhecidas no resultado foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Materiais para revenda	535.459	413.843	539.822	413.843
Materiais para consumo	40.662	60.566	41.584	61.819
Outros estoques	23.899	30.013	24.115	30.013
Estoques, bruto	**600.010**	**504.422**	**605.521**	**505.675**
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(26.527)	(43.622)	(27.518)	(43.622)
Total	**573.483**	**460.800**	**578.003**	**462.053**

6. DESPESAS ANTECIPADAS

a) Política contábil

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.
Inclui os montantes dos custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros), decorrentes da adoção da IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Propaganda e publicidade	249.433	252.900	249.433	252.900
Seguros	20.383	24.790	20.459	24.867
Aluguéis	184.221	32.792	184.248	32.792
Manutenção de *software*e redes	33.797	17.472	33.883	17.485
Custos incrementais - IFRS 15	330.919	255.391	330.919	255.391
Encargos financeiros	30.521	43.853	30.521	43.853
Pessoal	29.684	33.679	30.135	33.970
Tributos e outras despesas antecipadas	26.091	54.593	27.007	54.717
Total	**905.049**	**715.470**	**906.585**	**715.975**
Circulante	684.972	581.261	686.503	581.743
Não circulante	220.077	134.209	220.082	134.232

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.
Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

a.2) Tributos diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.
Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.
Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.
Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.
A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.
A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Imposto de renda	377.878	245.403	380.314	245.883
Contribuição social	30.527	28.624	31.281	28.706
Total	**408.405**	**274.027**	**411.595**	**274.589**

d) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Imposto de renda	71.692	-	76.483	8.756
Contribuição social	14.820	-	16.614	3.253
Total	**86.512**	**-**	**93.097**	**12.009**
Circulante	-	-	6.585	12.009
Não circulante	86.512	-	86.512	-

O montante de R$86.512, registrado na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019, decorre da adoção inicial da IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda em 1º de janeiro de 2019 (R$68.945) e suas movimentações durante o exercício de 2019 (Nota 19).

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:10:34.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485533] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-7
Data: 09/06/2020 21:45:46
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26520-EZ5A;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos são apresentados a seguir:

	Controladora								
	Saldos em 31.12.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Incorporação (Nota 1 c.2)	Efeitos da adoção da IFRS 9 e 15	Saldos em 31.12.18	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.19
Ativo (passivo) diferido									
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	**588.750**	**684.734**	-	-	-	**1.273.484**	**95.113**	-	**1.368.597**
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	**(1.298.073)**	**(2.192.833)**	**31.854**	**142.660**	**59.958**	**(3.256.436)**	**(1.328.304)**	**69.690**	**(4.515.050)**
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.255.087	(336.093)	-	7.688	-	1.926.682	(275.376)	-	1.651.306
Fornecedores e outras provisões	588.294	(109.096)	-	62.695	-	541.893	(24.382)	-	517.511
Carteira de clientes e marcas	254.418	(69.815)	-	-	-	184.603	(86.525)	-	98.078
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	411.187	(124.007)	-	37.576	112.923	437.679	35.730	-	473.409
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	199.434	(23.332)	-	28	-	176.130	6.869	-	182.999
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	174.381	17.732	30.810	3.157	-	226.080	91.700	69.511	387.291
Participação nos resultados	100.643	19.368	-	8.744	-	128.755	(9.596)	-	119.159
Licença	(1.636.886)	(216.328)	-	-	-	(1.853.214)	(216.330)	-	(2.069.544)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(3.598.172)	(1.002.768)	-	-	-	(4.600.940)	(1.002.768)	-	(5.603.708)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	(395.606)	-	-	-	(395.606)	107.155	-	(288.451)
Lei da Inovação tecnológica	(97.533)	47.406	-	-	-	(50.127)	25.562	-	(24.565)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	51.072	(294)	1.044	22.772	(52.965)	21.629	19.657	179	41.465
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(709.325)**	**(1.508.099)**	**31.854**	**142.660**	**59.958**	**(1.982.952)**	**(1.233.191)**	**69.690**	**(3.146.453)**
Ativo fiscal diferido	**4.916.768**					**5.339.788**			**5.377.539**
Passivo fiscal diferido	**(5.626.093)**					**(7.322.740)**			**(8.523.992)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	**(709.325)**					**(1.982.952)**			**(3.146.453)**
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:									
Ativo fiscal diferido	-					-			-
Passivo fiscal diferido	**(709.325)**					**(1.982.952)**			**(3.146.453)**

	Consolidado								
	Saldos em 31.12.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Efeitos da adoção da IFRS 9 e 15	Saldos em 31.12.18	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.19
Ativo (passivo) diferido								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	**793.933**	**634.543**	-	-	**1.428.476**	**51.360**	-	**1.479.836**
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	**(1.131.850)**	**(2.151.290)**	**31.797**	**70.012**	**(3.181.331)**	**(1.343.635)**	**69.719**	**(4.455.247)**
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.298.735	(333.035)	-	-	1.965.700	(275.109)	-	1.690.591
Fornecedores e outras provisões	651.417	(79.683)	-	-	571.734	(40.393)	-	531.341
Carteira de clientes e marcas	254.418	(69.815)	-	-	184.603	(86.525)	-	98.078
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	434.960	(115.661)	-	122.977	442.276	36.354	-	478.630
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	200.941	(24.811)	-	-	176.130	6.869	-	182.999
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	174.534	20.934	30.753	-	226.221	91.746	69.540	387.507
Participação nos resultados	110.046	19.643	-	-	129.689	(9.695)	-	119.994
Licença	(1.636.886)	(216.328)	-	-	(1.853.214)	(216.330)	-	(2.069.544)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(3.598.172)	(1.002.768)	-	-	(4.600.940)	(1.002.768)	-	(5.603.708)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	(395.606)	-	-	(395.606)	107.155	-	(288.451)
Lei da Inovação tecnológica	(97.533)	47.406	-	-	(50.127)	25.562	-	(24.565)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	75.690	(1.566)	1.044	(52.965)	22.203	19.499	179	41.881
Total do passivo diferido	**(337.917)**	**(1.516.747)**	**31.797**	**70.012**	**(1.752.855)**	**(1.292.275)**	**69.719**	**(2.975.411)**
Ativo fiscal diferido	**5.288.176**				**5.569.885**			**5.548.581**
Passivo fiscal diferido	**(5.626.093)**				**(7.322.740)**			**(8.523.992)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	**(337.917)**				**(1.752.855)**			**(2.975.411)**
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:								
Ativo fiscal diferido de controladas	**371.408**				**230.097**			**171.042**
Passivo fiscal diferido	**(709.325)**				**(1.982.952)**			**(3.146.453)**

(1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

(3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2019, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Innoweb, TGLog e TIS) no montante de R$54.570 (R$12.649 em 31 de dezembro de 2018), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2020	1.529.647	1.614.967
2021	491.748	550.558
2022	524.000	531.585
2023	780.184	786.837
2024	647.985	654.638
2025 em diante	(7.120.017)	(7.113.996)
Total	**(3.146.453)**	**(2.975.411)**

f) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos tributos	6.235.386	10.441.842	6.394.535	11.277.490
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(2.120.031)	(3.550.226)	(2.174.142)	(3.834.347)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos (nota 11)	102.882	536.123	256	(1.988)
Juros sobre o capital próprio prescritos	(13.825)	(14.426)	(13.825)	(14.426)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(84.335)	(56.666)	(84.487)	(76.671)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	879.920	1.547.000	879.920	1.547.000
Outras (adições) exclusões	1.017	24.611	(1.243)	31.200
Débito tributário	**(1.234.372)**	**(1.513.584)**	**(1.393.521)**	**(2.349.232)**
Taxa efetiva	19,8%	14,5%	21,8%	20,8%
IR e CS corrente	(1.181)	(5.485)	(101.246)	(832.485)
IR e CS diferido	(1.233.191)	(1.508.099)	(1.292.275)	(1.516.747)

g) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia possui diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) por supostas deduções indevidas de despesas, principalmente relacionadas a amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante de R$9.895.728. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

Para os tratamentos fiscais em que a Companhia entende que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo de imposto de renda e contribuição social no montante de R$86.512 (R$69.945 em 1º de janeiro de 2019), em relação a essas ações.

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
ICMS (1)	2.653.658	2.548.998	2.664.499	2.549.006
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	140.885	128.808	142.940	129.741
PIS e COFINS (3)	2.122.746	4.999.706	2.125.186	5.000.577
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	84.257	216.709	84.935	217.056
Total	**5.011.546**	**7.894.221**	**5.017.560**	**7.896.480**
Circulante	4.170.350	4.671.959	4.175.362	4.674.218
Não circulante	841.196	3.222.262	841.198	3.222.262

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R$537.209 e R$509.920 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

(2) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(3) Os saldos consolidados de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incluem os créditos fiscais atualizados monetariamente pela SELIC, nos montantes de R$2.046.274 e R$4.915.139, respectivamente, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado em 17 de maio de 2018 e 28 de agosto de 2018, a favor da Companhia e controlada, que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 a junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 havia saldo circulante de R$2.046.274. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos circulante e não circulante eram de R$2.520.990 e R$2.394.149, respectivamente.

A Receita Federal do Brasil iniciou processo de fiscalização, nos termos da Lei 13.670/18, com o objetivo de homologar os créditos de PIS e COFINS resultado da disputa que tratou da exclusão do ICMS das bases destas contribuições. A Companhia tem envidado todos os esforços, inclusive medidas judiciais, para atender de forma tempestiva as solicitações deste procedimento fiscalizatório e assim continuar compensando seus referidos créditos tributários.

A Companhia possui outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas - GVT e Telemig), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017, cujos intervalos de valores estimamos entre R$1.700 milhões a R$2.200 milhões.

9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Depósitos judiciais				
Tributário	1.861.387	1.790.940	2.007.074	1.929.594
Trabalhista	307.934	512.635	316.009	522.201
Cível	1.047.404	1.163.530	1.049.922	1.164.835
Regulatório	261.005	208.447	261.005	208.447
Total	**3.477.730**	**3.675.552**	**3.634.010**	**3.825.077**
Bloqueios judiciais	36.117	84.134	36.875	84.937
Total	**3.513.847**	**3.759.686**	**3.670.885**	**3.910.014**
Circulante	277.007	312.820	277.468	313.007
Não circulante	3.236.840	3.446.866	3.393.417	3.597.007

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	46.167	44.771
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	575.426	551.937
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	518.372	503.246
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	286.270	278.685
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	269.483	239.220
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") se Verbas para Terceiros ("INSS")	140.186	141.759
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	57.142	55.425
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	34.983	39.675
Outros impostos, taxas e contribuições	79.045	74.879
Total	**2.007.074**	**1.929.598**

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Adiantamentos a empregados e fornecedores	71.330	81.046	73.849	83.094
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	63.020	110.923	64.966	120.776
Crédito com fornecedores	167.540	114.175	167.540	114.175
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30) (1)	220.858	10.920	220.939	10.997
Bens destinados a venda (2)	76.912	-	76.912	-
Outros valores a realizar (3)	18.711	26.791	14.123	20.670
Total	**618.371**	**343.855**	**618.329**	**349.712**
Circulante	382.959	297.356	382.591	302.607
Não circulante	235.412	46.499	235.738	47.105

(1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui o montante de R$209.347, referente à distribuição do *superávit* do PBS-A (nota 30).

(2) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado destinados à venda, decorrente do contrato celebrado pela Companhia em 28 de novembro de 2019, para a alienação de 1.909 estruturas (*rooftops* e torres) de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda. (nota 12).

(3) Em 31 de dezembro de 2019, inclui o montante de R$10.226, referente ao saldo a receber de contrato de subarrendamento de áreas no Data Center de Curitiba, por um período de 22 anos. Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício (Nota 12).

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:10:46.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485538] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/12565090620756505076 1

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 12565090620756505076 1-8
Data: 09/06/2020 21:45:46
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26521-P20W;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora/Consolidado
Valor nominal a receber	16.966
Receita financeira não realizada	(6.740)
Valor presente a receber	**10.226**
Circulante	759
Não circulante	9.467

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a receber do contrato de subarrendamento, segregados em valores nominais e a valor presente:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
2020	780	759
2021	780	721
2022	780	685
2023	780	651
2024	780	619
2025 em diante	13.066	6.791
Total	**16.966**	**10.226**

11. INVESTIMENTOS

a) Política contábil

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo de investimento remanescente e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 23).

b) Informações das investidas

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas diretas nas quais a Companhia possui participação e contemplam as alterações societárias descritas na nota 1 c).

Balanços patrimoniais

	31.12.19				31.12.18			
	Controladas			Controladas em conjunto	Controladas			Controladas em conjunto
	Terra Networks Consolidada	TGLog	POP Consolidada	Aliança / AIX/ACT	Terra Networks	TGLog	POP Consolidada	Aliança / AIX/ACT
Participação no patrimônio líquido	**100,00%**	**99,99%**	**99,99%**	**50,00%**	**100,00%**	**99,99%**	**99,99%**	**50,00%**
Resumo do Balanço Patrimonial:								
Ativo circulante	444.611	37.178	65.935	221.183	327.150	42.809	53.875	213.481
Ativo não circulante	288.953	6.217	53.303	10.556	330.735	5.045	52.255	12.327
Total do ativo	**733.564**	**43.395**	**119.238**	**231.739**	**657.885**	**47.854**	**106.130**	**225.808**
Passivo circulante	275.878	24.572	7.842	7.140	220.428	26.915	50.302	7.103
Passivo não circulante	123.084	6.871	45.688	16.773	120.546	11.227	-	16.101
Patrimônio líquido	334.602	11.952	65.708	207.826	316.911	9.712	55.828	202.604
Total do passivo e patrimônio líquido	**733.564**	**43.395**	**119.238**	**231.739**	**657.885**	**47.854**	**106.130**	**225.808**
Valor contábil do investimento	**334.602**	**11.952**	**65.708**	**103.913**	**316.911**	**9.712**	**55.828**	**101.302**

Demonstrações de resultados

	2019				2018				
	Controladas			Controladas em conjunto	Controladas				Controladas em conjunto
	Terra Networks Consolidada	TGLog	POP Consolidada	Aliança / AIX/ACT	Terra Networks (1)	TGLog (1)	POP Consolidada	TData Consolidada (2)	Aliança / AIX/ACT
Receita operacional líquida	762.083	61.513	26.596	45.567	74.870	6.556	31.146	5.646.244	45.608
Custos e despesas operacionais	(321.596)	(60.762)	(14.414)	(44.325)	(72.955)	(6.343)	(6.184)	(3.345.297)	(58.773)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	5.260	(628)	2.939	1.030	(646)	6	1.217	89.713	1.334
Imposto de renda e contribuição social	(153.907)	-	(5.241)	(768)	(2.464)	-	(9.221)	(823.964)	137
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**291.840**	**123**	**9.880**	**1.504**	**(1.195)**	**219**	**16.958**	**1.566.696**	**(11.694)**
Valor da equivalência patrimonial	**291.840**	**123**	**9.880**	**752**	**(1.195)**	**219**	**16.958**	**1.566.696**	**(5.847)**

(1) Representa o resultado apenas do mês de dezembro de 2018 (nota 1 c.2).
(2) Representa o resultado consolidado do período de janeiro a novembro de 2018 (nota 1 c.2).

c) Movimentação dos investimentos

	Controladas				Controladas em conjunto					
	Terra Networks Consolidada	TGLog	POP Consolidada	TData Consolidada	Aliança/AIX/ACT	Ágios (1)	Outros investimentos (2)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.17	-	-	**38.966**	**1.599.350**	**97.222**	**212.058**	**1.680**	**1.949.276**	**(1.850.374)**	**98.902**
Resultado de equivalência patrimonial	(1.195)	219	16.958	1.566.696	(5.847)	-	-	1.576.831	(1.582.678)	(5.847)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(51.785)	-	-	(1.263.503)	-	-	-	(1.315.288)	1.315.288	-
Incorporação (nota 1 c.2)	369.778	12.537	-	(1.880.374)	-	(212.058)	-	(1.710.117)	1.710.117	-
Transações de capital	-	-	-	10	-	-	-	10	(10)	-
Efeitos adoção IFRS 9	-	-	(96)	-	-	-	-	(96)	96	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	-	-	(700)	(700)	-	(700)
Outros resultados abrangentes	113	(3.044)	-	(22.179)	9.927	-	(625)	(15.808)	25.110	9.302
Saldos em 31.12.18	**316.911**	**9.712**	**55.828**	-	**101.302**	-	**355**	**484.108**	**(382.451)**	**101.657**
Resultado de equivalência patrimonial	291.840	123	9.880	-	752	-	-	302.595	(301.843)	752
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(226.775)	-	-	-	-	-	-	(226.775)	226.775	-
Transações de capital (nota 1 c.1)	(48.135)	-	-	-	-	-	-	(48.135)	48.135	-
Outros	66	-	-	-	-	-	-	66	(66)	-
Outros resultados abrangentes	995	2.117	-	-	1.859	-	(17)	4.654	(2.812)	1.842
Saldos em 31.12.19	**334.602**	**11.952**	**65.708**	-	**103.913**	-	**338**	**516.513**	**(412.262)**	**104.251**

(1) Ágio oriundo da cisão parcial da Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006. Com a incorporação da TData (nota 1.c.2), este montante foi reclassificado para o grupo de Intangível.
(2) Os valores de outros investimentos estão avaliados pelo valor justo.

12. IMOBILIZADO

a) Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar, e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

c) Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado, suas movimentações e taxas anuais de depreciação:

- Equipamentos de comutação e transmissão: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microcélulas, miricélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais/modens: compreendem aparelhos celulares e modens (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:10:57.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485544] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/12565090620756505076 1

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 12565090620756505076 1-9
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26522-QG39;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais/ modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.17	**22.808.973**	**2.719.681**	**3.877.682**	**314.353**	**765.682**	**(227.862)**	**2.854.023**	**33.112.532**
Adições	10.670	128.330	100.952	550	166.432	(8.975)	6.545.752	6.943.711
Baixas líquidas	(45.723)	(1.721)	(7.956)	(71)	(2.518)	80.028	(61.430)	(39.391)
Transferências líquidas	5.380.744	1.098.380	448.629	-	125.573	-	(7.239.561)	(186.235)
Incorporação (nota 1 c.2)	71	5.134	3.490	-	73.130	(83)	13.305	95.047
Depreciação (nota 25)	(3.486.526)	(1.378.785)	(655.813)	-	(295.401)	-	-	(5.816.525)
Saldo em 31.12.18	**24.668.209**	**2.571.019**	**3.766.984**	**314.832**	**832.898**	**(156.892)**	**2.112.089**	**34.109.139**
Adoção inicial da IFRS 16	91.836	-	8.525.095	-	-	-	-	8.616.931
Adições	114.517	142.870	1.790.084	-	257.062	(20.465)	6.575.813	8.859.881
Baixas líquidas (2)	(17.068)	(268)	(138.862)	(5.735)	(2.143)	3.540	(21.750)	(182.286)
Transferências líquidas	4.265.573	1.299.331	503.826	-	88.145	-	(6.242.144)	(85.269)
Transferências de bens destinados à venda (3)	(1.183)	-	(248.175)	(30.585)	(67.143)	-	(340)	(347.426)
Subarrendamento (4)	-	-	(10.310)	-	-	-	-	(10.310)
Depreciação (nota 25)	(3.936.573)	(1.426.663)	(2.470.485)	-	(295.370)	-	-	(8.129.091)
Saldo em 31.12.19	**25.185.311**	**2.586.089**	**11.718.157**	**278.512**	**813.449**	**(173.817)**	**2.423.668**	**42.831.369**
Em 31.12.18								
Custo	79.002.076	18.032.770	16.131.867	314.832	4.874.741	(156.892)	2.112.089	120.311.483
Depreciação acumulada	(54.333.867)	(15.461.751)	(12.364.883)	-	(4.041.843)	-	-	(86.202.344)
Total	**24.668.209**	**2.571.019**	**3.766.984**	**314.832**	**832.898**	**(156.892)**	**2.112.089**	**34.109.139**
Em 31.12.19								
Custo	83.028.052	19.328.623	26.247.199	278.512	5.057.004	(173.817)	2.423.668	136.189.241
Depreciação acumulada	(57.842.741)	(16.742.534)	(14.529.042)	-	(4.243.555)	-	-	(93.357.872)
Total	**25.185.311**	**2.586.089**	**11.718.157**	**278.512**	**813.449**	**(173.817)**	**2.423.668**	**42.831.369**

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais/ modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.17	**22.809.109**	**2.724.332**	**3.885.297**	**314.353**	**830.452**	**(228.052)**	**2.886.825**	**33.222.316**
Adições	10.670	129.640	101.798	550	204.041	(8.975)	6.527.074	6.964.798
Baixas líquidas	(45.719)	(1.721)	(8.461)	(71)	(2.926)	80.135	(61.430)	(40.193)
Transferências líquidas	5.380.744	1.098.380	449.369	-	124.772	-	(7.239.573)	(186.308)
Depreciação (nota 25)	(3.486.592)	(1.379.547)	(658.915)	-	(320.232)	-	-	(5.845.286)
Saldo em 31.12.18	**24.668.212**	**2.571.084**	**3.769.088**	**314.832**	**836.107**	**(156.892)**	**2.112.896**	**34.115.327**
Adoção inicial da IFRS 16	91.836	-	8.526.236	-	-	-	-	8.618.072
Adições	114.517	142.975	1.790.185	-	258.854	(20.465)	6.576.296	8.862.362
Baixas líquidas (2)	(17.069)	(268)	(139.857)	(5.735)	(2.182)	3.540	(21.750)	(183.321)
Transferências líquidas	4.265.573	1.299.368	504.010	-	88.100	-	(6.242.551)	(85.500)
Transferências de bens destinados à venda (3)	(1.183)	-	(248.175)	(30.585)	(67.143)	-	(340)	(347.426)
Subarrendamento (4)	-	-	(10.310)	-	-	-	-	(10.310)
Depreciação (nota 25)	(3.936.572)	(1.426.890)	(2.471.456)	-	(297.234)	-	-	(8.132.152)
Combinação de negócios (nota 1 c.1)	-	9	343	-	10.551	(691)	-	10.212
Saldo em 31.12.19	**25.185.314**	**2.586.278**	**11.720.064**	**278.512**	**827.053**	**(174.508)**	**2.424.551**	**42.847.264**
Em 31.12.18								
Custo	79.002.102	18.033.246	16.154.562	314.832	4.996.170	(156.892)	2.112.896	120.456.916
Depreciação acumulada	(54.333.890)	(15.462.162)	(12.385.474)	-	(4.160.063)	-	-	(86.341.589)
Total	**24.668.212**	**2.571.084**	**3.769.088**	**314.832**	**836.107**	**(156.892)**	**2.112.896**	**34.115.327**
Em 31.12.19								
Custo	83.028.079	19.329.470	26.269.769	278.512	5.218.153	(174.508)	2.424.551	136.374.026
Depreciação acumulada	(57.842.765)	(16.743.192)	(14.549.705)	-	(4.391.100)	-	-	(93.526.762)
Total	**25.185.314**	**2.586.278**	**11.720.064**	**278.512**	**827.053**	**(174.508)**	**2.424.551**	**42.847.264**

(1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(2) Em 2019, inclui o montante de R$12.065 em infraestrutura, referente a cancelamento de contratos de arrendamento (nota 20).

(3) Refere-se aos bens vendidos dos *data centers* de Tamboré e de Curitiba (CIC), alienados pelo montante de R$419.690 para uma sociedade controlada por Asterion Industrial Partners SGEIC, S.A., conforme contrato celebrado pela Companhia em 8 de maio de 2019 e concluído com a quitação em 24 de julho de 2019, gerando um ganho no resultado operacional de R$64.275.
Inclui também o saldo residual dos bens do ativo imobilizado destinados à venda, decorrente do contrato celebrado pela Companhia em 28 de novembro de 2019, para a alienação de 1.909 estruturas (***rooftops*** e torres) de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda (nota 10).

(4) Refere-se ao contrato de subarrendamento de áreas no *data center* de Curitiba.

d) Taxas de depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os trabalhos indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos. Estas alterações na estimativa contábil, causaram aumentos nas despesas de depreciação de R$283.552 e R$267.657 em 2019 e 2018, respectivamente.

Com a adoção da IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019, as taxas de depreciação apresentadas nos quadros anteriores foram atualizadas, gerando um acréscimo de R$1.882.950 nos custos e despesas com depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para facilitar o entendimento, apresentamos a seguir um quadro comparativo destas taxas.

	Controladora/Consolidado	
Descrição	31.12.19	31.12.18
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 92,31%	2,50% a 25,00%
Equipamentos terminais/*modens*	6,67% a 66,67%	6,67% a 66,67%
Infraestrutura	2,50% a 92,31%	2,50% a 66,67%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%

e) Informações adicionais dos arrendamentos

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos, após a adoção da IFRS 16, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 12.c).

	Consolidado			
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
Taxa anual de depreciação (%)	5,00 a 92,31	3,13 a 92,31	20,00	
Saldos e movimentações:				
Saldo em 31.12.18 (1)	186.554	189.455	10.950	386.959
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19	91.836	8.526.236	-	8.618.072
Adições	107.108	1.696.833	-	1.803.941
Subarrendamento (nota 12.c)	-	(10.310)	-	(10.310)
Depreciação e baixa líquida (IAS 17)	-	(50.819)	(7.730)	(58.549)
Depreciação (IFRS 16)	(39.192)	(1.843.758)	-	(1.882.950)
Cancelamentos de contratos	-	(105.952)	-	(105.952)
Saldo em 31.12.19	346.306	8.401.685	3.220	8.751.211

(1) Inclui os montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e provisão para desmantelamento para estes arrendamentos.

f) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R$81.416 (R$94.641 em 31 de dezembro de 2018).

g) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R$8.259.852 (R$8.621.863 em 31 de dezembro de 2018), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

13. INTANGÍVEL

a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/construção no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.
  Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.
- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

c) Composição, movimentação e taxas de amortização

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- *Softwares*: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes e marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:11:08.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485547] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-10
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26523-K6AZ;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para *softwares*	*Softwares* em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)		20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.17	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436
Adições	-	963.894	-	-	6.647	-	-	249.307	1.219.848
Baixas líquidas	-	(15)	-	-	-	-	-	-	(15)
Transferências líquidas	-	519.538	-	-	-	32.467	-	(365.770)	186.235
Incorporação (nota 1 c.2)	212.058	18.051	-	-	-	-	-	-	230.109
Amortização (nota 25)	-	(961.343)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	(2.519.221)
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.244.525	1.429.274	989.410	13.056.137	49.447	(499)	389.677	42.220.392
Adições	-	371.975	-	-	-	-	-	1.389.960	1.761.935
Baixas líquidas (1)	(3.249)	(5.066)	-	-	-	-	-	-	(8.315)
Transferências líquidas	-	1.314.991	-	-	-	(64)	-	(1.229.658)	85.269
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	-	(1.537)
Amortização (nota 25)	-	(1.234.321)	(500.441)	(84.205)	(964.316)	(3.729)	-	-	(2.787.012)
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.690.567	928.833	905.205	12.091.821	45.654	(499)	549.979	41.270.732
Em 31.12.18									
Custo	23.062.421	16.498.947	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.659	(499)	389.677	66.637.599
Amortização acumulada	-	(13.254.422)	(3.084.004)	(669.487)	(7.188.082)	(221.212)	-	-	(24.417.207)
Total	23.062.421	3.244.525	1.429.274	989.410	13.056.137	49.447	(499)	389.677	42.220.392
Em 31.12.19									
Custo	23.059.172	18.198.545	4.513.278	1.658.897	20.244.219	269.918	(499)	549.979	68.493.509
Amortização acumulada	-	(14.507.978)	(3.584.445)	(753.692)	(8.152.398)	(224.264)	-	-	(27.222.777)
Total	23.059.172	3.690.567	928.833	905.205	12.091.821	45.654	(499)	549.979	41.270.732

	Consolidado								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para *softwares*	*Softwares* em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)		20,00 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.17	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904
Adições	-	970.172	-	-	6.647	-	-	249.307	1.226.126
Baixas líquidas	-	(16)	-	-	-	-	-	-	(16)
Transferências líquidas	-	519.539	-	-	-	32.539	-	(365.770)	186.308
Amortização (nota 25)	-	(965.459)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	(2.523.337)
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.245.042	1.429.274	989.410	13.056.137	49.523	(499)	389.677	42.220.985
Adições	-	374.690	-	-	-	-	-	1.390.731	1.765.421
Baixas líquidas (1)	(3.249)	(5.066)	-	-	-	(58)	-	-	(8.373)
Transferências líquidas	-	1.314.978	-	-	-	(6)	-	(1.229.472)	85.500
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	-	(1.537)
Combinação de negócios (nota 1 c.1)	-	596	-	-	-	-	-	-	596
Amortização (nota 25)	-	(1.234.949)	(500.441)	(84.205)	(964.316)	(3.729)	-	-	(2.787.640)
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.693.754	928.833	905.205	12.091.821	45.730	(499)	550.936	41.274.952
Em 31.12.18									
Custo	23.062.421	16.604.769	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.741	(499)	389.677	66.743.503
Amortização acumulada	-	(13.359.727)	(3.084.004)	(669.487)	(7.188.082)	(221.218)	-	-	(24.522.518)
Total	23.062.421	3.245.042	1.429.274	989.410	13.056.137	49.523	(499)	389.677	42.220.985
Em 31.12.19									
Custo	23.059.172	18.310.812	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.000	(499)	550.936	68.606.815
Amortização acumulada	-	(14.617.058)	(3.584.445)	(753.692)	(8.152.398)	(224.270)	-	-	(27.331.863)
Total	23.059.172	3.693.754	928.833	905.205	12.091.821	45.730	(499)	550.936	41.274.952

(1) Refere-se à baixa proporcional no montante de R$3.249, efetuada em julho de 2019, decorrente da alienação dos *data centers* de Tamboré e de Curitiba (CIC), conforme o parágrafo 86 do CPC 01 (R1)/IAS 36.

(2) Refere-se às transferências dos bens dos *data centers* de Tamboré e de Curitiba (CIC), alienados pelo montante de R$419.690 para uma sociedade controlada por Asterion Industrial Partners SGEIC, S.A., conforme contrato celebrado pela Companhia em 8 de maio de 2019 e concluído com a quitação em 24 de julho de 2019, gerando um ganho no resultado operacional de R$64.275.

d) Ágios

d.1) Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à Unidade Geradora de Caixa ("UGC") que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

d.2) Composição dos ágios

A seguir, apresentamos a composição dos ágios registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2019.

	Controladora/Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira, pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006	212.058	212.058
Santo Genovese Participações, controladora da Atrium Telecomunicações, ocorrido em 2004	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações, anteriormente Navytree, ocorrido em 2008	780.693	780.693
Vivo Participações, ocorrido em 2011 (1)	9.157.239	9.160.488
GVT Participações, ocorrido em 2015	12.837.141	12.837.141
Total	23.059.172	23.062.421

(1) A baixa proporcional do ágio no montante de R$3.249, decorre da alienação dos *data centers* de Tamboré e de Curitiba (CIC), conforme o parágrafo 86 do CPC 01 (R1)/IAS 36.

14. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Desta forma, considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além disso, o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, portanto, a Companhia define seu negócio como uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto *WACC* (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos impostos.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento do exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

b) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, TV paga e TI comparadas com os serviços de voz (fixa). As receitas móveis seguem a tendência de mercado, incluindo principalmente as migrações de pré-pago para pós pago, convergência de preços e crescimento em dados e M2M.
- Volume de CapEx: foram considerados os projetos em andamento e futuras necessidades, ambos alinhados com a evolução das receitas previstas e sempre visando a melhor eficiência na utilização destes investimentos. O volume de CapEx também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.
- Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculado pelo Custo de Capital Médio Ponderado ("CCMP" ou *WACC*). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.
- Taxa de crescimento na perpetuidade: reflete a condição da Companhia de gerar um fluxo de caixa de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade.

c) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Variações nas principais premissas	Em pontos percentuais
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+/- 1,0
Taxas de crescimento na perpetuidade	+/- 0,5
Variações operacionais	
Margem OIBDA	+/- 2,0
Margem de Capex/Receita	+/- 1,5

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2019 e 2018 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

d) Teste de recuperabilidade dos ágios

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada de custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC).

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:11:18.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485549] - www.imprensaoficial.com.br

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 12565090620756505076 1-11
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26524-XU9F;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/12565090620756505076 1

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 • NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% em 2019 e 2018.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 10,22% e 11,15%, que antes dos tributos equivalem a 11,38% e 13,99% em 2019 e 2018, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,8% e 4,0% em 2019 e 2018, respectivamente.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Salários e remunerações	35.522	33.803	38.363	34.767
Encargos e benefícios sociais	361.935	372.408	400.470	385.995
Participação de empregados nos resultados	302.972	262.270	306.918	265.433
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	39.723	22.467	40.523	22.538
Outras indenizações	-	86.000	-	86.000
Total	760.152	776.948	788.274	794.533
Circulante	724.194	765.098	752.246	782.530
Não circulante	35.958	11.850	36.028	11.903

16. FORNECEDORES

a) Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	5.974.484	6.752.721	5.958.280	6.790.882
Valores a repassar (operadoras, *cobilling*)	303.087	205.017	303.087	198.942
Interconexão/interligação	259.748	269.446	205.161	269.446
Partes relacionadas (nota 28)	379.933	518.949	405.271	383.512
Total	6.917.252	7.746.133	6.871.799	7.642.782

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
ICMS	858.493	1.051.536	908.447	1.094.769
PIS e COFINS	324.261	505.011	331.863	512.714
Fust e Funttel	89.394	89.794	89.394	89.794
ISS, CIDE e outros tributos	83.155	132.420	97.163	139.933
Total	1.355.303	1.778.761	1.424.867	1.837.210
Circulante	1.116.229	1.739.516	1.139.812	1.797.965
Não circulante	239.074	39.245	285.055	39.245

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Política contábil

a.1) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

a.2) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras, reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

a.3) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia tinha R$72.900 e R$51.785, respectivamente, a receber da Terra Networks.

	Controladora
Saldo em 31.12.17	323.206
Dividendos complementares de 2017 da TData	963.503
Dividendos intermediários de 2018 da TData	300.000
Incorporação da TData (nota 1.c.2)	118.528
Recebimento de dividendos da TData e da Terra Networks	(1.705.337)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2018 da Terra Networks	51.785
Saldo em 31.12.18	51.785
Dividendos complementares de 2018 da Terra Networks	153.875
Recebimento de dividendos do Terra Networks	(205.660)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019 da Terra Networks	72.900
Saldo em 31.12.19	72.900

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

c.1) Composição

	Controladora/Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Telefônica Latinoamérica Holding	787.823	952.217
Telefônica	948.662	1.146.819
SP Telecomunicações Participações	598.064	722.862
Telefônica Chile	1.667	2.015
Acionistas não controladores	1.251.201	1.349.203
Total	3.587.417	4.172.916

c.2) Movimentação

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.17	2.396.116
Dividendos complementares de 2017	2.191.864
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	3.867.500
Prescrição de dividendos e JSCP	(152.770)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(4.136.878)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	7.094
Saldo em 31.12.18	4.172.916
Dividendos complementares de 2018	2.468.584
JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos	3.199.800
Prescrição de dividendos e JSCP	(82.898)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(6.176.842)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	5.757
Saldo em 31.12.19	3.587.417

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

19. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade da perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Passivos contingentes (*Purchase Price Allocation - PPA*)

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da VivoPart. em 2011 e da GVTPart. em 2015.

b) Estimativas e julgamentos críticos

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos

c) Informações das provisões e contingências

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

	Controladora						
	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.17	954.319	3.474.900	1.047.435	1.103.792	845.796	574.725	8.000.967
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	309.033	452.484	392.166	(41.837)	(27.345)	-	1.084.501
Outros ingressos (reversões) (1)	(104.505)	(2.442.943)	(12.646)	-	-	15.926	(2.544.168)
Baixas por pagamento	(530.031)	(51.376)	(595.863)	(117.599)	-	-	(1.294.869)
Incorporação (nota 1 c.2)	-	22.611	-	-	-	4.755	27.366
Atualização monetária	117.936	411.853	164.648	77.860	8.824	77.215	858.336
Saldos em 31.12.18	746.752	1.867.529	995.740	1.022.216	827.275	672.621	5.132.133
Adoção inicial IFRIC 23 (nota 7)	-	(68.945)	-	-	-	-	(68.945)
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	143.322	32.714	361.930	93.634	(16.986)	(90.159)	524.455
Outros ingressos (reversões) (1)	-	-	(1.566)	-	-	(4.191)	(5.757)
Baixas por pagamento	(471.359)	(364.985)	(830.958)	(43.068)	-	-	(1.710.370)
Atualização monetária	95.216	23.066	263.197	72.954	21.433	57.591	533.457
Saldos em 31.12.19	513.931	1.489.379	788.343	1.145.736	831.722	635.862	5.404.973
Em 31.12.18							
Circulante	245.804	-	132.122	-	-	-	377.926
Não circulante	500.948	1.867.529	863.618	1.022.216	827.275	672.621	5.754.207
Em 31.12.19							
Circulante	227.114	-	113.156	25.008	-	-	365.278
Não circulante	286.817	1.489.379	675.187	1.120.728	831.722	635.862	5.039.695

	Consolidado						
	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.17	980.596	3.579.208	1.055.877	1.103.792	845.796	579.481	8.144.750
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	319.056	452.746	395.631	(41.837)	(27.345)	-	1.098.251
Outros ingressos (reversões) (1)	(99.372)	(2.443.047)	(14.119)	-	-	16.752	(2.539.786)
Baixas por pagamento	(541.749)	(51.924)	(598.294)	(117.599)	-	-	(1.309.566)
Atualização monetária	121.155	414.914	165.708	77.860	8.824	77.215	865.676
Saldos em 31.12.18	779.686	1.951.897	1.004.803	1.022.216	827.275	673.448	6.259.325
Adoção inicial IFRIC 23 (nota 7)	-	(68.945)	-	-	-	-	(68.945)
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	152.105	32.719	364.008	93.634	(16.986)	(90.159)	535.321
Outros ingressos (reversões) (1)	(5.709)	-	(2.381)	-	-	(4.191)	(12.281)
Baixas por pagamento	(485.539)	(364.992)	(833.579)	(43.068)	-	-	(1.727.178)
Atualização monetária	99.526	25.270	264.590	72.954	21.433	57.591	541.364
Combinação de negócios (nota 1 c.1)	7.805	-	7	-	-	-	7.812
Saldos em 31.12.19	547.874	1.575.949	797.448	1.145.736	831.722	636.689	5.535.418
Em 31.12.18							
Circulante	245.805	-	132.124	-	-	-	377.929
Não circulante	533.881	1.951.897	872.679	1.022.216	827.275	673.448	5.881.396
Em 31.12.19							
Circulante	236.130	-	113.307	25.008	-	-	374.445
Não circulante	311.744	1.575.949	684.141	1.120.728	831.722	636.689	5.160.973

(1) Refere-se aos valores de ingressos e baixas realizados em contrapartida a depósitos judiciais (nota 9).

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Provisões	513.931	746.752	547.874	779.686
Contingências possíveis	422.826	152.297	452.070	191.398

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Civis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da Companhia. Em agosto de 2018, a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgaram pela legalidade da terceirização irrestrita, inclusive da atividade fim, resguardada a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço. Contudo, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração para aclarar acerca da abrangência da referida decisão, inclusive para os casos já transitados em julgado, oportunidade em que será avaliada a aplicação da referida decisão em cada um dos

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:11:28.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485551] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-12
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26525-KF5Q;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

processos em que se discute o tema. Diante de tais considerações, ainda não há condições de estimar valores ou eventuais prejuízos para a Companhia.

c.2) Provisões e contingências tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Provisões	1.489.379	1.867.529	1.575.949	1.951.897
Federais (1)	486.659	442.575	573.229	526.943
Estaduais	466.164	909.547	466.164	909.547
Municipais	34.915	33.607	34.915	33.607
FUST	501.641	481.800	501.641	481.800
Contingências possíveis	25.451.648	35.257.515	26.104.867	36.103.128
Federais (1)	2.206.080	11.743.016	2.233.733	12.025.529
Estaduais	14.859.455	15.736.730	15.460.028	16.294.685
Municipais	662.119	632.569	669.114	637.690
FUST, FUNTTEL e FISTEL	7.723.994	7.145.200	7.741.992	7.145.224

(1) Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou os requisitos da IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda e, desta forma, apresentamos as informações de imposto de renda e contribuição social de 31 de dezembro de 2019 na nota 7.

c.2.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser"; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (d) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (v) PIS e COFINS sobre (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (vi) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (vii) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit*" (unidade de acesso fixo); e (viii) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de créditos extemporâneos; (iv) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (v) *co-billing*; (vi) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (viii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (ix) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (x) cobrança diferida referente a interconexão (Detraf); (xi) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xii) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xiii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvi) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvii) multa Detraf; (xviii) consumo próprio; (xix) isenção de órgãos públicos; (xx) valores dados a título de descontos; (xxi) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxii) serviços de publicidade; (xxiii) serviços não medidos; e (xxiv) assinatura mensal, que se encontra no STF com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; e (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino América Holding; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado envolvido totalizava R$4.411.759 (R$3.701.208 em 31 de dezembro de 2018).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado envolvido totalizava R$723.105 (R$618.473 em 31 de dezembro de 2018).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado envolvido totalizava R$2.607.128 (R$2.825.543 em 31 de dezembro de 2018).

c.3) Provisões e contingências cíveis

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Provisões	788.343	995.740	797.448	1.004.803
Contingências possíveis	3.478.692	3.480.441	3.494.626	3.493.655

c.3.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2019 o montante consolidado provisionado era de R$297.641 (R$334.877 em 31 de dezembro de 2018).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2019 o montante consolidado provisionado era de R$ R$211.865 (R$353.850 em 31 de dezembro de 2018).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado provisionado era de R$287.942 (R$316.076 em 31 de dezembro de 2018).

c.3.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao "*status quo*" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de Improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Civis Públicas propostas respectivamente pela ASTEL e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Quanto à ação proposta unicamente pela ASTEL, houve decisão favorável em primeiro grau. Sucessivamente, a ASTEL apelou e houve desistência do recurso, mantendo-se a decisão favorável. Quanto à ação proposta pela FENAPAS, o valor é inestimável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado era de R$3.467.941 (R$3.466.522 em 31 de dezembro de 2018).
- A Terra Networks é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 31 de dezembro de 2019 o montante era de R$15.443 (R$12.926 em 31 de dezembro de 2018).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2019 o montante era de R$11.626 (R$14.207 em 31 de dezembro de 2018).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

  Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstivesse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação, já que a perícia está em seu estágio inicial.
- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

c.4) Provisões e contingências regulatórias

	Valores envolvidos	
	Controladora/Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.19	31.12.18
Provisões	1.145.736	1.022.216
Contingências possíveis	5.645.107	6.119.136

c.4.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

c.4.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia mantêm processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem majoritariamente sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Casos relevantes na carteira de contingências regulatórias possíveis incluem:

- Processos administrativos e judiciais que discutem a forma de a ANATEL calcular o valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o provento econômico decorrente da prestação do serviço de STFC/SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de STFC/SMP, tal como definido pela regulamentação à época da assinatura dos termos de autorização/contratos de concessão, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL.
- A Companhia propôs, em maio de 2018, ação judicial, para anular decisão final da ANATEL, de março do mesmo ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa. A multa aplicada pela ANATEL, e objeto da ação judicial, totaliza R$211 milhões como valor principal. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado, acrescido de juros e correção monetária, alcança aproximadamente R$505 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, este montante era R$482 milhões, aproximadamente. A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento. A ação está em primeira instância e, neste momento, aguarda sentença, após a Companhia ter juntado laudo pericial que suporta os argumentos a favor da redução da multa.

d) Garantias

A Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Imóveis e equipamentos	81.416	94.641
Depósitos e bloqueios judiciais	3.670.885	3.910.014
Cartas fiança	2.608.463	2.301.210
Total	**6.360.764**	**6.305.865**

Em 31 de dezembro de 2019, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R$50.554 (R$64.461 em 31 de dezembro de 2018).

20 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado.

São classificados como circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:11:39.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485553] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reproducão fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-13
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26526-8AFY;

Cartório Azevêdo Bastos
CNJ: 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia não capitalizou custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.
Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos.

b) Informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos

	Consolidado									
	Informações em 31 de dezembro de 2019				31.12.19			31.12.18		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda local					4.126.490	9.698.183	13.824.673	1.367.551	4.675.271	6.042.822
Instituições financeiras (b.1)					23.865	24.985	48.850	666.213	819.742	1.485.955
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%			-	-	-	214.012	-	214.012
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%			-	-	-	184.200	122.011	306.211
BNDES FINEM	R$	5,00%			-	-	-	13.403	-	13.403
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,12%			-	-	-	103.466	316.269	419.735
BNDES FINEM	R$	4,00% a 6,00%			-	-	-	37.837	94.516	132.353
BNDES FINEM	R$	Selic Acum. D-2 + 2,32%			-	-	-	80.014	245.887	325.901
PSI	R$	2,5% a 5,5%	jan-23	(1)	8.847	112	8.959	18.207	1.263	19.470
BNB	R$	7,08% a 10%	ago-22	(2)	15.018	24.873	39.891	15.054	39.796	54.850
Fornecedores (b.2)	**R$**	109,2% a 122,5% do CDI	jan-21		**996.177**	**97**	**996.274**	**524.244**	**-**	**524.244**
Debêntures (b.3)					**1.077.183**	**2.027.167**	**3.104.350**	**123.961**	**3.049.949**	**3.173.910**
4ª emissão - Série 3	R$	IPCA+4,00%	out-19	(3)	-	-	-	41.121	-	41.121
1ª emissão - Minas Comunica	R$	IPCA+0,50%	jul-21	(3)	28.366	28.366	56.732	26.250	52.499	78.749
5ª emissão	R$	108,25% do CDI	fev-22	(3)	44.504	1.998.801	2.043.305	51.233	1.997.694	2.048.927
6ª emissão	R$	100% do CDI + 0,24%	nov-20	(3)	1.004.313	-	1.004.313	5.357	999.756	1.005.113
Arrendamentos (b.4)	**R$**	4,90 % / IPCA			**2.029.265**	**7.161.886**	**9.191.151**	**53.133**	**339.894**	**393.027**
Contraprestação contingente (b.5)	**R$**	Selic			**-**	**484.048**	**484.048**	**-**	**465.686**	**465.686**
Moeda estrangeira					**-**	**-**	**-**	**96.615**	**-**	**96.615**
Instituições financeiras (b.1)					**-**	**-**	**-**	**96.615**	**-**	**96.615**
BNDES FINEM	UMBND	ECM + 2,38%			-	-	-	96.615	-	96.615
Total					**4.126.490**	**9.698.183**	**13.824.673**	**1.464.166**	**4.675.271**	**6.139.437**

Garantias
(1) Alienação dos ativos financiados.
(2) Fiança bancária equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo deste fundo de liquidez era de R$13.212 (R$12.473 em 31 de dezembro de 2018).
(3) Quirografária

b.1) Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras
Alguns contratos de financiamento firmados com instituições financeiras, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas até 31 de dezembro de 2017, foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados.
As subvenções concedidas a partir de 1º de janeiro de 2018, foram ajustadas a valor presente, contabilizadas no ativo fixo e estão sendo depreciadas de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes financiados.

b.2) Financiamento - fornecedores
A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 109,2% a 122,5% do CDI (107,9% a 115,9% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

b.3) Debêntures
A seguir apresentamos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2019.

		Quantidades		
Emissão	Data de emissão	Emitidas	Circulação	Valor da emissão
4ª emissão - Série 3 (1)	15/10/09	810.000	-	810.000
1ª emissão - Minas Comunica	17/12/07	5.550	5.550	55.500
5ª emissão	08/02/17	200.000	200.000	2.000.000
6ª emissão	27/11/17	100.000	100.000	1.000.000

(1) Em 15 de outubro de 2019 houve a liquidação desta emissão no montante de R$42.865.
Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 era de R$2.550 (R$3.951 em 31 de dezembro de 2018), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

b.4) Arrendamentos
A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.
Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.
A seguir, apresentamos os saldos dos valores de arrendamentos a pagar, incluindo os efeitos da adoção da IFRS 16 (nota 2.f):

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Valor nominal a pagar	10.932.789	766.215
Despesa financeira não realizada	(1.741.638)	(373.188)
Valor presente a pagar	**9.191.151**	**393.027**
Circulante	2.029.265	53.133
Não circulante	7.161.886	339.894

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2019, segregados em valores nominais e a valor presente:

	Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
2020	2.096.941	2.029.265
2021	1.896.313	1.751.557
2022	1.670.508	1.470.364
2023	1.484.652	1.241.102
2024	1.086.093	856.502
2025 em diante	2.698.282	1.842.361
Total	**10.932.789**	**9.191.151**

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 é de 4,90%, com prazo médio de vencimento de 6,18 anos.
O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com ***spread*** de risco intrínseco da Companhia.
A utilização de taxas nominais ou reais, na estimativa dos fluxos futuros, desde que aplicadas consistentemente na taxa de desconto, produziria efeitos imateriais no saldo atualizado do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2019, bem como em seus respectivos efeitos no resultado do exercício findo nesta data.
As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros reais e nominais de mercado são extraídas da B3 e o ***spread*** de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.
Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

b.5) Contraprestação contingente
Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart., foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em se levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, ele será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

c) Cronograma de pagamentos
Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado				
Ano	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Financiamentos - fornecedores	Debêntures	Arrendamentos	Contraprestação contingente	Total
2021	14.984	97	1.027.167	1.751.557	-	2.793.805
2022	9.996	-	1.000.000	1.470.364	-	2.480.360
2023	5	-	-	1.241.102	-	1.241.107
2024	-	-	-	856.502	-	856.502
2025 em diante	-	-	-	1.842.361	484.048	2.326.409
Total	**24.985**	**97**	**2.027.167**	**7.161.886**	**484.048**	**9.698.183**

d) Cláusulas restritivas
Os financiamentos contratados junto a instituições financeiras e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas no item b), é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações
A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente.

	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento - fornecedores	Contraprestação contingente	Total
Saldo em 31.12.17	**2.502.346**	**4.520.739**	**385.460**	**607.152**	**446.144**	**8.461.841**
Ingressos	-	-	18.672	506.397	-	525.069
Subvenção governamental (nota 21)	(40)	-	-	-	-	(40)
Encargos financeiros (nota 27)	169.771	242.415	45.501	33.169	19.542	510.398
Custos de emissão	-	1.471	-	-	-	1.471
Variação cambial (nota 27)	28.848	-	-	-	-	28.848
Baixas (pagamentos)	(1.118.355)	(1.590.715)	(56.606)	(622.474)	-	(3.388.150)
Saldo em 31.12.18	**1.582.570**	**3.173.910**	**393.027**	**524.244**	**465.686**	**6.139.437**
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19 (nota 2 f)	-	-	8.618.072	-	-	8.618.072
Ingressos	-	-	1.803.941	967.313	-	2.771.254
Subvenção governamental (nota 21)	15.787	-	-	-	-	15.787
Encargos financeiros (nota 27)	111.010	197.386	457.985	45.940	18.362	830.686
Custos de emissão	-	1.400	-	-	-	1.400
Variação cambial (nota 27)	(1.104)	-	-	-	-	(1.104)
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(107.213)	-	-	(107.213)
Baixas (pagamentos)	(1.659.416)	(268.346)	(1.974.661)	(541.223)	-	(4.443.646)
Saldo em 31.12.19	**48.850**	**3.104.350**	**9.191.151**	**996.274**	**484.048**	**13.824.673**

f) Captações e pagamentos
A seguir, apresentamos um resumo das captações e dos pagamentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	31.12.19				31.12.18			
		Pagamentos				Pagamentos		
	Captações	Principal	Encargos	Total	Captações	Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos	**-**	**(1.564.258)**	**(95.158)**	**(1.659.416)**	**-**	**(961.687)**	**(156.668)**	**(1.118.355)**
BNDES	-	(1.549.335)	(91.939)	(1.641.274)	-	(946.763)	(152.447)	(1.099.210)
BNB	-	(14.923)	(3.219)	(18.142)	-	(14.924)	(4.221)	(19.145)
Debêntures	**-**	**(66.830)**	**(201.516)**	**(268.346)**	**-**	**(1.324.723)**	**(265.992)**	**(1.590.715)**
4ª emissão - Série 3	-	-	-	-	-	-	(1.583)	(1.583)
1ª emissão - Minas Comunica	-	(25.583)	(1.761)	(27.344)	-	(24.723)	(1.082)	(25.805)
4ª emissão	-	(41.247)	(1.650)	(42.897)	-	(1.300.000)	(47.257)	(1.347.257)
5ª emissão	-	-	(135.242)	(135.242)	-	-	(149.795)	(149.795)
6ª emissão	-	-	(62.863)	(62.863)	-	-	(66.275)	(66.275)
Fornecedores	**967.313**	**(506.407)**	**(34.816)**	**(541.223)**	**506.397**	**(571.434)**	**(51.040)**	**(622.474)**
Arrendamentos (1)	**10.422.013**	**(1.559.165)**	**(415.496)**	**(1.974.661)**	**18.672**	**(35.375)**	**(21.231)**	**(56.606)**
Total	**11.389.326**	**(3.696.660)**	**(746.986)**	**(4.443.646)**	**525.069**	**(2.893.219)**	**(494.931)**	**(3.388.150)**

(1) Os ingressos incluem o montante da adoção inicial da IFRS 16 (nota 2.f).

21 RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Alienação de ativos imobilizados (1)	94.383	89.835	94.383	89.835
Subvenções governamentais (2)	61.613	94.335	61.613	94.335
Passivos contratuais - IFRS 15 (3)	499.035	532.207	499.035	532.207
Outras (4)	59.379	59.658	63.051	59.658
Total	**714.410**	**776.035**	**718.082**	**776.035**
Circulante	506.181	525.509	506.181	525.509
Não circulante	208.229	250.526	211.901	250.526

(1) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil e uma parcela do montante decorrente da alienação dos *data centers* de Tamboré e de Curitiba (CIC) para uma sociedade controlada por Asterion Industrial Partners SGEIC, S.A, que será reconhecida no resultado pelo prazo de 10 anos, conforme condições contratuais.
(2) Refere-se aos valores de: (i) subvenção decorrente de recursos obtidos de linha de financiamento, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
(3) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.
(4) Inclui os saldos do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (IFRS 15), principalmente relativos à venda de créditos de pré-pagos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Adoção inicial em 01.01.18	**178.897**
Reclassificações em 01.01.18	393.686
Altas	7.271.514
Baixas	(7.301.992)
Saldos em 31.12.18	**532.207**
Altas	6.762.607
Baixas	(6.795.779)
Saldos em 31.12.19	**499.035**
Circulante	468.776
Não circulante	30.259

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:11:51.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485556] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-14
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26527-WJT4;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos passivos contratuais.

Ano	Consolidado
2020	468.776
2021	11.342
2022	3.468
2023	3.468
2024	3.468
2025 em diante	8.513
Total	**499.035**

22 OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Obrigações com a ANATEL (1)	300.119	346.950	300.119	346.950
Obrigações com partes relacionadas (nota 26)	21.789	25.198	30.114	31.716
Retenções de terceiros (2)	219.323	117.615	222.056	120.711
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	1.150.601	674.948	1.155.067	679.478
Valores a restituir a assinantes	44.231	56.941	43.794	56.897
Outras obrigações	36.165	61.279	36.781	61.957
Total	**1.772.228**	**1.282.931**	**1.787.931**	**1.297.709**
Circulante	353.635	357.535	365.192	368.376
Não circulante	1.418.593	925.396	1.422.739	929.333

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.
(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Controlador	**540.033.264**	**94,47%**	**704.207.855**	**62,91%**	**1.244.241.119**	**73,58%**
Telefônica Latinoamérica Holding	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica	196.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	**29.320.789**	**5,13%**	**415.131.868**	**37,09%**	**444.452.657**	**26,28%**
Ações em tesouraria	**2.290.164**	**0,40%**	**983**	**0,00%**	**2.291.147**	**0,14%**
Total de ações emitidas	**571.644.217**	**100,00%**	**1.119.340.706**	**100,00%**	**1.690.984.923**	**100,00%**
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(983)		(2.291.147)	
Total de ações em circulação	**569.354.053**		**1.119.339.723**		**1.688.693.776**	

b) Reservas de capital

b.1) Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SP Telecomunicações Participações) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R$63.074.

b.2) Outras reservas de capital

A seguir, apresentamos a composição desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	31.12.19	31.12.18
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e GTR pela Companhia e TGLog pela TData (5)	75.388	(75.388)
Efeitos da cotação das ações pela transferência de ações referente a processo judicial (6)	2	2
Efeitos da aquisição do Terra Networks pela TData (7)	(59.029)	(59.029)
Efeitos da aquisição da TIS pela Terra Networks (8)	(48.135)	-
Outros movimentos	76	10
Total	**1.190.209**	**1.238.278**

(1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.
(2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.
(3) Refere-se aos custos diretos (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
(4) Refere-se à diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.
(5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.
(6) Refere-se aos efeitos das cotações das ações nas baixas pela transferência de 62 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação pelo cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.
(7) Refere-se aos efeitos pela aquisição do Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c.2).
(8) Refere-se aos efeitos pela aquisição da TIS pela Terra Networks, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c.1).

b.3) Ações em tesouraria

São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações vigente ao tempo da operação; e (iii) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R$87.820, composto por 2.290.164 ações ordinárias e 983 ações preferenciais.

c) Reservas de lucro

c.1) Reserva legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

c.2) Reserva para expansão e modernização

Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, o orçamento de capital é submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO").

c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

c.4) Movimentação das reservas de lucros

A seguir, apresentamos a movimentação das reservas de lucro.

	Reserva legal	Reserva para expansão e modernização	Incentivos fiscais	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**2.138.344**	**297.000**	**27.884**	**2.463.228**
Reversão de reservas	-	(297.000)	-	(297.000)
Constituição de reservas	446.413	1.700.000	11.529	2.157.942
Em 31 de dezembro de 2018	**2.584.757**	**1.700.000**	**39.413**	**4.324.170**
Reversão de reservas	-	(1.700.000)	-	(1.700.000)
Constituição de reservas	250.051	600.000	18.166	868.217
Em 31 de dezembro de 2019	**2.834.808**	**600.000**	**57.579**	**3.492.387**

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

d.1) Dividendos complementares do exercício de 2018

Em 11 de abril de 2019, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2018, ainda não distribuídos, no montante de R$2.468.684 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se acharam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 17 de dezembro de 2019.

d.2) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	5.001.014	8.928.258
(-) Apropriação à reserva legal	(250.051)	(446.413)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(18.166)	(11.529)
Lucro líquido ajustado	**4.732.797**	**8.470.316**
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	**(3.588.000)**	**(4.550.000)**
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.588.000)	(4.550.000)
Dividendos Intermediários	(1.000.000)	-
Saldo de lucro líquido não destinado	**1.144.797**	**3.920.316**
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior	1.700.000	297.000
(-) Efeitos das adoções do IFRS 9 e IFRS 15, líquidos de tributos em 01.01.18	-	(138.663)
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	82.898	152.770
(-) Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	(132.120)	(62.739)
Lucro disponível para distribuição	**2.795.575**	**4.168.684**
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	**600.000**	**1.700.000**
Dividendos adicionais propostos:	**2.195.575**	**2.468.684**
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	495.575	2.171.684
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	1.700.000	297.000
Total	**2.795.575**	**4.168.684**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	**1.183.199**	**2.117.579**

A proposta para a deliberação do exercício de 2019, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2020.

Total de dividendo proposto para deliberação - por ação	2019	2018
Ações ordinárias	1,219339	1,371013
Ações preferenciais	1,341273	1,508114

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários e dividendos, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Exercício de 2019

	Datas			Valor bruto			Valor líquido			Valor por ação	
Natureza	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	15/02/19	28/02/19	Até 31/12/20	221.338	478.662	700.000	188.137	406.863	595.000	0,33044031480	0,36348434628
JSCP	17/04/19	30/04/19	Até 31/12/20	180.233	389.767	570.000	153.198	331.302	484.500	0,26907282777	0,29598011054
JSCP	17/06/19	28/06/19	Até 31/12/20	306.079	661.921	968.000	260.167	562.633	822.800	0,45695174961	0,50264692458
JSCP	19/12/19	30/12/19	Até 31/12/20	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,16522015740	0,18174217314
Dividendos	19/12/19	30/12/19	Até 31/12/20	316.198	683.802	1.000.000	316.198	683.802	1.000.000	0,55536187362	0,61089806098
Total				**1.134.517**	**2.453.483**	**3.588.000**	**1.011.769**	**2.188.031**	**3.199.800**		

Exercício de 2018

	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por ação	
Natureza	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	18/06/18	29/06/18	20/08/19	126.479	273.521	400.000	107.507	232.493	340.000	0,18882303703	0,20770534073
JSCP	05/09/18	17/09/18	20/08/19	885.353	1.914.647	2.800.000	752.550	1.627.450	2.380.000	1,32176125923	1,45393738515
JSCP	04/12/18	17/12/18	17/12/19	426.867	923.133	1.350.000	362.837	784.663	1.147.500	0,63727774998	0,70100552498
Total				**1.438.699**	**3.111.301**	**4.550.000**	**1.222.894**	**2.644.606**	**3.867.500**		

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

d.3) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R$82.898 e R$152.770, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:

	Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.17	**(8.658)**	**1.954**	**28.032**	**21.328**
Ganhos com conversão	-	-	9.927	9.927
Perdas com contratos futuros	-	(1.618)	-	(1.618)
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(412)	-	-	(412)
Saldos em 31.12.18	**(9.070)**	**336**	**37.959**	**29.225**
Ganhos com conversão	-	-	1.859	1.859
Perdas com contratos futuros	-	(336)	-	(336)
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(11)	-	-	(11)
Saldos em 31.12.19	**(9.081)**	**-**	**39.818**	**30.737**

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:12:01.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485559] - www.imprensaoficial.com.br

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 12565090620756505076 1-15
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26528-1DBA;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/12565090620756505076 1

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Em 7 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou programas de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tiveram como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2018.

Este programa terá vigência até 6 de junho de 2020, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição serão de 583.422 ações ordinárias e 37.736.465 ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram aquisições de ações dentro do programa de recompra de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	5.001.014	8.928.258
Ordinárias	1.581.308	2.823.093
Preferenciais	3.419.706	6.105.165
Quantidade de ações, em milhares:	1.688.694	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	569.354	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	1.119.340	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R$)	2,78	4,96
Ações preferenciais (R$)	3,06	5,45

24 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

Reconhecimento de receitas de serviços e de mercadorias

Com a adoção da IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018, para os pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão, a receita total passou a ser alocada a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente é reconhecida como um ativo contratual na demonstração da posição financeira.

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento ("produto Soluciona TI"), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

A receita da venda de aparelhos aos *dealers* é contabilizada no momento da sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final.

As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS, conforme o caso.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, esses estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta	65.695.019	59.574.755	66.571.866	65.794.397
Serviços (1)	59.255.466	55.445.244	60.129.579	61.292.362
Mercadorias (2)	6.439.553	4.129.512	6.442.287	4.502.035
Deduções da receita operacional bruta	(22.188.382)	(21.591.984)	(22.303.695)	(22.331.657)
Tributos	(13.779.098)	(13.826.853)	(13.894.361)	(14.559.915)
Serviços	(12.566.434)	(13.135.613)	(12.678.809)	(13.820.784)
Mercadorias	(1.212.664)	(691.240)	(1.215.552)	(739.131)
Descontos concedidos e devoluções	(8.409.284)	(7.765.131)	(8.409.334)	(7.771.742)
Serviços	(6.319.503)	(6.282.330)	(6.319.584)	(6.288.941)
Mercadorias	(2.089.781)	(1.482.801)	(2.089.750)	(1.482.801)
Receita operacional líquida	43.506.637	37.982.772	44.268.171	43.462.740
Serviços	40.369.529	36.027.301	41.131.186	41.182.637
Mercadorias	3.137.108	1.955.471	3.136.985	2.280.103

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e equipamentos do Produto Soluciona TI.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

25 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	2019				2018			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(718.247)	(2.548.916)	(416.250)	(3.683.413)	(747.347)	(2.260.855)	(477.752)	(3.485.954)
Serviços de terceiros (2)	(6.521.785)	(6.684.031)	(1.150.014)	(14.355.830)	(5.891.333)	(6.728.780)	(1.266.755)	(13.886.868)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.383.602)	(78.824)	(56.708)	(1.519.134)	(2.953.437)	(146.387)	(180.419)	(3.280.234)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.601.847)	(41.808)	(30.198)	(1.673.853)	(1.555.336)	(30.659)	(35.705)	(1.621.700)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.658.419)	-	(1.658.419)	-	(1.315.536)	-	(1.315.536)
Depreciação e amortização (5)	(8.623.235)	(1.500.171)	(792.897)	(10.916.303)	(6.467.961)	(1.351.912)	(515.873)	(8.335.746)
Custo das mercadorias vendidas	(3.150.481)	-	-	(3.150.481)	(2.158.678)	-	-	(2.158.678)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(29.308)	(142.199)	(28.864)	(200.371)	(46.497)	(203.016)	(32.334)	(281.847)
Total	(22.028.505)	(12.654.368)	(2.474.931)	(37.157.804)	(19.820.589)	(12.037.145)	(2.508.829)	(34.366.563)

	Consolidado							
	2019				2018			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(758.780)	(2.568.363)	(430.409)	(3.757.552)	(872.032)	(2.574.498)	(549.610)	(3.996.140)
Serviços de terceiros (2)	(6.601.587)	(6.686.452)	(1.154.823)	(14.442.862)	(6.656.924)	(6.989.006)	(1.237.527)	(14.883.457)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.388.217)	(78.401)	(57.359)	(1.523.977)	(2.957.489)	(147.613)	(202.881)	(3.307.983)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.597.066)	(41.810)	(31.127)	(1.670.003)	(1.594.836)	(30.703)	(36.122)	(1.661.661)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.682.348)	-	(1.682.348)	-	(1.533.660)	-	(1.533.660)
Depreciação e amortização (5)	(8.824.228)	(1.501.096)	(794.468)	(10.919.792)	(6.487.909)	(1.352.638)	(528.076)	(8.368.623)
Custo das mercadorias vendidas	(3.156.964)	-	-	(3.156.964)	(2.406.099)	-	-	(2.406.099)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(32.105)	(142.752)	(29.910)	(204.767)	(50.478)	(204.623)	(44.754)	(299.855)
Total	(22.158.947)	(12.701.222)	(2.498.096)	(37.358.265)	(21.025.767)	(12.832.741)	(2.599.970)	(36.457.478)

(1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.

(2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, *call center*, *backoffice*, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.

(3) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.

(4) Inclui os custos e despesas com as taxas fistel, fust, funttel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.

(5) Inclui os montantes consolidados de R$1.913.241 e R$29.631 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

26 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Multas e despesas recuperadas (1)	498.702	3.891.594	503.777	3.962.150
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 19) (2)	(614.614)	(1.245.216)	(625.480)	(1.258.966)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	409.178	114.164	408.160	114.853
Outras receitas (despesas) operacionais	118.405	751.396	17.561	(367.115)
Total	411.671	3.511.938	304.018	2.450.922
Outras receitas operacionais	1.026.285	4.757.154	929.498	4.077.003
Outras despesas operacionais	(614.614)	(1.245.216)	(625.480)	(1.626.081)
Total	411.671	3.511.938	304.018	2.450.922

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem os créditos fiscais, nos montantes de R$3.356.687 (controladora) e R$3.386.433 (consolidado), oriundos dos processos judiciais transitados em julgado a favor da Companhia e sua controlada (TData), que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 e junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013 (Nota 8).

(2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem as baixas de depósitos judiciais no montante de R$160.715.

27 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

a) Política contábil

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	258.749	213.541	272.158	246.083
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	175.738	106.008	177.636	118.476
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	314.736	301.880	315.351	305.996
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	5.140	32.326	5.140	32.326
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	202.230	3.296.461	209.447	3.341.211
Outras receitas financeiras	153.093	40.892	153.138	68.548
Total	1.109.686	3.991.108	1.132.870	4.112.640
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20) (3)	(830.615)	(510.398)	(830.686)	(510.398)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(4.036)	(61.174)	(4.036)	(61.174)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(263.151)	(290.333)	(263.388)	(295.208)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(143.514)	(182.647)	(144.779)	(186.238)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(603.145)	(946.954)	(615.291)	(963.463)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras (2)	(92.938)	(262.738)	(94.831)	(269.006)
Total	(1.937.399)	(2.254.244)	(1.953.011)	(2.285.487)
Resultado financeiro, líquido	(827.713)	1.736.864	(820.141)	1.827.153

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem as atualizações monetárias, nos montantes de R$2.897.153 (controladora) e R$2.926.247 (consolidado), sobre os créditos fiscais oriundos dos processos judiciais transitados em julgado a favor da Companhia e sua controlada (TData), que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 e junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013 (Nota 8).

(2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui R$136.070 de PIS e COFINS, sobre os montantes consolidados descritos no item (1).

(3) Inclui os montantes consolidados de R$457.985 e R$45.501 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, referente à encargos de arrendamentos.

28 TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica;

b) Serviços de TV digital, prestados pela Média Networks Latino América;

c) Aluguel, manutenção de equipamento de segurança e serviços de construção civil, prestados pela Telefônica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil); saldos apresentados relativos ao resultado, referem-se do período de janeiro a agosto de 2019;

d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte prestados pela Telefônica Global Technology;

f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefônica International Wholesale Services Espanha e Telefônica USA, Telefônica International Wholesale Services Brasil (anteriormente Média Net Brasil);

g) Operações com empresas do Grupo Telefônica, referentes a compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência;

h) Serviços de *marketing* prestados pelas empresas do Grupo Telefônica;

i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas, prestados pela Telefonica de Espanha;

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:12:12.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485561] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-16
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26529-D2ZN;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services e Telefónica USA;
k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas do Grupo Telefónica;
l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas do Grupo Telefónica;
m) Brand Fee, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
n) Plataforma de serviços de saúde prestados pela Axismed.
o) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Digital;
p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do Grupo Telefónica pela Telfisa;
r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-learning* prestados pela Telefónica Serviços de Ensino;
s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica;
t) Investimento Social e Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
w) Mídia Digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestados pela Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil;
x) Operações de torres entre Telefônica Brasil e Telxius Torres Brasil;
y) Valores a serem ressarcidos pela SPTE em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks Brasil;
z) Venda de produtos digitais, criação de um canal de banda exclusivo que responde à demanda comercial por esses serviços e produtos digitais;
aa) Serviços de hospedagem, habitação e soluções de telecomunicações para o mercado corporativo prestados pela Acens;
bb) Serviços de consultoria, suporte técnico, importação e exportação de mercadorias com a empresa Telefonica Ingeniería de Seguridad.;
cc) Negociações com fornecedores nas diferentes categorias globais prestados pela Telefónica Global Services GmBH;

Conforme descrito na nota 30, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		31.12.19			31.12.18		
Empresas	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos e despesas antecipadas	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	6	4.924	-	-	10.083
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	40.105	-	-	60.387
Telefónica	l) / z)	-	10.873	2.555	-	9.300	29.757
		-	10.879	47.584	-	9.300	100.227
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	-	159	520	-	1.334	520
Telefónica International Wholesale Services	a) / d) / l) / p)	-	1.961	3.602	-	903	4.051
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	1.688	-	-	20.877	-
Telefónica Venezolana	k)	-	6.498	2.196	-	5.926	2.196
Telefónica Digital España	g) / l)	-	696	300	-	197	294
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	-	2.782	45	-	6.360	133
Telefónica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil)	a) / d) / l)	-	-	-	-	800	986
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	58.490	-	-	46.537	-
Telefónica Serviços de Ensino	a) / p)	-	153	14	-	286	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	-	5.145	-	-	5.074	-
Telefónica Moviles Espanha	k)	-	1.536	-	-	7.576	-
Telefónica USA	j)	-	5.319	-	-	9.005	-
Tellisa Global BV	q)	59.657	-	-	46.755	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l) / p)	-	11.382	5.100	-	11.628	5.295
Telxius Torres Brasil	d) / p) / x)	-	5.429	6.611	-	6.776	4.268
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	g) / h)		5.598	-	-	5.341	-
Outras	a) / d) / k) / l) / p) / bb)	-	12.189	2.732	-	10.894	2.806
		59.657	119.025	21.120	46.755	139.514	20.549
Total		59.657	129.904	68.704	46.755	148.814	120.776
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		59.657	-	-	46.755	-	-
Contas a receber, líquidas (nota 4)		-	129.904	-	-	148.814	-
Despesas antecipadas (nota 6)		-	-	3.738	-	-	-
Outros ativos (nota 10)		-	-	64.471	-	-	114.715
Ativo não circulante							
Outros ativos (nota 10)		-	-	495	-	-	6.061

		Balanço Patrimonial - Passivo			
		31.12.19		31.12.18	
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	l) / y)	-	23.524	-	21.901
Telefónica	l) / m)	2.907	40	587	1.393
		2.907	23.564	587	23.294
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones	k)	816	-	1.056	-
Fundação Telefônica	l)	-	86	-	82
Media Networks Latina America SAC	b)	9.245	-	10.212	-
Telefónica International Wholesale Services	f)	44.835	318	44.693	318
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	5.000	-	5.706	-
Telefónica Venezolana	k)	6.044	-	5.410	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	28.169	-	32.582	-
Telefónica Digital España	o)	68.015	-	43.340	-
Telefónica Factoring do Brasil	l) / s)	-	4.057	-	2.770
Telefónica Global Technology	e)	28.854	-	28.750	-
Telefónica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil)	c) / l)	-	-	52.184	27
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	66.976	-	26.097	-
Telefónica Serviços de Ensino	r)	8.373	-	22.518	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	3.638	-	4.160	-
Telefónica Moviles Espanha	k)	3.468	-	5.233	-
Telefónica USA	f)	16.015	267	4.411	200
Telxius Cable Brasil	f) / l)	47.168	1.572	39.662	2.067
Telxius Torres Brasil	x)	30.018	480.589	38.735	1.926
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	7.105	-	1.766	-
Outras	a) / d) / g) / k) / h) / l) / bb)	28.605	42	16.310	1.032
		402.364	486.931	382.825	8.422
Total		405.271	510.495	383.512	31.716

		Demonstração dos Resultados					
		2019			2018		
Empresas	Natureza da transação	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas operacionais	Resultado financeiro
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	5	497	-	-	347	-
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	18.309	851	-	16.466	9.077
Telefónica	l) / m)	-	(422.958)	(5.226)	-	(373.690)	(16.680)
		5	(404.152)	(4.375)	-	(356.877)	(7.603)
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones	k)	111	321	(17)	250	(4.280)	(2.145)
Companhia AIX de Participações	a) / u)	38	(24.174)	-	75	(22.645)	-
Fundação Telefônica	l) / t)	-	(11.971)	-	-	(12.223)	-
Telefónica International Wholesale Services	a) / d) / f) / l) / p)	757	(104.105)	(54)	2.006	(101.272)	-
Media Networks Latina America SAC	b)	-	(41.023)	(596)	-	(34.791)	(1.007)
Telefónica Serviços de Ensino	a) / p) / r)	1.085	(35.228)	-	1.158	(49.130)	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(100)	489	1.845	148	(1.975)	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	-	(30.814)	-	-	(34.534)	-
Telefónica Digital España	l) / o)	299	(127.182)	(3.016)	-	(124.537)	(813)
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	2.418	239	(4.048)	2.416	212	2.601
Telefónica Global Technology	e) / l)	-	(63.947)	388	-	(36.738)	(4.134)
Telefónica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil)	a) / c) / d) / l) / p)	591	(27.079)	-	1.568	(54.210)	-
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	48.819	(75.693)	(4.128)	53.357	(64.036)	9.771
Telefónica Moviles Argentina	k)	4.030	(3.437)	90	5.916	(3.437)	-
Telefónica Moviles Espanha	k)	410	(1.737)	545	(209)	(4.166)	-
Telefónica USA	f) / j)	38	(19.793)	1.700	1.518	(19.441)	(539)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	13.585	(252.436)	(7.415)	49.777	(206.095)	(7.896)
Telxius Torres Brasil	d) / l) / p) / x)	3.652	756 (24.144)	3.218	(129.706)		-
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	2.535	(5.639)	567	-	(2.794)	1.450
Outras	a) / d) / g) / i) / k) / l) / n) / p) / w) / aa) / bb) / cc)	6.269	(31.684)	588	4.840	(27.116)	(244)
		84.537	(854.137)	(37.695)	126.038	(932.914)	(2.956)
Total		84.542	(1.258.289)	(42.070)	126.038	(1.289.791)	(10.559)

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de R$25.483 e R$26.431, respectivamente. Destes montantes, R$16.758 (R$17.493 em 31 de dezembro de 2018) correspondem a salários+ benefícios+a encargos sociais e R$8.725 (R$8.938 em 31 de dezembro de 2018) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29 PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefónica), para seus dirigentes e empregados.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

A Companhia e suas controladas reembolsam à Telefónica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

b) Informações sobre os planos de remuneração baseados em ações

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido e ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 6,2270 euros.

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R$10.833 e R$10.433 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2019 eram:

Talent for the Future Share Plan ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 158 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 113.260 ações da Telefónica.

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 158 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 128.750 ações da Telefónica.

Performance Share Plan ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 102 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 728.256 ações da Telefónica.

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 102 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 997.477 ações da Telefónica.

Plano Global de Direitos sobre Ações de Telefónica: Global Employee Share Plan ("GESP")

Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

Os 12 meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final do 2º ano serão entregues ações de recompensa, ou seja, a cada duas ações compradas pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de julho de 2019 a 31 de junho de 2021.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:12:22.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485564] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-17
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26530-22O7;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de julho de 2021, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada duas ações que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

30 PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Sistel e Visão Prev.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar - "Visão Prev" e Fundação Sistel de Seguridade Social - "Sistel") procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos CTB e plano assistência médica - Lei nº 9.656/98, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

c.1) Planos de benefícios de saúde pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data-base de 31 de outubro de 2019, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data-base de 30 de setembro de 2019, ambos projetados para 31 de dezembro de 2019. Para o exercício comparativo, a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data-base de 31 de outubro de 2018, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data-base de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018.

c.1.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

c.1.2) Plano de assistência médica - Lei nº 9.656/98

Em atendimento à Lei nº 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

c.2) Planos de previdência pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência (CTB, PBS-A Telefônica BD e Planos Visão) utilizou o cadastro dos participantes com data-base de 31 de julho de 2019, projetado para 31 de dezembro de 2019 e o cadastro dos participantes com data-base de 31 de julho de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018.

Em 15 de agosto de 2018, a Visão Prev obteve aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para a incorporação do plano TCO Prev aos planos Visão Telefônica e Telefônica BD. Desta forma, a partir de 1º de novembro de 2018 todos os participantes do plano TCO Prev passaram a ser participantes dos planos Visão Telefônica e Telefônica BD, de acordo com o seu perfil. Esta unificação preserva todos direitos adquiridos, e proporciona aos participantes do plano incorporado acesso aos benefícios dos planos Visão Telefônica e Telefônica BD.

O principal objetivo da cisão e incorporação é criar maior sinergia dos benefícios oferecidos aos participantes.

Os planos de previdência pós-emprego incluem: PBS Assistidos ("PBS-A"), CTB, Telefônica BD e Visão.

c.2.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Conforme Portaria nº 1.061 da PREVIC, de 05 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 9 de dezembro de 2019, a Sistel aprovou distribuição de parte de seu ***superávit***, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos.

A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R$215.320, com distribuição prevista na forma de 36 pagamentos mensais, sendo a primeira no valor de R$5.981 (valor já recebido pela Companhia em dezembro de 2019) e as demais no mesmo valor, porém corrigidas pelo rendimento do plano (Nota 10).

Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

c.2.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.2.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, plano de benefício definido de benefícios previdenciários, o plano Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício, que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.2.4) Planos Visão

Os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R$27.963 em 31 de dezembro de 2019 (R$39.967 em 31 de dezembro de 2018).

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego

c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	2.429.478	2.016.614	4.446.092	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Valor justo dos ativos dos planos	3.696.914	1.001.112	4.698.026	2.999.669	763.325	3.762.994
Passivo (ativo) líquido	**(1.267.436)**	**1.015.502**	**(251.934)**	**(988.314)**	**549.832**	**(438.482)**
Limitador dos ativos	1.128.691	57.371	1.186.062	1.056.682	50.281	1.106.963
Ativo circulante	(71.776)	-	**(71.776)**	-	-	-
Ativo não circulante	(149.163)	-	**(149.163)**	(10.997)	-	**(10.997)**
Passivo circulante	6.937	18.620	**25.557**	8.114	11.553	**19.667**
Passivo não circulante	75.257	1.054.253	**1.129.510**	71.251	588.560	**659.811**

c.3.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	2019			2018		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.155	16.293	19.448	2.931	13.722	16.653
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	5.713	56.612	62.325	6.074	45.892	51.966
Total	8.868	72.905	81.773	9.005	59.614	68.619

c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2019			2018		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos (perdas) atuariais	(188.889)	412.416	223.527	(186.170)	184.527	(1.643)
Efeito limitador	(24.297)	2.430	(21.867)	188.259	(93.125)	95.134
Total	(213.186)	414.846	201.660	2.089	91.402	93.491

c.3.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	**68.368**	**600.113**	**668.481**	**67.148**	**454.957**	**522.105**
Combinação de negócios	-	1.994	**1.994**	-	-	-
Despesas no exercício	8.868	72.905	**81.773**	9.005	59.614	**68.619**
Contribuições das patrocinadoras	(9.776)	(16.985)	**(25.761)**	(9.874)	(5.860)	**(15.734)**
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(213.186)	414.846	**201.660**	2.089	91.402	**93.491**
Distribuição de reservas	5.981	-	**5.981**	-	-	-
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	**(138.745)**	**1.072.873**	**934.128**	**68.368**	**600.113**	**668.481**
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(220.939)	-	**(220.939)**	(10.997)	-	**(10.997)**
Passivo atuarial reconhecido no balanço	82.194	1.072.873	**1.155.067**	79.365	600.113	**679.478**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:12:32.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485567] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-18
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26531-WA9L;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.3.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	**2.011.355**	**1.313.157**	**3.324.512**	**1.861.651**	**1.050.576**	**2.912.227**
Obrigação assumida por aquisição de sociedade	-	1.994	**1.994**	-	-	-
Custo do serviço corrente	3.155	16.293	**19.448**	2.931	13.722	**16.653**
Juros sobre o passivo atuarial	175.695	121.088	**296.783**	173.842	103.617	**277.459**
Benefícios pagos	(165.929)	(53.724)	**(219.653)**	(136.916)	(37.838)	**(174.754)**
Contribuições de participantes vertidas	323	-	**323**	451	-	**451**
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	93.699	226.928	**320.627**	80.126	64.278	**144.404**
Perdas (ganhos) atuariais ajustadas por premissas demográficas	-	(44.249)	**(44.249)**	-	46.122	**46.122**
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	311.180	435.127	**746.307**	29.270	72.680	**101.950**
Passivo de benefício definido no final do exercício	**2.429.478**	**2.016.614**	**4.446.092**	**2.011.355**	**1.313.157**	**3.324.512**

c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**2.999.669**	**763.325**	**3.762.994**	**2.585.679**	**726.060**	**3.311.739**
Benefícios pagos	(159.001)	(36.774)	**(195.775)**	(128.991)	(32.011)	**(161.002)**
Contribuições de participantes vertidas	323	-	**323**	451	-	**451**
Contribuições de patrocinador vertidas	1.848	35	**1.883**	1.949	33	**1.982**
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	266.287	69.137	**335.424**	245.014	70.690	**315.704**
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	593.769	205.389	**799.158**	295.567	(1.447)	**294.120**
Distribuição de reservas	(5.981)	-	**(5.981)**	-	-	**-**
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**3.696.914**	**1.001.112**	**4.698.026**	**2.999.669**	**763.325**	**3.762.994**

c.3.7) Movimentação do limitador de ativos

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	**1.056.682**	**50.281**	**1.106.963**	**791.177**	**130.440**	**921.617**
Juros sobre o efeito limitador de ativos	96.306	4.661	**100.967**	77.246	12.966	**90.212**
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	(24.297)	2.429	**(21.868)**	188.259	(93.125)	**95.134**
Limitador dos ativos ao final do exercício	**1.128.691**	**57.371**	**1.186.062**	**1.056.682**	**50.281**	**1.106.963**

c.3.8) Resultados previstos para o exercício de 2020

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.037	26.575	**29.612**
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	(10.386)	82.150	**71.764**
Total	**(7.349)**	**108.725**	**101.376**

c.3.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2020

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.189	6.937	**9.126**
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	38	18.630	**18.668**
Total	**2.227**	**25.567**	**27.794**

c.3.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
No exercício de 2019	8,3 anos	18,1 anos
No exercício de 2018	7,8 anos	16,5 anos

c.3.11) Premissas atuariais

	31.12.19	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 6,6% PBS-A e Telefônica BD: 7,2% CTB: 7,0%	PAMA e PCE: 7,4% Lei 9.656/98: 7,5%
Taxa de crescimento salarial futuro	CTB e PBS-A: N/A Visão e Telefônica BD: 5,5%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	6,9%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,8%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Visão: N/A	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Light-Forte PAMA e PCE: N/A
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

	31.12.18	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 9,0% PBS-A e CTB: 9,1% Telefônica BD: 9,2% CTB e PBS-A: N/A	9,3%
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão e Telefônica BD: 5,7%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,1%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,0%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Elegibilidade dos benefícios de 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50% PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábua de mortalidade de inválidos	Visão: N/A Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A	
Tábua de entrada em invalidez	Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Light-Forte PAMA e PCE: N/A
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2019 e 2018 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,8%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	2.429.478	2.016.614	**4.446.092**
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.118.297	1.625.737	**3.744.034**
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	**311.181**	**390.877**	**702.058**

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos benários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	2.429.478	2.016.614	**4.446.092**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	2.331.330	1.860.204	**4.191.534**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.536.178	2.193.844	**4.730.022**

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.429.478	2.016.614	**4.446.092**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.429.478	2.384.419	**4.813.897**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.429.478	1.724.584	**4.154.062**

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

	31.12.19		31.12.18	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	3.067.926	940.144	2.437.547	702.946
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	270.676	60.968	177.319	60.379
Operações Compromissadas	172.895	-	196.830	-
Debêntures	16.818	-	13.487	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	14.238	-	12.556	-
Cotas FIDC / Outros	24.517	-	2.356	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	282	-	462	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	232	-
Investimentos em renda variável				
Investimentos no setor de energia	-	-	138	-
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	-	-	17.921	-
Investimentos no setor de mineração	-	-	287	-
Investimentos atrelados a fundos e índices de mercado	6.265	-	4.242	-
Investimentos em diversos setores da economia (1)	622	-	1.580	-
Investimentos em imóveis	100.701	-	111.417	-
Empréstimos a participantes	19.870	-	20.561	-
Investimentos estruturados e no exterior	2.104	-	2.734	-
Total	**3.696.914**	**1.001.112**	**2.999.669**	**763.325**

(1) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo; gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a IFRS 9, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:12:44.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485571] - www.imprensaoficial.com.br

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 12565090620756505076 1-19
Data: 09/06/2020 21:45:47
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26532-TPQV;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/12565090620756505076 1

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

• ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

a.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam um modelo de *impairment* para ativos financeiros com base nas perdas de crédito esperadas, usando um método simplificado para certos ativos de curto e longo prazo (recebíveis comerciais, recebíveis de arrendamentos e ativos contratuais).

De acordo com essa abordagem simplificada, a redução do valor recuperável é reconhecida por referência às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil do ativo. Para esse fim, a Companhia e suas controladas utilizam matrizes baseadas na experiência histórica de inadimplência em um portfólio segmentado por categoria de cliente, de acordo com o padrão de crédito. A matriz para cada categoria tem um horizonte de tempo definido, dividido em intervalos, de acordo com a política de gerenciamento de coleta e é alimentada com dados históricos que cobrem pelo menos 24 ciclos de coleta. Esses dados são atualizados regularmente. Com base nas informações observáveis a cada fechamento, a Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de ajustar as taxas resultantes dessas matrizes, considerando as condições atuais e as projeções econômicas futuras.

a.3) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

a.4) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximiza o uso de insumos observáveis relevantes e minimiza o uso de insumos não observáveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

a.5) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.6) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A IFRS9 introduziu um novo modelo de registro contábil para *hedge*, menos restritivo, que alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco exigindo um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que o aplicado ao gerenciamento de risco. Com esse novo modelo, os critérios de documentação para relacionamentos de *hedge* são modificados e melhorias são incluídas nas divulgações sobre as atividades de *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluídos é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*) for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado			
			Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	**31.12.19**	**31.12.18**	**31.12.19**	**31.12.18**
Contratos de *swaps*				
Ponta Ativa	**515.261**	**1.184.064**	**72.163**	**95.533**
Moeda estrangeira	72.790	335.194	-	50.536
US$ (1) (2)	72.790	241.332	-	24.608
EUR (2)	-	51.971	-	-
LIBOR US$ (1)	-	41.891	-	25.928
Taxa pós	369.491	699.595	1.818	7.737
CDI (1) (2)	369.491	554.336	1.818	-
TJLP (4)	-	145.259	-	7.737
Índices de inflação	72.980	149.275	70.345	37.260
IPCA (3) (5)	72.980	149.275	70.345	37.260
Ponta Passiva	**(515.261)**	**(1.184.064)**	**(56.133)**	**(39.383)**
Taxa pós	(145.770)	(608.782)	(56.133)	(24.916)
CDI (1) (2) (3) (4) (5)	(145.770)	(608.782)	(56.133)	(24.916)
Moeda estrangeira	(369.491)	(575.282)	-	(14.467)
US$ (2)	(365.161)	(439.103)	-	(9.396)
EUR (1) (2)	(4.330)	(115.233)	-	(222)
LIBOR US$ (1)	-	(20.946)	-	(4.849)
Ponta ativa			**72.163**	**95.533**
Circulante			19.282	69.065
Não Circulante			52.881	26.468
Ponta passiva			**(56.133)**	**(39.383)**
Circulante			(1.921)	(16.538)
Não Circulante			(54.212)	(22.845)
Valores a receber, líquidos			**16.030**	**56.150**

(1) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e libor) x CDI - operações de *swap* contratadas com vencimentos até julho de 2019, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia.

(2) *Swap* de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R$4.334) e (dólar e CDI x dólar) (R$292.347) - operações de *swap* contratadas com vencimentos até 30 de janeiro de 2020, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R$3.806 em euro e libra) e a receber (valor contábil de R$292.347 em dólar).

(3) *Swap* IPCA x CDI com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão - 3ª série) indexadas ao IPCA, quitada em 15 de outubro de 2019.

(4) *Swap* TJLP x CDI - operações de *swap* contratadas com vencimentos até julho de 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES.

(5) *Swap* IPCA x CDI (R$262.817) - operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R$319.550).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado				
	Vencimento em				
Contrato de *swap*	**2020**	**2021**	**2022**	**2023 em diante**	**Valor a receber (pagar) em 31.12.19**
Moeda Estrangeira x CDI	(1.921)	-	-	-	(1.921)
CDI x Moeda Estrangeira	1.818	-	-	-	1.818
IPCA x CDI	17.464	3.239	3.507	(8.077)	16.133
Total	**17.361**	**3.239**	**3.507**	**(8.077)**	**16.030**

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado positivo consolidado (líquido) de R$51.963 e R$10.798, respectivamente (nota 27).

c.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:12:55.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485575] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-20
Data: 09/06/2020 21:45:48
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26533-A6GN;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2019.

Consolidado

Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(4.334)	(5.418)	(6.501)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(25.633)	(32.041)	(38.449)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	29.439	36.799	44.158
	Exposição Líquida	**(528)**	**(660)**	**(792)**
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	(292.347)	(365.433)	(438.520)
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(185.022)	(231.277)	(277.532)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	477.369	596.710	716.052
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	262.817	250.228	238.939
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(319.550)	(306.961)	(295.672)
	Exposição Líquida	**(56.733)**	**(56.733)**	**(56.733)**
Hedge (ponta CDI) *Hedge* US$ e EUR (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	(295.777)	(295.547)	(295.320)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(262.817)	(250.228)	(238.939)
	Exposição líquida	**(558.594)**	**(545.775)**	**(534.259)**
Exposição líquida total em cada cenário		**(615.855)**	**(603.168)**	**(591.784)**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	**12.687**	**24.071**

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US$	4,0307	5,0384	6,0461
EUR	4,5102	5,6377	6,7652
IPCA	4,05%	5,06%	6,07%
IGPM	3,37%	4,21%	5,05%
CDI	6,42%	8,03%	9,63%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2019, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

d) Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

e) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Os quadros a seguir apresentam a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Controladora

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 31.12.19	Saldo contábil 31.12.18	Valor justo 31.12.19	Valor justo 31.12.18
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		3.106.269	3.275.300	3.106.269	3.275.300
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.675.720	8.246.991	8.675.720	8.246.991
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	19.282	69.065	19.282	69.065
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		63.558	76.717	63.558	76.717
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		440.453	426.252	440.453	426.252
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	52.881	26.468	52.881	26.468
Total de ativos financeiros			**12.358.163**	**12.120.793**	**12.358.163**	**12.120.793**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		6.917.252	7.746.133	6.917.252	7.746.133
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.019.497	1.076.451	1.021.245	1.135.732
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.029.246	263.754	2.029.246	263.754
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.077.183	82.840	1.104.539	237.144
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	41.121	-	41.121
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.921	15.936	1.921	15.936
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	-	222	-	222
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		24.951	817.908	23.966	796.481
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	7.161.875	341.728	7.161.875	341.728
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	484.048	465.686	484.048	465.686
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		2.027.167	3.049.949	1.948.705	2.866.981
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.212	22.845	54.212	22.845
Total de passivos financeiros			**20.797.352**	**13.924.573**	**20.747.009**	**13.933.763**

Consolidado

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 31.12.19	Saldo contábil 31.12.18	Valor justo 31.12.19	Valor justo 31.12.18
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		3.393.377	3.381.328	3.393.377	3.381.328
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.719.497	8.304.382	8.719.497	8.304.382
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	19.282	69.065	19.282	69.065
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		63.766	76.934	63.766	76.934
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		440.453	426.252	440.453	426.252
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	52.881	26.468	52.881	26.468
Total de ativos financeiros			**12.689.256**	**12.284.429**	**12.689.256**	**12.284.429**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		6.871.799	7.642.782	6.871.799	7.642.782
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.020.061	1.076.451	1.021.810	1.135.732
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.029.246	263.754	2.029.246	263.754
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.077.183	82.840	1.104.539	237.144
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	41.121	-	41.121
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.921	16.316	1.921	16.316
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	-	222	-	222
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		25.093	817.908	24.106	796.481
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	7.161.875	341.728	7.161.875	341.728
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	484.048	465.686	484.048	465.686
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		2.027.167	3.049.949	1.948.705	2.866.981
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.212	22.845	54.212	22.845
Total de passivos financeiros			**20.752.605**	**13.821.602**	**20.702.261**	**13.830.792**

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado 31.12.19	Consolidado 31.12.18
Caixa e equivalentes de caixa	3.393.377	3.381.328
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente (1)	(13.824.673)	(6.139.437)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	16.030	56.150
Aplicações financeiras em garantia à dívida	13.212	12.473
Ativo garantidor da contraprestação contingente	484.048	465.686
Endividamento líquido	**9.918.006**	**2.223.600**
Patrimônio líquido	70.455.578	71.607.027
Índice de endividamento líquido	**14,08%**	**3,11%**

(1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui os efeitos da adoção da IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 (nota 20).

g) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

g.1) Risco de taxa de câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira. Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$72.530 mil a receber, 974 mil e £110 mil a pagar em 31 de dezembro de 2019 e US$61.909 mil e 15.624 mil a receber em 31 de dezembro de 2018, para minimizar seus riscos cambiais.

g.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R$3.143.209 e R$3.175.730 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

g.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, que incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:13:07.
Nº de Série do Certificado: 789E4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485580] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-21
Data: 09/06/2020 21:45:48
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26534-9L9L;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31.12.19	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Fornecedores	6.871.799	-	-	-	-	-	6.871.799
Empréstimos e financiamentos	1.022.302	16.307	10.243	4	-	-	1.048.856
Arrendamentos (1)	2.098.941	1.896.313	1.670.508	1.484.652	1.086.093	2.696.282	10.932.789
Contraprestação contingente	-	-	-	-	-	484.048	484.048
Debêntures	1.148.732	1.083.292	1.034.796	-	-	-	3.266.820
Instrumentos financeiros derivativos	1.921	-	-	-	-	54.212	56.133
Total	**11.143.695**	**2.995.912**	**2.715.547**	**1.484.656**	**1.086.093**	**3.234.542**	**22.660.445**

(1) Inclui os efeitos da adoção da IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 (nota 20).

g.4) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas inadéitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

g.5) Riscos socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades. Investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte de funcionários das prestadoras de serviços que, em demandas em face da prestadora de serviços e da Companhia, pedem a condenação da Companhia de forma subsidiária, ou seja, podemos ser compelidos a pagar caso a prestadora não arque com essas obrigações. Existe ainda uma possibilidade mais remota de que esses funcionários sejam tratados como diretos por parte da Companhia, o que geraria o risco de uma condenação solidária. As demandas que são de conhecimento da Companhia já estão devidamente provisionadas.

g.6) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2019, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

g.7) Outros riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

32 COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia e suas controladas possuem compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores nominais totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
2020	1.191.801
2021	1.284.244
2022	919.747
2023	279.386
2024	278.609
2025 em diante	569.264
Total	**4.523.051**

33 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.18	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetáriase cambiais	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Adoção inicial da IFRS 16	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.19
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.172.916	(6.176.842)	-	-	-	-	5.591.343	3.587.417
Empréstimos e financiamentos	2.106.814	(2.070.665)	(129.974)	171.636	967.313	-	-	1.045.124
Arrendamentos	393.027	(1.559.165)	(415.496)	350.772	1.803.941	8.618.072	-	9.191.151
Debêntures	3.173.910	(66.830)	(201.516)	198.786	-	-	-	3.104.350
Instrumentos financeiros derivativos	(56.150)	91.543	26.234	(77.657)	-	-	-	(16.030)
Contraprestação contingente	465.686	-	-	18.362	-	-	-	484.048
Total	**10.256.203**	**(9.781.959)**	**(720.752)**	**661.899**	**2.771.254**	**8.618.072**	**5.591.343**	**17.396.060**

		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
	Saldos em 31.12.17	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.18
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.396.116	(4.136.878)	-	-	-	5.913.678	4.172.916
Empréstimos e financiamentos	3.109.498	(1.533.121)	(207.708)	231.748	506.397	-	2.106.814
Arrendamentos	385.460	(35.375)	(21.231)	45.501	18.672	-	393.027
Debêntures	4.520.739	(1.324.723)	(265.992)	243.886	-	-	3.173.910
Instrumentos financeiros derivativos	(143.754)	95.993	-	(8.389)	-	-	(56.150)
Contraprestação contingente	446.144	-	-	19.542	-	-	465.686
Total	**10.714.203**	**(6.934.104)**	**(494.931)**	**532.288**	**525.069**	**5.913.678**	**10.256.203**

b) Principais transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos e ingressos de financiamentos com fornecedores, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19	8.618.072	-
Ingressos de financiamentos com fornecedores	967.313	506.397
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos	1.803.941	18.672
Total	**11.389.326**	**525.069**

34 INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS - IFRS 16

A demonstração de resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contempla os efeitos da adoção da IFRS 16. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, apresentamos a seguir as demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 16.

Item	Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras	Total
Custos e despesas com aluguéis	(1.699.886)	(71.335)	(130.477)	-	(1.901.698)
Custos e despesas com depreciação	1.604.829	76.591	201.530	-	1.882.950
Encargos financeiros	-	-	-	401.484	401.484
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(130.130)
Total	**(95.057)**	**5.256**	**71.053**	**401.484**	**252.606**

	2019			2018
	DRE 2019 (IFRS 16)	Ajustes IFRS 16	DRE 2019 (IAS 17)	DRE 2018 (IAS 17)
Receita operacional líquida	**44.268.171**	**-**	**44.268.171**	**43.462.740**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(22.158.947)	(95.057)	(22.254.004)	(21.025.767)
Lucro bruto	**22.109.224**	**(95.057)**	**22.014.167**	**22.436.973**
Receitas (despesas) operacionais	**(14.895.300)**	**76.309**	**(14.818.991)**	**(12.980.789)**
Despesas com comercialização	(12.701.222)	5.256	(12.695.966)	(12.832.741)
Despesas gerais e administrativas	(2.498.096)	71.053	(2.427.043)	(2.598.970)
Outras receitas operacionais	929.498	-	929.498	4.077.003
Outras despesas operacionais	(625.480)	-	(625.480)	(1.626.081)
Lucro operacional	**7.213.924**	**(18.748)**	**7.195.176**	**9.456.184**
Receitas financeiras	1.132.870	-	1.132.870	4.112.640
Despesas financeiras	(1.953.011)	401.484	(1.551.527)	(2.285.487)
Resultado de equivalência patrimonial	752	-	752	(5.847)
Lucro antes dos tributos	**6.394.535**	**382.736**	**6.777.271**	**11.277.490**
Imposto de renda e contribuição social	(1.393.521)	(130.130)	(1.523.651)	(2.349.232)
Lucro líquido do exercício	**5.001.014**	**252.606**	**5.253.620**	**8.928.258**

35 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Auto de infração da Receita Federal do Brasil ("RFB") contra a Companhia

Em 3 de fevereiro de 2020, a RFB lavrou auto de infração contra a Companhia, no valor de R$983.487, alegando insuficiência de recolhimento de imposto de renda na fonte sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia. Embora a avaliação preliminar seja que não tenha havido insuficiência no recolhimento do referido tributo, a Companhia está protegida por cláusula de indenização existente no contrato de compra e venda firmado com o vendedor, com relação a quaisquer perdas relacionadas ao imposto de renda na fonte sobre ganho de capital do Grupo GVT em dita transação.

b) Alienação de torres da Companhia

Em 7 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a operação de alienação de 1.909 estruturas (rooftops e torres) de sua propriedade para a Telxius Torres Brasil Ltda., controlada indireta da Telefônica S.A., pelo valor total de R$641 milhões. A conclusão se deu após o cumprimento de todas as condições suspensivas comuns a este tipo de operação, incluindo sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

c) Juros sobre o capital próprio intermediários

Em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2021, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2020, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R$270.000, equivalente a 0,14994770587 por ação ordinária e 0,16494247646 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R$229.500, equivalente a 0,12745554999 por ação ordinária e 0,14020110499 por ação preferencial, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2020.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2021, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 28 de fevereiro de 2020.

DIRETORIA

Christian Mauad Gebara
Diretor Presidente

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Secretário Geral e Diretor Jurídico

Carlos Cesar Mazur
Contador - CRC - 1PR-028067

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2019"), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2020, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2019 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

Flavio Stamm
Conselheiro Fiscal (efetivo)

Cremênio Medola Netto
Conselheiro Fiscal (efetivo)

Charles Edwards Allen
Conselheiro Fiscal (efetivo)

continua

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:13:24.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485584] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-22
Data: 09/06/2020 21:45:48
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26535-LU1R;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2019"), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2020, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2019 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e determinam o encaminhamento de tais documentos para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

Eduardo Navarro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Antonio Carlos Valente da Silva
Conselheiro de Administração

Luiz Fernando Furlan
Conselheiro de Administração

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos
Conselheira de Administração

Julio Esteban Linares Lopez
Conselheiro de Administração

José María Del Rey Osorio
Conselheiro de Administração

Francisco Javier de Paz Mancho
Conselheiro de Administração

Claudia Maria Costin
Conselheira de Administração

Ana Theresa Masetti Borsari
Conselheira de Administração

Luis Miguel Gilpérez Lopez
Conselheiro de Administração

Christian Mauad Gebara
Conselheiro de Administração

Narcís Serra Serra
Conselheiro de Administração

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2019"), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2020, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2019 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

José María Del Rey Osorio
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

Julio Esteban Linares Lopez
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Narcís Serra Serra
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA sobre adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, por se referir a um evento significativo do ano de 2019, e exclusão do PAA sobre "Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado", pois julgamos que, entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esse deixou de ser um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para contingências tributárias e regulatórias	
De acordo com as Notas 7(g) e 19 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária e regulatória, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R$ 37.576.544 mil e de R$ 6.790.843 mil, respectivamente, dos quais R$ 1.662.461 mil e R$ 1.145.736 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração a partir de posição de seus assessores jurídicos. Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi mantida como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. (b) Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para discutir e avaliar suas conclusões sobre os impactos de adoção inicial da Interpretação ICPC 22/IFRIC 23, bem como entender os controles internos relacionados a identificação e monitoramento dos tratamentos fiscais incertos e mensuração e reconhecimento da obrigação, quando aplicável. (c) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda. (d) Para selecionados processos tributários e regulatórios relevantes, com interpretações mais subjetivas e complexas, obtenção de segunda opinião, por meio da administração, da avaliação de especialistas renomados e independentes em relação às causas quanto aos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa. (e) Nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. (f) Leitura da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita	
Conforme descrito na Nota 24 às demonstrações financeiras, a receita reconhecida pela Companhia e suas controladas foi de R$ 44.268.171 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente de vários produtos vendidos e serviços de telecomunicações prestados. O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, devido ao grande volume de transações e ampla gama de mercadorias/serviços que podem ser vendidos/prestados de forma separada ou agregada, em condições comerciais distintas. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui um grande número de aplicativos e sistemas. Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, consideramos essa área como foco de nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras. (b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte. (c) Entendimento dos critérios adotados pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício. (d) Recálculo da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento. (e) Leitura das divulgações apresentadas em Nota Explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Adoção do novo pronunciamento contábil	
Conforme descrito na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 - 'Arrendamentos' a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que permite que as informações comparativas de períodos anteriores não sejam reapresentadas. A adoção dessa nova norma deu origem a ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de R$ 8.618.072 mil em 1º de janeiro de 2019. A adoção inicial do novo pronunciamento contábil foi considerada como um principal assunto de auditoria devido a sua complexidade e relevância, pois envolveu (i) análise de volume significativo de contratos de arrendamento, (ii) adaptações de sistemas de informação e controles internos, bem como, (iii) o uso de julgamento significativo da administração na definição de premissas, tais como: a taxa incremental de empréstimo e a determinação dos prazos de arrendamentos, além da adoção dos expedientes práticos trazidos pela nova norma, entre outros.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de captura dos contratos, identificação dos arrendamentos, monitoramento de alterações contratuais, mensuração, registro e divulgação dos arrendamentos. (b) Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, das principais premissas utilizadas pela administração da Companhia para adoção inicial da referida norma, bem como dos expedientes práticos adotados permitidos pela norma. (c) Para uma amostra de contratos, efetuamos conferência de dados do arrendamento e recálculo de valores apurados. (d) Discussão das principais premissas e estimativas utilizadas pela administração para mensuração do passivo financeiro de arrendamento e o direito de uso dos ativos, bem como das contabilizações efetuadas, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos. (e) Leitura das divulgações apresentadas em Nota Explicativa. Com base nos procedimentos executados, consideramos que os julgamentos e as principais premissas e estimativas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

continua

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 15:13:36.
Nº de Série do Certificado: 08A6B4F6AF4316DAA6CBD93948198842E56FA6BB
[Ticket: 34485587] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-23
Data: 09/06/2020 21:45:48
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26536-UFKY;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

JUCESP
04 MAR 2020
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
124.145/20-6
JUCESP

Minerva S.A.

CNPJ/ME nº 67.620.377/0001-14 – NIRE 35.300.344.022 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de [illegible]

1. Data, Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro de 2020, às 9h00, no escritório da Minerva S.A. ("Companhia"), localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 8º andar, cj. 82, CEP 04542-000. **2. Mesa**: Ibar Vilela de Queiroz, Presidente; Fernando Galletti de Queiroz, Secretário. **3. Convocação**: Convocação realizada nos termos do Artigo 18, § 2º do Estatuto Social da Companhia. **4. Presença**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo parte dos membros presentes no local da reunião e parte presenta de forma remota, conforme faculta o Artigo 18, § 1º, do Estatuto Social da Companhia. **5. Ordem do Dia**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a proposta da administração, a ser submetida à assembleia geral ordinária da Companhia ("AGO"), para as demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal; **(ii)** a proposta da administração, a ser submetida à AGO, para o relatório da administração e as contas dos administradores, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **(iii)** a proposta da administração, a ser submetida à AGO, para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **(iv)** a proposta da administração, a ser submetida à AGO, para eleição dos membros do Conselho de Administração; **(v)** o enquadramento dos candidatos aos cargos de membro independentes do Conselho de Administração aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento Novo Mercado"); **(vi)** a proposta da administração, a ser submetida à AGO, para instalação do Conselho Fiscal; **(vii)** a proposta da administração, a ser submetida à AGO, para fixação do número de membros do Conselho Fiscal; **(viii)** a proposta da administração, a ser submetida à AGO, para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** a proposta da administração, a ser submetida à AGO, para fixação da remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020; **(x)** a convocação da AGO para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens anteriores; **(xi)** a proposta da administração, a ser submetida à assembleia geral extraordinária da Companhia ("AGE"), de reforma do *caput* do artigo 5.º do Estatuto Social para reduzir a cifra do capital social da Companhia, no montante de R$ 380.209.948,20 (trezentos e oitenta milhões, duzentos e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), sem cancelamento de ações, para absorção dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **(xii)** a proposta da administração, a ser submetida à AGE, de reforma do *caput* do artigo 6.º do Estatuto Social para aumentar o limite do capital autorizado da Companhia; **(xiii)** a proposta da administração, a ser submetida à AGE, para consolidação do Estatuto Social; **(xiv)** a proposta da administração, a ser submetida à AGE, de autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações tomadas nos itens acima; **(xv)** a convocação da AGE para deliberar sobre as matérias indicadas nos itens (xi) a (xiv) anteriores; e **(xvi)** alterações à Política de Destinação de Resultados da Companhia. **6. Deliberações**: Após o exame e a discussão das matérias da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram o quanto segue: **6.1.** Aprovar, por unanimidade a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para as demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **6.2.** Aprovar, por unanimidade a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para o relatório da administração e as contas dos administradores, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **6.3.** Aprovar, por unanimidade, a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia; **6.4.** Aprovar, por unanimidade, a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia; **6.5.** Aprovar, por unanimidade, para fins do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, o relatório de análise de enquadramento dos candidatos indicados como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia nos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado a ser submetido à deliberação da AGO, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **6.5.1.** Consignar que os Srs. Gabriel Jaramillo Sanint e José Luiz Rêgo Glaser abstiveram-se de votar em relação à análise de seus próprios enquadramentos como conselheiros independentes. **6.6.** Aprovar, por unanimidade, a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia; **6.7.** Aprovar, por unanimidade, a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para a fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia; **6.8.** Aprovar, por unanimidade, a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **6.9.** Aprovar, por unanimidade, a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, para fixação da remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **6.10.** Aprovar, por unanimidade, a convocação de AGO da Companhia para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **(ii)** relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **(iii)** proposta da administração para a destinação de resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **(iv)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(vii)** fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(ix)** fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2020. **6.10.1.** Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, as informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO serão oportunamente divulgados aos acionistas. **6.11.** Aprovar, por unanimidade, a proposta da administração, a ser submetida à deliberação da AGE, para reforma do *caput* do artigo 5º do estatuto da Companhia de modo a reduzir a cifra do capital social, no montante de R$ 380.209.948,20 (trezentos e oitenta milhões, duzentos e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), para absorção dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sem cancelamento de ações, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404, de 1976 (a "Lei das S.A." e a "Redução de Capital"), passando referido dispositivo estatutário a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 5º. O capital social é de R$ 960.303.628,37 (novecentos e sessenta milhões, trezentos e três mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 485.558.919 (quatrocentas e oitenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil, novecentas e dezenove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."* **6.11.1.** Consignar que, com a aprovação da Redução do Capital, a cifra do capital social da Companhia passará dos atuais R$ R$ 1.340.513.576,57 (um bilhão, trezentos e quarenta milhões, quinhentos e treze mil, quinhentos e setenta e seis reais, e cinquenta e sete centavos) para R$ 960.303.628,37 (novecentos e sessenta milhões, trezentos e três mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos), sem cancelamento de ações. **6.11.2.** Consignar que, o valor atual do capital social mencionado no item 6.11.1, acima, leva em conta os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, conforme segue: **a)** aumento de capital social, no montante de R$ 94.624,38 (noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), com a emissão de 14.739 (quatorze mil, setecentas e trinta e nove) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2019, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob nº 308.46[illegible] R$ 20.242,26(vinte mil, du[illegible] cento e cinquenta e três) [illegible] não do Conselho de Adm[illegible] 396.783/19-3 em sessão d[illegible] [illegible] R$ 2.003,04 (dois mil e três reais e quatro centavos), com a emissão de 312 (trezentas e doze) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de julho de 2019, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 427.965/19-6 em sessão de 8 de agosto de 2019; **d)** aumento de capital social, no montante de R$ 11.684,40 (onze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), com a emissão de 1.820 (um mil, oitocentos e vinte) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2019, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 459.786/19-2 em sessão de 28 de agosto de 2019; **e)** aumento de capital social, no montante de R$ 404.781,00 (quatrocentos e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais), com a emissão de 63.050 (sessenta e três mil e cinquenta) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2019, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 581.283/19-3 em sessão de 07 de novembro de 2019; **f)** aumento de capital social, no montante de R$ 808.496,28 (oitocentos e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), com a emissão de 125.934 (cento e vinte e cinco mil, novecentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de outubro de 2019, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 606.252/19-8 em sessão de 21 de novembro de 2019; **g)** aumento de capital social, no montante de R$ 7.821.229,20 (sete milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos), com a emissão de 1.218.260 (um milhão, duzentas e dezoito mil, duzentas e sessenta) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2019, cuja ata está ora em fase de registro na JUCESP; **h)** aumento de capital social, no montante de R$ 163.435.545,00 (cento e sessenta e três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), com a emissão de 25.457.250 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e cinquenta e sete mil, duzentas e cinquenta) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2019, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 003.055/20-6 em sessão de 07 de janeiro de 2020; **i)** aumento de capital social, no montante de R$ 577.575,30 (quinhentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e trinta centavos) com a emissão de 89.965 (oitenta e nove mil, novecentas e sessenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de janeiro de 2020, cuja ata está ora em fase de registro na JUCESP; **j)** aumento de capital social, no montante de R$ R$1.040.000.000,00 (um bilhão e quarenta milhões de reais) com a emissão de 80.000.000 (oitenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2020, cuja ata está ora em fase de registro na JUCESP; e **k)** aumento de capital social, no montante de R$ 12.020.673,18 (doze milhões, vinte mil, seiscentos e setenta e três reais e dezoito centavos) com a emissão de 1.872.379 (um milhão oitocentos e setenta e dois mil trezentos e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2020, cuja ata está ora em fase de registro na JUCESP. **6.11.3.** Consignar que, como a Redução do Capital, caso aprovada, será realizada sem cancelamento de ações, o capital social da Companhia continuará a ser dividido em 485.558.919 (quatrocentas e oitenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil, novecentas e dezenove)) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **6.11.4.** Consignar que, o valor final do capital social e a efetiva quantidade de ações poderão variar caso ocorra aumentos de capital social em decorrência do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia entre a presente data e a data de realização da AGE que apreciar a proposta de Redução do Capital. **6.11.5.** Consignar que, como a Redução do Capital será realizada para absorção de prejuízos acumulados e não resultará na restituição de parte valor das ações aos acionistas, a deliberação da assembleia geral extraordinária terá eficácia imediata e não estará sujeita ao prazo de oposição de credores previsto no artigo 174 da Lei das S.A.. **6.11.6.** Consignar que, com a absorção dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 por meio da Redução de Capital, a conta de prejuízos acumulados terá o seu saldo zerado. **6.12.** Aprovar, por unanimidade, a proposta da administração, a ser submetida à deliberação da AGE, para reforma do *caput* do artigo 6.º do Estatuto Social para aumentar o limite do capital autorizado da Companhia, das atuais 465.000.000 (quatrocentos e sessenta e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para 710.000.000 (setecentos e dez milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 6º.** A Companhia fica autorizada a, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social até o limite de 710.000.000 (setecentos e dez milhões) de ações ordinárias, nominativa, independente de reforma estatutária."* **6.13.** Aprovar, por unanimidade, a proposta da administração, a ser submetida à deliberação da AGE, para consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia; **6.14.** Aprovar, por unanimidade, a proposta da administração, a ser submetida à deliberação da AGE, de autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para a efetiva das deliberações tomadas na AGE; **6.15.** Aprovar, por unanimidade, a convocação da AGE da Companhia para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** reforma do *caput* do artigo 5.º do Estatuto Social para reduzir a cifra do capital social da Companhia, no montante de R$ 380.209.948,20 (trezentos e oitenta milhões, duzentos e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), sem cancelamento de ações, para absorção dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **(ii)** reforma do *caput* do artigo 6.º do Estatuto Social para aumentar o limite do capital autorizado da Companhia; **(iii)** consolidação do Estatuto Social; e **(iv)** autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários para a efetiva redução do capital social da Companhia. **6.15.1.** Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, as informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGE serão oportunamente divulgados aos acionistas. **6.16.** Aprovar, por unanimidade, a alteração da Política de Destinação de Resultados da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **6.16.1.** Consignar que a Política de Destinação de Resultados da Companhia, ora aprovada, será disponibilizada para consulta, nas páginas eletrônicas do Departamento de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.minervafoods.com/) e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (http://www.cvm.gov.br/). **7. Encerramento, Lavratura e Aprovação Da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos presentes. **Local e data**: São Paulo, 18 de fevereiro de 2020. **Mesa**: Presidente – Ibar Vilela de Queiroz; Secretário – Fernando Galletti de Queiroz. **Membros do Conselho de Administração Presentes**: Ibar Vilela de Queiroz, Frederico Alcântara de Queiroz, Norberto Lanzara Giangrande Junior, Alexandre Lahoz Mendonça de Barros, Gabriel Jaramillo Sanint, Sergio Carvalho Mandim Fonseca, Matthew James Jansen, Salman Abdulrahman Binseaidan, Abdulaziz Saleh Al-Rebdi e José Luiz Rêgo Glaser. **Membro do Conselho Fiscal Presente**: Franklin Saldana Neiva Filho. **Confere com a original, lavrada às fls. 118 a 128 do livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração nº 13.** São Paulo, 18 de fevereiro de 2020. Mesa: Ibar Vilela de Queiroz – Presidente; Fernando Galletti de Queiroz – Secretário.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/02/2020 14:47:50.
Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE
[Ticket: 34485589] - www.imprensaoficial.com.br

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650906207565050761

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650906207565050761-24
Data: 09/06/2020 21:45:48
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC26537-99N0;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[3].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa TELEFONICA BRASIL S.A. tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa TELEFONICA BRASIL S.A. a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **11/06/2020 10:07:12 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A.** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 125650906207565050761-1 125650906207565050761-24
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3b63d8126b0f917d93f313a9e299655077a88d5811b49aabc27a00a410fa63a4e4117fe817a4cf9c03a3134c738319d103be645beeedece0dae5d302675f1609

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil